

Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública (PDTSP)

Projeto Edital Cidades Saudáveis (1/2007): Manguinhos - diagnóstico histórico-urbano-sanitário.

Subsídios para políticas públicas sustentáveis em saúde

Coordenador: Renato da Gama-Rosa Costa

Casa de Oswaldo Cruz (COC-FIOCRUZ)

“Trocando o pneu com o carro andando”:

Uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos

(Relatório Final)

Leticia de Luna Freire

Mestre em Psicologia Social (UERJ), Doutoranda em Antropologia (UFF) e Pesquisadora Associada
do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ).

Mônica Dias de Souza

Mestre em História (UFF), Doutora em Antropologia (UFRJ) e Pesquisadora Associada
do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS-UFRJ), Pesquisadora Visitante (Fiocruz).

Abril de 2010

Agradecimentos

Aos moradores das favelas de Manguinhos, por toda hospitalidade e generosidade ao receber em seus lares e se engajar numa conversa com duas “estranhas” interessadas em suas histórias e pontos de vista;

Aos líderes comunitários que nos apoiaram durante a realização da pesquisa. Ao Leonardo, presidente da Associação de Moradores de Nova Era (Embratel) e seu braço direito Carlinhos. Ao Lira, à Simone e ao Arildo, respectivamente, presidente, primeira secretária e diretor da comissão Renasce a União em Manguinhos (RUM), formada a partir da recente unificação administrativa das associações de moradores de CHP2, João Goulart e Vila Turismo.

À equipe do Trabalho Social do PAC, pela importante colaboração e confiança manifestada.

Aos demais integrantes do projeto da Casa de Oswaldo Cruz, pelas profícuas trocas de idéias e pela possibilidade de conhecer por dentro esse universo da cidade do Rio de Janeiro que infelizmente costuma figurar apenas nas páginas policiais dos jornais. À Cláudia Trindade, pela colaboração no acesso a informações e documentos durante toda a pesquisa e pela atenciosa parceria nos momentos mais delicados do trabalho de campo.

Sumário:

1. Introdução	04
2. Metodologia	07
3. Embratel: a empresa que se transformou em favela, que se transformará em condomínio	14
3.1. A localidade de Embratel	14
3.2. As ações do PAC na localidade	21
3.3. As percepções dos moradores sobre o PAC	25
4. CHP 2: o provisório que se transformou em definitivo enquanto dure	55
4.1. A localidade de CHP 2	60
4.2. As ações do PAC na localidade	65
4.3. As percepções dos moradores sobre o PAC	66
5. Como os moradores de Manguinhos vêem a Fiocruz	74
6. Considerações finais : “Trocando o pneu com o carro andando”	78
7. Referências bibliográficas	82
8. Anexos	85
8.1. Roteiro das entrevistas individuais	85
8.2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	87

FREIRE, Leticia de Luna; SOUZA, Mônica Dias de. “Trocando o pneu com o carro andando”: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos. Relatório final da pesquisa de campo do projeto “Manguinhos - diagnóstico histórico-urbano-sanitário. Subsídios para políticas públicas sustentáveis em saúde”, coordenado por Renato da Gama-Rosa Costa. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2010.

1. Introdução:

O Projeto *Manguinhos - diagnóstico histórico-urbano-sanitário. Subsídios para políticas públicas sustentáveis em saúde*, coordenado por Renato da Gama-Rosa Costa, na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, tem como um dos objetivos analisar as percepções e expectativas dos moradores em relação às ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos. Com vistas a atingir tal objetivo, previu-se a contratação de pesquisadores capacitados para a realização de trabalho de campo em três favelas da região atendidas pelo PAC. Assim, através da empresa licitada, Microbank Brasil S.A, foram contratadas, em outubro de 2008, as pesquisadoras Leticia de Luna Freire e Juliana de Farias Mello e Lima, ambas com formação em antropologia e larga experiência de trabalho de campo em favelas.

Após a realização de algumas reuniões na Fiocruz, nas quais se buscou promover a socialização entre os membros da equipe e discutir o planejamento das atividades do projeto, verificou-se a necessidade de que, antes de ir a campo, as pesquisadoras deveriam ter uma compreensão geral sobre o PAC e a configuração espacial e social do Complexo de Manguinhos, inclusive para definir, com base em critérios qualificados, as localidades a serem estudadas nesta região que, desde 1988, é considerada pela prefeitura como um “bairro”.

Para isso, as pesquisadoras participaram, nos meses de novembro e dezembro de 2008, das seguintes atividades: o Seminário ImPACto Rio, promovido pelo Clube de Engenharia, para debater, com especialistas e representantes governamentais, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Workshop Políticas Públicas e Cidades Saudáveis, realizado na ENSP/Fiocruz como parte do presente projeto, a fim de ampliar o debate sobre as temáticas que o perpassam e permitir o intercâmbio entre os pesquisadores dos demais projetos vinculados ao Edital Cidades Saudáveis (PDTSP); e, por fim, o Fórum Social de Manguinhos, que há anos ocorre semanalmente na sala 410 da ENSP, reunindo lideranças comunitárias, representantes institucionais, moradores e pesquisadores interessados em discutir, de forma propositiva, os problemas da região¹. Paralelamente, o início do trabalho consistiu na leitura e discussão de materiais bibliográficos sobre o PAC-Manguinhos e sobre a história da região, em grande parte já produzido por outros pesquisadores do projeto².

¹ Como estas reuniões já vinham sendo acompanhadas, desde 2007, por Cláudia Trindade, as pesquisadoras participaram apenas de uma dessas reuniões, mantendo com ela intenso intercâmbio durante o projeto, no sentido de compreender como os acontecimentos no campo repercutiam nos espaços formais de debate e vice-versa.

² Destaca-se aqui a dissertação de mestrado “Entre a Favela e o Conjunto Habitacional: Programa de Remoção e Habitação e Provisória (1960-1970)”, realizada por Cláudia Peçanha da Trindade, e a pesquisa “História de pessoas e lugares – Memórias das comunidades de Manguinhos”, realizada por Tânia Maria Fernandes e Renato da Gama-Rosa Costa e publicada pela Editora Fiocruz em dezembro de 2009.

A partir da construção de um conhecimento mínimo sobre o programa e o contexto no qual seria implantado, pôde-se relativizar a proposta inicial de se realizar um estudo qualitativo em três das favelas de Manguinhos a sofrerem intervenções, levando-se em consideração a complexidade das características locais e a redução do tempo disponível, uma vez que o projeto teve seus recursos liberados apenas seis meses depois do previsto no edital PDTSP.

Para garantir a maior viabilidade da proposta, optou-se então pelo estudo de duas localidades, cuja escolha baseou-se no seguinte critério: que tivessem perfis diferentes tanto em relação à história e tempo de ocupação quanto às ações previstas pelo PAC-Manguinhos. A hipótese que norteava esta decisão era que essas diferenças permitiriam uma melhor avaliação da percepção dos moradores a respeito do PAC nas localidades, possibilitando o exercício comparativo. Uma pergunta que se buscava responder era, por exemplo, se os antigos moradores de uma localidade surgida há quase seis décadas como fruto de uma política habitacional e que, desde então, já havia presenciado diversas intervenções do poder público na região teriam uma visão sobre o PAC diferente de moradores de uma favela surgida recentemente como fruto de invasões e que até então não tinha sido atendida por nenhuma ação direta do poder público. Outra pergunta que se buscava responder com tal escolha era se haveria diferença na percepção em relação às obras do PAC entre os moradores de uma localidade cujas ações fossem empreendidas pelos órgãos municipais, e os moradores de uma localidade cujas ações fossem basicamente empreendidas pelo Governo do Estado. Desse modo, seria possível apreender como os moradores avaliam a participação de cada uma dessas esferas de governo no PAC.

Tendo em vista tais questões, cabe dizer que o estabelecimento desses critérios não foram, porém, suficientes para selecionar duas das doze localidades do Complexo de Manguinhos. Além desses critérios formais, a viabilidade do trabalho se processava ainda por diversos outros fatores, como o nível de dificuldade de acesso das pesquisadoras às localidades, sobretudo no que se refere à situação de violência ocasionada pela forte presença do tráfico de drogas armado na região.

Com base nesse conjunto de avaliações decidiu-se por realizar a pesquisa de campo nas localidades de CHP 2 e Embratel, também conhecida como Nova Era e Nova Mandela. Enquanto a primeira localidade teria surgido em 1951 como um Centro de Habitação Provisória (CHP) construído para abrigar moradores de favelas removidas da cidade e, atualmente, estava recebendo obras de urbanização executadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro no âmbito do PAC-Manguinhos, a segunda localidade teria surgido em 2005 em decorrência de invasão de uma área abandonada da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL, daí o nome da favela), na Avenida Leopoldo Bulhões, sendo, no âmbito do PAC, prevista de ser totalmente removida para, em seu lugar, ser construído pelo Governo do Estado um grande conjunto habitacional popular.

Diferentemente de CHP 2, onde as ações do PAC buscavam melhorar as condições de vida da população no próprio local de moradia, em Embratel essas ações teriam, portanto, o efeito de abolir a própria existência da favela. Dada a possibilidade de se etnografar *in loco* esse processo radical de transformação de Embratel, priorizou-se nesta localidade maior investimento de tempo da pesquisa de campo, que teve a duração total de oito meses. Por estas condições, em CHP 2 o trabalho de campo realizado foi mais pontual, com a duração de três meses, mas capaz de revelar um importante contraponto às intervenções do PAC em Embratel. É com base nessa relação de contraste, mais do que propriamente de comparação, que se deu o exercício antropológico da relativização e sob o qual deve ler lido este relatório.

2. Metodologia

Diante desse horizonte, inicialmente a equipe optou por realizar o trabalho em duas etapas, procedendo de modo a iniciar e finalizar todo o processo primeiramente em uma localidade para partir, na etapa seguinte, para a outra. Esta escolha deveu-se, sobretudo, ao fato de se compreender o trabalho de campo antropológico como parte de um processo denso de observações contínuas, o que se pensava ser mais difícil com o trabalho simultâneo em duas localidades distintas. A construção de relações de confiança (ou, pelo menos, a dissolução da desconfiança) com os moradores era condição básica para se inserir no campo a fim de realizar uma etnografia do processo em curso, o que demandava a presença constante das pesquisadoras nas localidades e, portanto, um tempo razoavelmente longo e flexível.

Em novembro de 2008, as pesquisadoras contratadas iniciaram o trabalho de campo em Embratel, sendo sua entrada facilitada pela pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz Cláudia Trindade, que as acompanhou nas primeiras incursões e as apresentou a Carlinhos, um líder comunitário da localidade, que, desde então, passou a lhes dar todo o apoio necessário. Nas primeiras idas a campo, o trabalho consistiu no estabelecimento de contatos com moradores em diversas situações sociais e habitacionais interessados em expressar suas opiniões e percepções sobre o conjunto de ações que estavam sendo realizadas pelo PAC em Manguinhos, assim como na realização de “visitas guiadas” (Mello, Vogel *et alii*, 1981) ou “percursos comentados” (Thibaud, 2008) por este líder comunitário e por outros moradores como forma de as pesquisadoras conhecerem a localidade, bem como aquelas que estão em seu entorno, na perspectiva daqueles que as habitam. Tudo sendo, como de *práxis*, registrado pelas pesquisadoras por meio de anotações no caderno de campo, desenhos e fotografias, no sentido de compor aquilo que Malinowski (1978) designou como um esboço da organização do grupo e da anatomia de sua cultura.

Dois meses depois, o trabalho de campo começou a ser dificultado por um problema cuja origem estava fora do universo de atuação das pesquisadoras: a ausência de pagamento de suas bolsas pela empresa Microbank. O inesperado problema, que também atingiu uma consultora e uma assistente de pesquisa do projeto, agravou-se de tal forma que, apesar dos inúmeros contatos feitos pelas pesquisadoras e pelo coordenador do projeto com o diretor da empresa, em fevereiro de 2009 o trabalho teve que ser subitamente interrompido. Somente quando a empresa teve seu contrato cancelado pela Fiocruz, após três meses de infrutíferas negociações para que regularizasse a situação, é que as pesquisadoras puderam retomar o trabalho, desta vez contratadas em caráter de urgência pela própria Fiocruz como prestadoras de serviço autônomas, até que uma nova empresa

fosse licitada e a realização do projeto não fosse ainda mais prejudicada³. Nesse momento, a historiadora e antropóloga Mônica Dias de Souza passou a substituir Juliana Farias, que, por motivos pessoais, não pôde continuar no projeto.

Com a situação contratual das pesquisadoras estabilizada, a pesquisa pôde prosseguir sem grandes dificuldades, exceto aquelas inerentes ao trabalho de campo de cunho antropológico, em que o próprio fato de estarem ali representando a Fiocruz já lhes situava no jogo das interações e, justamente por isso, deveria ser objeto também de análise.

Sendo o campo, nesse caso, um espaço em plena transformação, a retomada do trabalho significou, todavia, quase uma volta à estaca zero. Na ocasião, parte da localidade de Embratel havia sido removida, estando um dos prédios anteriormente ocupados totalmente demolido e diversas famílias com as quais as pesquisadoras haviam mantido contato meses antes haviam sido removidas. O fato de não terem podido acompanhar o processo de remoção dessas famílias parecia ser uma perda irreparável. Felizmente, metade da localidade ainda aguardava o processo de remoção e, aos poucos, as pesquisadoras conseguiram localizar algumas das famílias removidas, que haviam migrado para as favelas vizinhas, sobretudo Mandela I e Mandela II. Nessa etapa, a equipe contou novamente com o apoio do referido líder comunitário, cuja participação no processo havia sido naquele momento formalizada através de sua contratação pelo consórcio responsável pelas obras do PAC. Em setembro de 2009, quando todos os moradores de Embratel já haviam sido removidos, a equipe iniciou o trabalho de campo em CHP 2, onde as obras de urbanização se encontravam em andamento há vários meses.

Em acordo com os objetivos do projeto, o trabalho de campo, matéria base da abordagem antropológica, veio a se constituir um recurso metodológico capaz de permitir a observação e descrição do processo da intervenção urbana no exato momento em que estava sendo colocada em prática, ou seja, momento que os atores estavam em ação (Latour, 2000). Foi através da presença das pesquisadoras nas localidades, atentas aos discursos e práticas dos moradores que se pôde compreender a sua forma de pensar e agir. No caso específico de Embratel, em que se visava acompanhar o processo de implantação de uma política pública de habitação na localidade, tal metodologia contribuiu à compreensão das diferentes esferas do acontecimento, favorecendo a compreensão de múltiplos aspectos da realidade observada. Foi através da interação com os moradores que as pesquisadoras puderam apreender suas demandas e percepções a respeito das transformações que a região e suas vidas sofreriam com as intervenções do PAC.

Neste sentido, a metodologia proposta revelaria uma série de aspectos de grande importância que não poderiam ser registrados através de perguntas diretas ou documentos quantitativos, mas

³ Apesar dessa nova contratação, as pesquisadoras tiveram que entrar com ações judiciais individuais para receber da empresa o pagamento dos meses de trabalho realizado.

deviam ser observados em sua plena realidade. Neste caso, a opção pelo método etnográfico favoreceu o acesso das pesquisadoras a esses “imponderáveis da vida real” (Malinowski, 1978) que não são apreendidos por meio da aplicação de questionários, que, de modo geral, restringem-se à objetividade das perguntas expostas, deixando de lado a subjetividade do entrevistado e do entrevistador em relação às questões apresentadas, elemento chave na construção do conhecimento antropológico. Através da observação direta e participante no campo, pôde-se apreender o dito e o não-dito, a atitude e a palavra, as manifestações de sentimentos, entre outros fatores de suma importância na compreensão das relações que se estabelecem entre os próprios moradores e destes com o espaço comum de moradia.

A realização do trabalho de campo permitiria ainda adensar a produção de conhecimentos necessários para subsidiar futuramente a avaliação de políticas públicas semelhantes àquelas que estão sendo empreendidas pelo PAC em Manguinhos, tal como almejava o projeto. Afinal, interessava, sobretudo, a valorização do entendimento daquela realidade pelo indivíduo que nela vivia. Procurava-se registrar suas insatisfações, angústias, tristezas, preocupações, opiniões, projetos, alegrias e outros entendimentos e sentimentos que vivenciavam naquele momento específico. Por isso, etnografar este processo de remoção em uma das favelas de Manguinhos foi de suma importância para o projeto. Para tanto, diversas reuniões ocorreram entre a equipe, antes e após cada ida a campo, nas quais as pesquisadoras trocavam informações e discutiam os caminhos a serem seguidos e as lacunas a serem preenchidas.

O trabalho realizado pelas duas pesquisadoras simultaneamente numa mesma localidade foi imprescindível para o bom aproveitamento e maximização do tempo, principalmente pelo fato da área vir sendo esvaziada num ritmo acelerado. Mais do que isso, se, como diz Laplantine (2004), a percepção etnográfica não se trata de qualquer olhar, mas de um olhar questionador que vai em busca da significação das variantes, a possibilidade de se realizar um trabalho de campo em dupla propiciou a vantagem analítica de se ter dois olhares diferentes sobre o mesmo lugar. Ao contrário da imagem tradicional do antropólogo escrevendo sobre o que viu e experienciou solitariamente numa tribo selvagem e distante, aqui as pesquisadoras, cada qual com seu estilo e seu próprio diário de campo, dialogavam constantemente sobre suas percepções, buscando, juntas, produzir um conhecimento comum sobre a realidade estudada, que lhes era fisicamente próxima, porém socialmente distante.

Paralelamente às observações diretas e participantes no campo, as pesquisadoras haviam optado por realizar Grupos Focais com moradores das localidades, como forma de obter um maior volume de dados qualitativos expressivos em um curto período de tempo. Esta técnica de pesquisa consistia em promover o debate entre grupos de moradores selecionados sobre questões gerais previamente sugeridas pelas pesquisadoras, permitindo a compreensão das categorias e

representações que informam as ações, percepções e atitudes dos atores a respeito de um determinado tema, no caso específico, a intervenção do PAC no Complexo de Manguinhos. Nos grupos, seriam lançadas questões sobre os diferentes campos de ação do PAC, buscando-se conhecer as opiniões dos moradores a respeito das mudanças por ele ocasionadas nas áreas de habitação, saúde, educação, lazer e cultura, além de se identificar o grau de conhecimento que possuíam sobre a implantação do PAC na região.

Entretanto, tendo em vista que o trabalho de campo segue o ritmo da localidade estudada e não dos pesquisadores, o primeiro Grupo Focal, agendado para o dia 27 de junho de 2009, um sábado pela manhã, não pôde ser realizado em função de os dias anteriores terem sido de grande mobilização dos moradores de Embratel. Mais de uma semana após a visita da equipe da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP) à localidade, na qual o seu presidente, Ícaro Moreno, prometeu “tirar todo mundo o mais rápido possível”, muitos moradores ainda aguardavam receber o pagamento da indenização e outros já haviam tido inclusive suas casas demolidas sem recebê-lo. O não cumprimento dos prazos prometidos fez com que o presidente da associação convocasse nesse dia uma reunião na localidade para as autoridades responsáveis lhes darem explicações sobre o fato. Após esperarem, inquietos, a manhã inteira reunidos na principal rua da localidade, nenhuma autoridade apareceu. Diante da imprevisibilidade da situação, nenhum morador compareceu à sala de dança do CIEP Juscelino Kubitschek, na Avenida Leopoldo Bulhões, onde seria realizado o Grupo Focal⁴, e as pesquisadoras aproveitaram para realizar observações no campo, num ambiente de forte tensão, no qual os moradores cogitavam inclusive organizar manifestações públicas na referida avenida.

De todo modo, o fato gerou uma reflexão por parte das pesquisadoras a respeito do contexto social do campo e uma reavaliação das estratégias metodológicas adotadas. Após reunião realizada com toda a equipe do projeto na Fiocruz, decidiu-se tentar realizar o Grupo Focal novamente duas semanas depois. Ainda assim, no dia 11 de julho de 2009, nenhum dos vinte moradores convidados compareceu à atividade, fato que desta vez não surpreendeu as pesquisadoras, que o interpretaram como resultado do momento de imprevisibilidade e incerteza vivenciado pelos moradores na localidade, onde a cada dia ocorriam novas remoções e demolições.

Sensível às transformações do campo, optou-se então abandonar a proposta de realizar Grupos Focais com moradores de Embratel. Feito isso, a equipe optou por realizar entrevistas

⁴ A escolha do local para a realização da atividade deveu-se à total inexistência de um espaço adequado na própria localidade naquele momento em função das obras do PAC. Diante disso, priorizou-se a escolha por um local próximo e de fácil acesso aos moradores de Embratel e que não fosse numa instituição diretamente envolvida nas ações do PAC na área, como é o Centro Comunitário de Defesa da Cidadania (CCDC) da Varginha, que abrigava o chamado Canteiro Social, e a própria Fiocruz, que abrigava, numa sala da ENSP as reuniões semanais do Fórum Social de Manguinhos. Como a Escola Municipal Maria de Cerqueira não abre aos sábados, o CIEP Juscelino Kubitschek pareceu a melhor opção. Ressalta-se aqui o apoio dado por Paula Bonatto e Maria das Mercês, também integrantes do projeto, no contato das pesquisadoras com as escolas de Manguinhos.

individuais com alguns moradores, que seriam gravadas e seguiriam o mesmo roteiro de questões proposto para o Grupo Focal, como forma de complementar os dados obtidos através das observações no campo. Como estratégia metodológica, as entrevistas implicavam ainda a possibilidade de aprofundar as questões, inserindo outras perguntas que pudessem ajudar a traçar o perfil e a história habitacional das famílias dos entrevistados (vide anexo 1). Mais do que uma opinião geral dos moradores sobre o PAC, estas entrevistas revelariam opiniões conformadas a partir de campos de visão específicos. Atendendo aos procedimentos adotados na Fiocruz, foi entregue aos entrevistados um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (vide anexo 2), que os esclarecia sobre o objetivo do projeto e sobre o uso das informações que expunham. Diante da estrutura encontrada no local, a equipe decidiu entrevistar moradores que tinham optado por diferentes formas de acordo para a sua remoção, dentre as três que lhes eram oferecidas: aluguel social, compra assistida e indenização em dinheiro⁵. Além desse critério, a equipe atentou em abranger moradores que, além da residência, mantinham na localidade alguma atividade comercial⁶. Além disso, foi feito o acompanhamento de alguns casos de moradores, desde o seu cadastramento até a sua instalação em outra localidade de Manguinhos, e dos “Encontros de Integração” realizados pela equipe do Trabalho Social com aqueles que passariam a residir nos conjuntos habitacionais construídos pelo PAC. Dentre as doze turmas organizadas em horários da manhã, tarde e noite, de segunda-feira a sábado, uma das pesquisadoras acompanhou as atividades dos cinco encontros da turma de terça e quinta-feira, das 9 às 12hs, realizados sucessivamente entre os dias 24 de novembro a 8 de dezembro de 2009.

Em Embratel, o trabalho de campo contemplou a realização, em julho de 2009, de dez entrevistas individuais com moradores (dois homens e oito mulheres), que, de modo geral, representaram o perfil da população. Quanto à faixa-etária, um entrevistado tinha 19 anos, sete tinham entre 21 e 40 anos, um tinha entre 41 e 60 anos e apenas um tinha mais de 60 anos. Quanto à origem, um era nascido na região norte do país, cinco na região nordeste e quatro na região sudeste, sendo apenas um no Estado do Rio de Janeiro. Quanto à história habitacional, antes de se mudarem para Embratel, oito dos entrevistados já moravam em outras favelas de Manguinhos ou próximas, sendo apenas um há mais de quinze anos, e dois moravam na favela do Arará, em Benfica. Dentre os moradores, seis viviam em Embratel há cerca de 4 anos, dois viviam há 3 anos, um há 2 anos e um há pouco mais de 1 ano. A maioria, portanto, chegou na favela no início do processo de ocupação, que, à época da realização das entrevistas, completara quatro anos. Entre os dois moradores que chegaram à região de Manguinhos no momento da ocupação, uma chegou em

⁵ Estas três opções serão melhor discutidas no item 3.2 do relatório.

⁶ Faz-se necessário ressaltar que o foco dessas entrevistas foram as opiniões dos moradores, visto que outros pesquisadores integrantes do projeto vinham paralelamente realizando entrevistas com agentes governamentais, lideranças comunitárias e outros atores envolvidos com as ações do PAC-Manguinhos.

Embratel ao ser trazida da Paraíba pelo marido e outra chegou na localidade após migrar de Belém e ter vivido um período nas ruas do Rio de Janeiro com o marido e o filho ainda bebê.

Em CHP 2, as pesquisadoras também realizaram 10 entrevistas individuais com moradores que residiam em áreas distintas da localidade. Dada a relação de contigüidade social e espacial de CHP 2 com as favelas vizinhas, duas destas entrevistas foram realizadas com moradores da área limítrofe conhecida como Beira-Rio, vinculada oficialmente ao Parque João Goulart. No plano das ações do PAC, as residências desta área, que margeiam o rio Faria-Timbó e a linha de trem seriam removidas para dar lugar à construção de uma via de trânsito de veículos.

Assim como em Embratel, os moradores entrevistados representaram, de forma geral, o perfil da população de CHP 2, ao menos no que se refere à origem e história habitacional da maioria das famílias. Dos moradores entrevistados (nove mulheres e um homem), um tinha menos de 20 anos, dois entre 21 e 40 anos, dois entre 41 e 60 anos e cinco eram maiores de 60 anos. Quanto à origem, um era nascido na região nordeste do país (Ceará), dois eram nascidos no Estado de Minas Gerais e sete no Estado do Rio de Janeiro, sendo quatro destes na própria capital. Quanto à história habitacional, o perfil dos entrevistados difere-se de Embratel especialmente pelo fato de muitas das famílias terem chegado à região não por livre e espontânea vontade, mas em decorrência de uma política de remoção das favelas onde viviam anteriormente - num primeiro momento, as antigas favelas localizadas em áreas nobres da cidade, como Esqueleto (Maracanã), Praia do Pinto (Leblon) e Catacumba (Lagoa), num segundo momento, da favela da Cachoeirinha, que foi removida, nos anos 1970, de um terreno pertencente à Marinha no bairro do Lins para viabilizar a construção do Hospital Marcílio Dias. Esse era o caso, por exemplo, das famílias de seis dos dez entrevistados, três oriundos da favela da Cachoeirinha, dois da Catacumba e um do Caju. Essa condição diferencial fazia com que, em geral, a memória dos moradores mais antigos de CHP 2 sobre as políticas públicas urbanas levadas à cabo na cidade desde os anos 1960 e do qual foram diretamente afetados fossem atualizadas no contexto atual das intervenções do PAC, possibilitando uma dimensão comparativa.

Em relação às entrevistas realizadas em Embratel e em CHP 2, cabe dizer, contudo, que o registro não se restringiu ao que fora captado pelo gravador, mas se compôs em grande parte pelo que se tornou presente nas diferentes interações realizadas pelas pesquisadoras em campo. Através das conversas informais com o morador, sentado na beira do barraco prestes a desaparecer, fazendo um cafuné no gato que caça os ratos que ameaçam a família, é que se pôde, por exemplo, compreender a importância do felino naquela unidade doméstica ou o problema social gerado pelos detritos das demolições. Do mesmo modo, foi caminhando com uma moradora pela rua onde mora que as pesquisadoras puderam enxergar aquilo que provavelmente lhes passaria despercebido, como o pequeno gesto de colocarem uma rede sob a tampa do bueiro recém instalado pela prefeitura a fim

de corrigir uma falha das obras de urbanização, evitando que o lixo das ruas o entupisse e provocasse novas enchentes em dias de chuva forte.

Tendo em mente as questões que se procurava responder, o processo de pesquisa conduziu tanto a busca em si quanto ao resultado final, que aqui se apresenta. A ênfase metodológica, portanto, foi no processo. Destacam-se os procedimentos do contato, da aproximação e interação do pesquisador com o lugar, as pessoas e os eventos. Deste encontro surgiu um material diversificado, dados descritivos do ambiente, das pessoas, das situações, dos eventos e dos diálogos feitos e observados, que se transformaram em fontes para as hipóteses formuladas. Percorrendo este caminho, não há limitações pré-definidas do que pode acontecer e das soluções que podem ser utilizadas, das informações que se pode colher ou das lacunas que não serão preenchidas. Este grau de imprevisibilidade, longe de ser um obstáculo à pesquisa, é o agente motor da experiência antropológica.

No caso de Manguinhos, essa dimensão da imprevisibilidade está intimamente ligada à situação de violência presente em grande parte de suas favelas, ocasionada por um intenso tráfico de drogas armado na região. Sobre esse aspecto, cabe aqui dizer que, assim como as obras do PAC, o trabalho de campo foi algumas vezes abruptamente interrompido nas duas localidades pelas imprevisíveis “invasões policiais”, acompanhadas quase sempre da chegada do temível “caveirão”⁷, gerando uma situação de violência física e simbólica que deixava apreensivos as pesquisadoras, os operários e os moradores, ainda que, para estes últimos, a cena já fosse bastante comum ao seu cotidiano. Numa das situações, as pesquisadoras chegaram na localidade de CHP 2 ao mesmo tempo que os policiais e, por uma feliz (ou infeliz) coincidência, puderam etnografar toda a movimentação de cima da estação de trem. Ao serem confundidas como jornalistas pelos operários do PAC que trabalhavam nas obras de elevação da linha férrea e protegeram-se às pressas das trocas de tiros entre bandidos e policiais, as pesquisadoras puderam ouvir dos trabalhadores suas calorosas denúncias das situações que colocavam em risco suas próprias vidas, despertando sua atenção para uma dimensão crucial e, portanto, não desprezível, do contexto em questão.

Os resultados apresentados neste relatório são fruto de toda essa experiência vivida pelas pesquisadoras no campo, registro do tempo em que estiveram no campo e da interlocução respeitosa construída sobretudo com os mais diretamente afetados pelas ações do PAC: os moradores das favelas de Manguinhos.

⁷ Veículo blindado utilizado pelo Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE).

3. Embratel: a empresa que se transformou em favela, que se transformará em condomínio

Nesta parte do relatório, serão abordadas as principais questões suscitadas durante a realização do trabalho de campo na localidade de Embratel. Uma vez que ela estava prevista de ser totalmente removida, apresentava-se como um campo extremamente sensível para a análise do processo da intervenção do PAC-Manguinhos, permitindo à equipe acompanhar *in loco* as transformações do lugar.

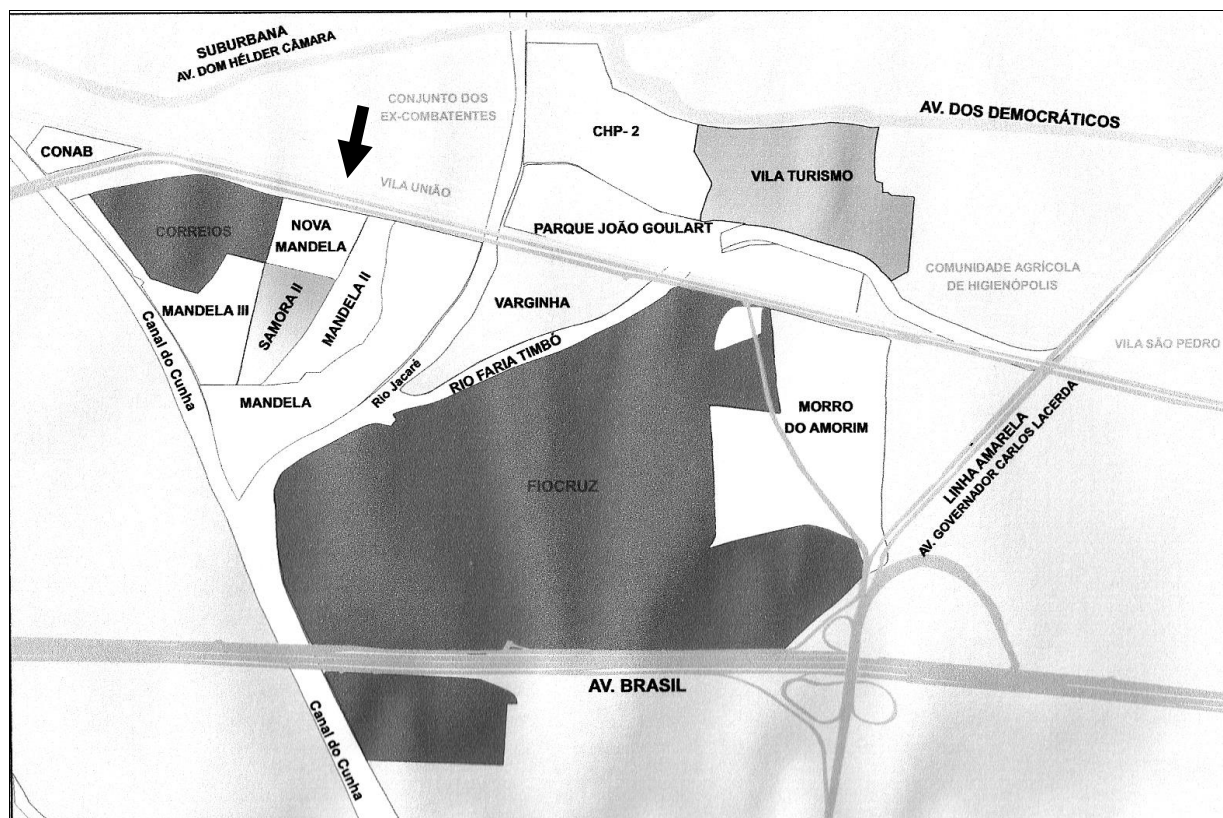
Antes da análise dos dados, cabe, entretanto, fazer uma apresentação sucinta sobre a localidade e, em seguida, sobre como se estruturava a intervenção do PAC no âmbito local, ou seja, naquilo que envolvia diretamente os seus moradores.

3.1. A localidade de Embratel

Apesar desta localidade ser conhecida por diversos nomes - Embratel II (em função de resultar de uma segunda invasão de um terreno da Empresa Brasileira de Telecomunicações na região), Nova Era (nome dado pelo organizador da invasão e, posteriormente, à sua Associação de Moradores⁸) e Nova Mandela (tomando como referência os nomes das localidades vizinhas mais antigas) – a designação mais utilizada pelos seus moradores é simplesmente “Embratel”, fato que marca a relação de contiguidade física e social com a favela que se constituiu anteriormente em um terreno vazio da empresa, situada nos fundos da área sob intervenção do PAC. Por essas razões, é esta a denominação aqui adotada para se referir ao campo onde foi desenvolvida a pesquisa.

Tendo como principal acesso a entrada às antigas instalações da empresa pela Avenida Leopoldo Bulhões, a localidade de Embratel apresentava limites com as favelas conhecidas como Mandela II (originada em torno do antigo Conjunto Samora Machel), Samora II (também conhecida como Embratel, por ser a primeira invasão de terreno da empresa), Mandela III (também conhecida como Mandela de Pedra) e uma sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme ilustra o mapa abaixo, onde a localidade aparece indicada pelo nome de Nova Mandela.

⁸ Apesar de ter sido este o primeiro nome oficial da localidade, as reações contrárias de moradores evangélicos fizeram com que ele fosse praticamente abandonado.



Mapa do Complexo de Manguinhos, delimitado ao sul pela Avenida Brasil, ao norte pela Avenida dos Democráticos, à leste pela Linha Amarela e à oeste pelo Canal do Cunha.

Ao contrário do que havia ocorrido nos Conjuntos Nelson Mandela (que, como se pode ver no mapa, tornou-se a favela Mandela) e Samora Machel (que se tornou a favela Mandela II), ambos construídos pelo Estado no início dos anos 1990 para abrigar moradores atingidos por enchentes na região, as duas ocupações do terreno da EMBRATEL não tiveram a intermediação ou a condução do poder público, mas foram conduzidas por grupos de moradores com a participação de integrantes do crime organizado, apesar da existência, desde 2000, de negociação entre a Prefeitura do Rio e a empresa para o desmembramento do terreno e a construção de mil residências populares (Fernandes; Costa, 2009).

Embora essas duas ocupações tenham sido comandadas por um mesmo líder local (que se tornou depois o presidente da Associação de Moradores fundada, vinculada à da favela Mandela II), somente na primeira área invadida houve padronização para a construção das residências, sendo o terreno dividido em lotes de 6m². Moradores que participaram da primeira invasão do terreno da empresa, motivada por uma enchente em 2002 que agravou ainda mais as condições habitacionais nas favelas situadas às margens dos rios⁹, apontam o alto grau de organização existente na seleção dos beneficiados, que “tinham que provar a necessidade de ter um espacinho ali”, e na forma de

⁹ Cabe lembrar que as enchentes já eram, há muitos anos, um problema crítico enfrentado pela população do Complexo de Manguinhos, que é margeado pelo Canal do Cunha e entrecortado pelos Rios Jacaré e Faria-Timbó. O seu próprio nome indica que a região era originalmente formada por muitos manguezais, sendo a maior parte dos terrenos da região, inclusive o ocupado pela Fiocruz, constituído sobre aterros.

ocupação da área, exigindo que em três meses construíssem suas casas “em tijolo” (Fernandes; Costa, 2009).

Enquanto esse terreno localizado nos fundos estava totalmente inutilizado quando se deu o primeiro processo de invasão, o terreno à margem da Avenida Leopoldo Bulhões ainda era ocupado por algumas instalações da empresa, destinadas ao depósito de materiais e equipamentos. Somente quando estas instalações foram desativadas, seguindo a tendência de esvaziamento industrial da região evidenciada desde os anos 1980¹⁰, este terreno também passou a ser ocupado, em fevereiro de 2005, por moradores da região, desta vez de forma mais instável.

A ocupação dessa área ocorreu através dos fundos do terreno, porém a construção de moradias, em sua maior parte de alvenaria, iniciou-se pela área fronteira, que já possuía pavimentação, canalização de esgoto e um portão de acesso para a avenida. Pouco depois, porém, a invasão teria recuado devido à alegação de traficantes de que seria construída uma vila olímpica no local. Como esse projeto não se concretizou, nos meses seguintes a ocupação foi paulatinamente se estendendo para a área não pavimentada, desta vez com o predomínio de barracos de madeira e esgoto sem canalização. Conforme relata o líder da invasão, Leonardo Januário da Silva - que dirige, desde então, a Associação de Moradores da localidade - enquanto no terreno de trás a ocupação foi rigorosamente organizada, destinando-se aos que necessitavam de um local para construir suas casas de alvenaria, no terreno da frente a ocupação ocorreu de forma “liberal”, destinando-se aos mais desprovidos economicamente, ou seja, os que “não tinham condição”¹¹. Como relatam os que chegaram na localidade nesse momento, a demarcação dos lotes era feita improvisadamente pelos próprios invasores, com paus fincados na terra, linhas e barbantes, além de escreverem seus nomes no muro ou parede existente no local escolhido para erguerem suas futuras residências. Diferentemente da primeira invasão, o espaço e o tempo destinados para sua construção eram negociados entre os próprios invasores, de acordo com as necessidades, os recursos e a urgência de cada família. Quanto maior fosse a procura por um lugar ao sol, maior eram, porém, as pressões para que os lotes fossem rapidamente ocupados.

Em julho de 2005, o terreno já estava praticamente todo ocupado e os “invasores” já se viam como “moradores”, quando, poucos meses depois, uma nova ameaça se impôs: uma ação de reintegração de posse movida pela empresa EMBRATEL, obrigando-os a desocupar o terreno no prazo de uma semana. Diante da ação judicial, os moradores se organizaram em uma comissão e

¹⁰ Como descrevem Fernandes e Costa (2009), toda a ocupação da região de Manguinhos teria configurado-se como estratégica na promoção de um perfil urbano que mesclaria zonas industriais, conjugando indústrias de grande porte com empresas prestadoras de serviço e moradias. O caso de Embratel testemunharia a mudança ocorrida nesse espaço urbano, com a migração das empresas para áreas mais distantes e a expansão das moradias populares na região, sobretudo nas denominadas favelas.

¹¹ Entrevista cedida em 18/04/08 à pesquisadora Tânia Fernandes, no âmbito do projeto sobre a História das Comunidades de Manguinhos (COC-Fiocruz).

buscaram o apoio do comandante do 22º Batalhão da Polícia Militar, que, tal como eles, preferia evitar o confronto. Com a mediação do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), convocado pelo comandante a intervir, a negociação acabou sendo favorável aos ocupantes, uma vez que o terreno foi doado pelo presidente da EMBRATEL ao Governo do Estado para a construção de um conjunto habitacional (Fernandes; Costa, 2009).

Afastadas as ameaças contra os ocupantes, que tinham ainda como aliada a legislação federal de 2001 que regulamentou o usucapião urbano, a nova favela passou então a configurar na paisagem do Complexo de Manguinhos. Mediante acordo entre as lideranças locais, o muro que separava as duas áreas invadidas foi recuperado, limitando o acesso, mas permitindo a ligação da localidade de Nova Mandela (Embratel II), nos fundos, à favela de Embratel, à sua direita, a favela Mandela II e, à sua esquerda, às moradias erguidas na pequena área conhecida como “Floresta”¹², que também compõe, no mapa cognitivo dos habitantes, a localidade.



A favela de Embratel vista de cima do primeiro galpão. À esquerda, do outro lado do muro, a favela Mandela II, com prédio da Fiocruz ao fundo. À direita, a microárea conhecida como Floresta. Fotos: Leticia de Luna, dez/2008.

Segundo dados do Censo Domiciliar¹³ realizado entre 01 de julho de 2008 e 24 de junho de 2009 pela equipe do Trabalho Social do PAC, a favela tinha 1.193 residências. A EMOP, entretanto, anunciou, no final de 2009, ter removido 1.239 famílias da localidade, o que sugere a existência de mais de uma família ocupando a mesma residência, situação que, como veremos no

¹² Esta designação refere-se à grande quantidade de grandes árvores centenárias alinhadas ao longo do muro nessa área, produzindo uma paisagem bucólica que contrasta com a aridez do restante da região.

¹³ Em todas as 15 localidades do Complexo de Manguinhos este censo apontou a existência de 31.432 moradores distribuídos em 11.444 imóveis.

item seguinte deste relatório, o trabalho de campo indicou ter ocorrido durante o processo de remoção, como forma dos moradores ampliarem as chances de recebimento de indenizações.

A maioria da população de Embratel era de origem nordestina, tinha baixa escolaridade e morava precariamente em outras favelas do Complexo de Manguinhos ou das redondezas, como a favela do Arará, em Benfica, quando “ficaram sabendo da invasão”¹⁴. A principal motivação para terem participado da invasão era, certamente, a possibilidade de ter uma casa própria, ainda que em condições bastante precárias e imprevisíveis. Ao descrever a agilidade que deveriam ter para garantir um pedaço do terreno para construir suas residências, um morador utilizou a seguinte expressão: “Festa de rato não sobra queijo”.

Embora diversos estudos têm chamado a atenção, desde os anos 1970, para a diversidade interna que caracteriza as favelas cariocas¹⁵, na localidade de Embratel a diversidade populacional e habitacional era relativa. Talvez por ser uma favela constituída recentemente, tendo atraído sobretudo aqueles que viviam em condições mais precárias na região, ainda não se notava no seu espaço físico mudanças significativas decorrentes de investimentos feitos pelos moradores ou pelo poder público (até então inexistentes). Se, por um lado, a doação do terreno para o Governo do Estado não era garantia suficiente aos moradores para justificar grandes investimentos na melhoria das construções, o anúncio das obras do PAC, prevendo a remoção de todos os moradores, gerava-lhes, por outro lado, um sentimento de imprevisibilidade que desmotivava investimentos no seu local de moradia. Era possível encontrar na localidade algumas casas de alvenaria de até três pavimentos convivendo com residências improvisadas nos galpões e torres das instalações originais da empresa e muitos barracos feitos de madeira e outros materiais coletados nas ruas. Mas em relação às demais favelas do entorno, sobretudo Mandela e Mandela II, ressaltava-se como um todo a maior precariedade das moradias, ruas e becos da localidade, muitos sem qualquer pavimentação, exibindo valas de esgoto a céu aberto.

Dentre os poucos estabelecimentos comerciais existentes, a equipe identificou uma padaria, uma pensão e um depósito de bebidas, predominando os imóveis considerados de uso misto, em que pequenos armazéns e armarinhos, chamados de “barracas”, funcionavam acoplados às próprias residências. Embora grande parte dos moradores se beneficiassem da rede de comércio significativamente maior existente nas localidades vizinhas de Mandela e Mandela II, onde se podia

¹⁴ Para se ter uma idéia melhor do perfil da população, dos 20 moradores convidados aleatoriamente para o Grupo Focal que as pesquisadoras pretenderam realizar, 15 residiam em outras localidades de Manguinhos antes de chegarem a Embratel. Dessa pequena amostra, 10 eram naturais da região nordeste e 10 da região sudeste, sendo 1 de Minas Gerais e 9 do Rio de Janeiro (1 de Nova Iguaçu e 8 da própria capital).

¹⁵ Destacam-se, a esse respeito, as pesquisas desenvolvidas por Janice Perlman (1977) e Lícia Valladares (1978, 2005). Em 1960, porém, o estudo “Aspectos Humanos da Favela Carioca” (SAGMACS, 1960), publicado no jornal O Estado de S. Paulo em dois suplementos especiais já destacava a heterogeneidade desses assentamentos urbanos. Realizado durante dois anos sob a direção do frei Louis Joseph-Lebret e a coordenação técnica do sociólogo José Arthur Rios, este pode ser considerado o primeiro grande estudo socioeconômico sobre as favelas cariocas.

encontrar farmácias, hortifrutigranjeiros, aviários e até uma *sexshop*, estas “barracas” consistiam na principal fonte de renda de muitas famílias, subsidiada muitas vezes por aqueles que freqüentavam o local para comprar drogas com os traficantes e acabavam ali consumindo outros produtos, como bebidas, cigarros, biscoitos, etc. Com exceção da sede da Associação de Moradores, que ocupava uma parte de um dos antigos galpões, não haviam outras instituições sociais ou comunitárias na localidade, apenas três igrejas evangélicas.

Em sua organização espacial, Embratel tinha um único acesso para entrada e saída para veículos, pela Avenida Leopoldo Bulhões, que era também a principal via de acesso utilizada pelos moradores para entrar e sair da favela, exceto quando desejavam visitar alguém ou fazer compras nos estabelecimentos comerciais das favelas vizinhas, cujo percurso poderia ser encurtado pelas passagens entre os muros que a circundam. Dentro de Embratel, a principal via de circulação era a designada Avenida Leonel Brizola, que iniciava na entrada da localidade, cortando o terreno quase que de um extremo a outro. Ao final dela, à esquerda, via-se uma área descampada onde, em setembro de 2008, ocorreu um incêndio que destruiu cerca de quarenta casas, cujos moradores desalojados passaram a ser identificados pelos demais como os “queimados”. A partir dessa “avenida”, que, em sua maior extensão só possibilitava, na verdade, a circulação de pedestres, partiam diversas outras ruelas e becos de terra batida, muitas vezes nomeados em homenagem ou em função das características de seus próprios moradores, como a Rua dos Paraíbas, a Rua da Sebastiana e o Beco do Batista. Outros nomes acentuavam as características físicas e as qualidades morais do espaço, como a Rua Vai e Vem e a Rua da Paz, que faziam parte da área mais valorizada da localidade, segundo os moradores, devido à proximidade com a Avenida Leopoldo Bulhões. Considerava-se que quanto mais na “frente”, ou seja, próximo ao asfalto, melhores seriam as condições de se morar. Outra questão chamou a atenção, uma moradora de uma casa de alvenaria de dois pavimentos na Avenida Leonel Brizola disse que evitava investir na melhoria do aspecto externo do imóvel para não causar “inveja” e atrair moradores que costumam lhe pedir ajuda financeira e pequenos favores.



Em sentido horário, exemplo de uma das várias “barracas” existentes na favela, beco sem pavimentação, com casas construídas com restos de madeiras, casas construídas dentro de um dos galpões e beco pavimentado com casas construídas com sobras de material de construção. Fotos: Leticia de Luna, 2009.

Apesar da precária infraestrutura de Embratel, os moradores destacavam como aspecto positivo a sua localização privilegiada, facilitando o acesso às localidades do entorno e às demais regiões da cidade, através dos serviços de trem e ônibus disponíveis na Avenida Leopoldo Bulhões. A maior parte dos moradores manifestava, assim, o desejo de que a implantação de ações do PAC na localidade melhorassem as suas condições de vida sem que, para isso, tivessem que os submeter a um deslocamento forçado.

3.2. As ações do PAC na localidade

É importante frisar que, na prática, o processo de intervenção do PAC não se deu de forma linear, com uma etapa sendo realizada sucessivamente após a outra. Esta forma de apresentação, tal como idealizada pelos propositores do projeto, nada mais representa do que a estrutura formal das ações previstas na localidade, isto é, das etapas pelas quais cada morador deveria necessariamente percorrer até ser removido, podendo retornar posteriormente à área como condômino de um dos apartamentos do conjunto habitacional a serem construído.

De forma geral, a primeira etapa prevista desse processo era, sem dúvida, aquela em que o projeto governamental para a região seria divulgado através de diversos meios de comunicação para a sociedade como um todo e para os moradores diretamente atingidos pelas obras.

A segunda etapa era a realização do censo residencial e comercial pela equipe contratada pela organização não-governamental Agência21¹⁶, que, por sua vez, era contratada pelo Consórcio Manguinhos¹⁷ para realizar o chamado “trabalho social”, exigência do governo federal inclusive para o repasse dos recursos. O censo residencial tinha como objetivo “identificar características e avaliar os moradores da comunidade do Complexo de Manguinhos”, além de conhecer seus principais problemas do ponto de vista dos moradores. O perfil das moradias e de seus habitantes, traçado pelo censo, subsidiaria as etapas seguintes, identificando, por exemplo, as características físicas de cada benfeitoria, o número de residentes e o nome do seu proprietário.

Na medida em que as informações do censo eram consolidadas e transmitidas pela Agência21, o corpo técnico do consórcio responsável pelas obras na localidade deveria dar início à etapa de medição e avaliação de todos os imóveis existentes, tanto residenciais quanto comerciais. Nessa terceira etapa, estes eram qualificados em termos de sua estrutura física e material e, como forma de controlar o processo, eram imediatamente identificados na fachada com um número sequencial que correspondia à sua localização na área atingida: A17, A18, B54, B55, etc. Além de estabelecer o perfil das construções existentes, era esta avaliação que subsidiaria posteriormente a definição do seu valor indenizatório. Como bem observou uma moradora da Travessa Vai e Vem, demonstrando sua preocupação diante da visita dos técnicos à sua casa: “Quando vêm pra medir é porque vão demolir”.

Antes da remoção antecedia, entretanto, uma outra etapa, na qual o tipo e o valor da indenização era negociado entre o morador e os técnicos responsáveis da EMOP, na sede do órgão no bairro de São Cristóvão. Como instrumento jurídico para realizar as desapropriações das moradias e estabelecimentos comerciais, a equipe da EMOP baseava-se nas diretrizes de relocação

¹⁶ Através da unidade Agência21 Projetos, esta organização realiza ações no sentido de promover o “desenvolvimento sustentável de áreas urbanas, municípios e regiões”. Maiores informações podem ser obtidas no *site*: www.dialog.org.br

¹⁷ O Consórcio Manguinhos era composto pelas empreiteiras Andrade Gutierrez, EIT e Camte.

de edificações de assentamentos populares para projetos executados no âmbito da Secretaria de Estado de Habitação (SEH) contidas no Decreto nº 41.148 de 24/01/2008, assinado pelo Governador Sérgio Cabral. De acordo com o decreto, o morador do imóvel a ser desapropriado deveria optar por uma das três modalidades, descritas a seguir: aluguel social, compra assistida e indenização em dinheiro. Certamente, a possibilidade de permanecer residindo no imóvel ou na localidade não fazia parte do leque de opções oferecidas.

O chamado “aluguel social” era uma indenização paga aos moradores que optassem por residir, posteriormente, em um dos apartamentos dos conjuntos a serem construídos em Manguinhos, como forma de lhes garantir moradia até a conclusão das obras. Segundo o Decreto nº 41.148, esta modalidade consistia em pagar ao titular da moradia um “aluguel provisório” de R\$ 250,00 por mês até a conclusão da nova moradia, salvo justificadas exceções autorizadas pela SEH na qual este valor poderia ser acrescido em até 50%.

Já a “compra assistida” consistia em uma indenização paga em uma única vez aos moradores que desejassem obter de imediato outro imóvel, e não aquele ainda a ser construído na localidade. Para isso, o morador a ser removido deveria primeiramente encontrar um imóvel disponível para a compra e informar seu endereço no posto da EMOP instalado junto ao canteiro de obras do Consórcio Manguinhos, na área do antigo Departamento de Suprimentos do Exército (1º DSup), na Avenida Dom Hélder Câmara. Feito isso, um técnico da EMOP dirigia-se até o respectivo endereço para fazer uma avaliação do imóvel, inspecionando as suas condições de habitabilidade¹⁸. Sendo favorável a avaliação, o comprador e o vendedor do imóvel deveriam dirigir-se juntos ao posto da EMOP, onde um técnico mediaria a transação, formalizando o contrato, com a assinatura dos envolvidos e a entrega do cheque¹⁹. Já o valor disponível para a compra do novo imóvel era invariavelmente definido com base na avaliação daquele a ser demolido, de acordo com as suas condições técnicas (medida, número de cômodos, tipo de material utilizado na construção, instalação elétrica e hidráulica, etc). De acordo com a tabela anexada ao referido decreto, com sua moradia avaliada em até R\$ 3.000,00 o morador teria direito a receber o valor máximo de R\$ 9.000,00, enquanto outro com sua moradia avaliada em R\$ 15.000,00 teria direito a receber o valor máximo de R\$ 21.500,00. Era com base no valor a que teria direito que os moradores, portanto, procuravam outro imóvel para comprar. Poucos eram aqueles que tinham condições efetivas de comprar um imóvel de preço acima do valor indenizatório oferecido pelo Governo do Estado.

¹⁸ Para efetuar a compra assistida, o imóvel a ser adquirido não poderia, por exemplo, estar com a estrutura comprometida por rachaduras e infiltrações nem estar situado em áreas de risco, como beira de rio, colocando em perigo a vida dos moradores ou sujeitando-os a sofrer novas remoções.

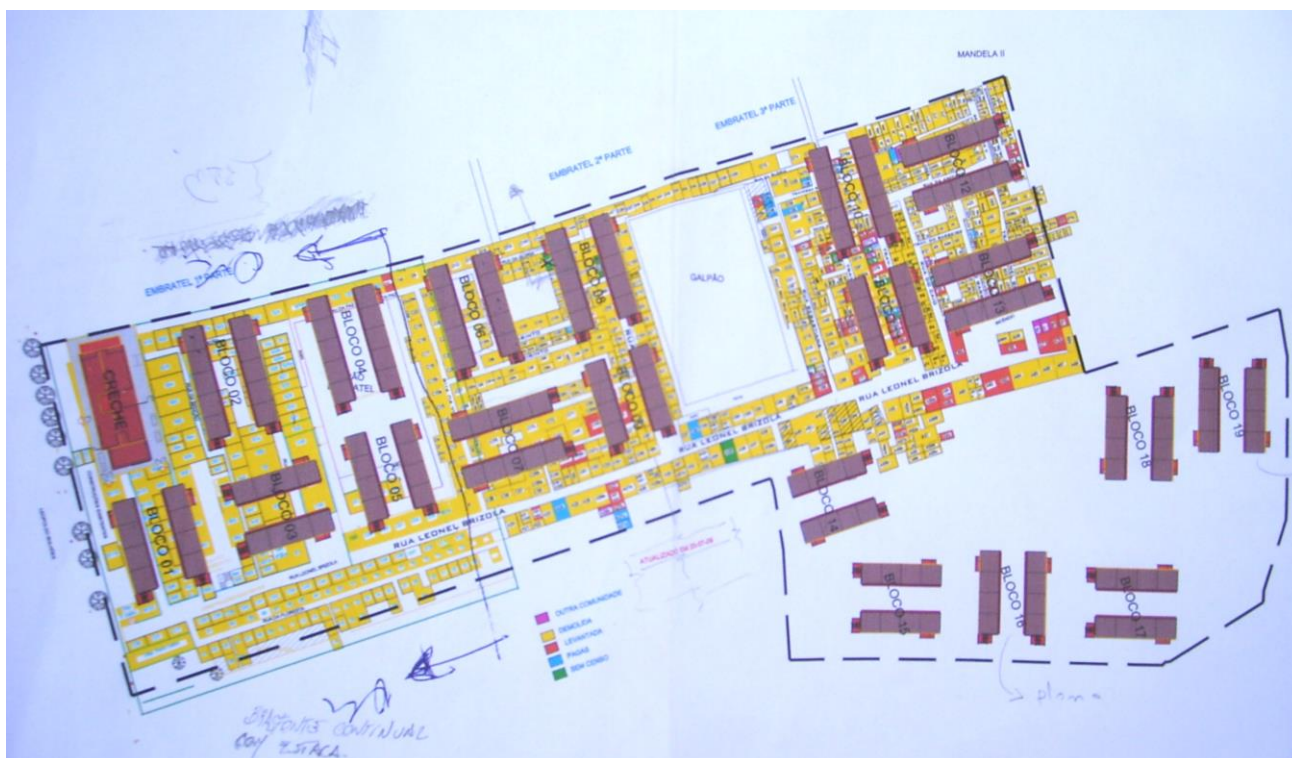
¹⁹ Nas raras vezes em que o imóvel a ser comprado localizava-se em outra cidade ou estado, a sua adequação era conferida apenas por meio de contatos telefônicos diretamente com o proprietário e com outras pessoas informadas pelo morador interessado na compra.

Uma última alternativa oferecida aos moradores era o pagamento direto da indenização, cujo valor também se baseava na avaliação técnica do bem a ser demolido. Em atenção ao perfil da população de Embratel, grande parte migrante da região Nordeste, esta modalidade indenizatória visava atender sobretudo aqueles que desejavam se mudar para a casa de parentes ou retornar à sua cidade de origem.

A quinta etapa dependia da ‘opção’ indenizatória feita pelo morador. Assim que ela fosse concretizada, o que podia variar em média entre 15 e 45 dias, o morador recebia um prazo para liberar o imóvel a ser demolido. Tendo o morador efetuado sua mudança, o imóvel era marcado na entrada com o verbo “DEMOLIR”, curiosamente às vezes escrito pelos operários com erro gramatical, como se a ação já tivesse sido realizada: “DEMOLI”. Em seguida, o imóvel era demolido pelos operários do Consórcio com enxadas ou mini-tratores, dependendo do material com o qual a benfeitoria fosse construída. Após a demolição, os destroços eram retirados por pequenas escavadeiras, ficando, no lugar da extinta moradia, uma placa indicando a nova posse da área: “PROPRIEDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. PROIBIDO CONSTRUIR NO LOCAL”.

Após a remoção dos galpões e imóveis existentes e a respectiva limpeza do terreno de 33.000m², dar-se-ia início à etapa das obras de terraplanagem e a construção de um conjunto habitacional com 672 apartamentos distribuídos em 19 blocos e 38 prédios, que abrangeria ainda a área da favela Mandela de Pedra²⁰. Paralelamente às obras no terreno já desocupado, seriam realizadas as mesmas etapas descritas acima na localidade vizinha, cujos moradores teriam um leque de opções de realocação ainda menor, visto que os futuros apartamentos construídos também nesta área não seriam a eles destinados. Além das unidades residenciais, previa-se a construção no local de uma ciclovia, quadra poliesportiva, área de esportes e lazer, equipamentos de ginástica, recreação infantil e pista de *skate*. Já a Prefeitura do Rio de Janeiro ficaria responsável pela construção de uma creche próxima à Avenida Leopoldo Bulhões.

²⁰ Além deste, o PAC previa a construção de mais dois conjuntos na região de Manguinhos: um em área do antigo 1º DSUP, com 416 unidades habitacionais; e um em área da antiga Cooperativa Central de Produtores de Leite do Rio (CCPL) - que também passou a nomear a favela hoje existente -, com 686 unidades habitacionais. Com isso, completar-se-ia a construção de um total de 1.774 unidades habitacionais..



Projeto do conjunto habitacional a ser construído na área das favelas de Embratel (26 prédios) e Mandela de Pedra (os 12 prédios à direita) nas mãos de um técnico do PAC. Foto: Leticia de Luna, 2009.

Por fim, o processo de intervenção do PAC na localidade estudada seria concluído com a realocação dos moradores que optaram, no momento da remoção, pelo aluguel social com vistas a se tornarem condôminos dos conjuntos habitacionais construídos na região. Com isso, os antigos “invasores” se transformariam definitivamente em “proprietários”.

Como enunciava de antemão o vice-governador e secretário de obras do Rio, Luiz Fernando Pezão, os títulos de propriedade seriam emitidos prioritariamente nos nomes das mulheres, para não ter problemas no caso de o homem abandonar a família, argumento fundamentado na realidade empírica das chamadas classes populares, que, nos casos de Embratel e CHP 2, o trabalho de campo veio a confirmar. Não foi raro encontrar nestas localidades famílias chefiadas por mulheres que criavam, sozinhas, até seis filhos. Em um dos casos, embora não residisse em Embratel, o pai das crianças foi colocado como titular do barraco para receber o cheque do aluguel social da família, uma vez que a mãe das crianças não possuía à época nenhum documento de identidade. Apesar da indenização vir a se tornar, num dado momento, a única renda da família, a moradora só conseguiu ter em suas mãos o que lhe era devido meses depois, quando conseguiu emitir sua primeira carteira de identidade e cadastrar-se como titular do barraco²¹.

²¹ Recentemente, o jornal O Globo divulgou que uma em cada quatro crianças nascidas no país não têm sequer o nome do pai registrado na certidão de nascimento, segundo as projeções com base nas inspeções do Conselho Nacional de Justiça em cartórios (O Globo, O País, 10/01/10, p.3).

3.3. As percepções dos moradores sobre o PAC

Como o que de fato interessava à equipe no trabalho de campo não era o que estava somente no “plano das idéias” em relação às ações do PAC em Embratel, mas as ações enquanto tais. Para tanto, buscou-se identificar os percalços que marcavam a implantação do programa na localidade, ou seja, o que ocorria entre o que era planejado e o que era efetivamente colocado em prática. São, de modo geral, as questões problemáticas identificadas nesse processo que serão analisadas nesta parte, constituindo-se, portanto, o núcleo central deste relatório. Para apresentá-las, será seguido o modelo das etapas descritas anteriormente.

Em fevereiro de 2007, o PAC fora anunciado publicamente pelo Governo Federal em diversos meios de comunicação de massa, sendo o processo de licitação das obras de urbanização de favelas da região de Manguinhos iniciado sete meses depois. Muito passou a se ouvir, a partir de então, sobre o chamado PAC-Favela e mesmo sobre as grandes ações previstas para o Complexo de Manguinhos, como a elevação da linha férrea e a construção de escolas, unidades de lazer e saúde.

No entanto, o projeto detalhado nunca fora oficialmente apresentado aos moradores em reuniões e assembléias públicas, conforme evidenciam os diversos documentos produzidos pelo Fórum Social de Manguinhos ao longo desse período, sendo a falta e a imprecisão de informações sobre as ações do PAC na região uma constante na pauta de reivindicações dos líderes comunitários²². Ainda assim, os representantes das localidades que participavam do Fórum – geralmente presidentes das Associações de Moradores - costumavam ser os mais bem informados, sobretudo a partir do momento em que constituíram um Comitê de Acompanhamento do PAC em Manguinhos.

Para fazer circular tais informações, aplanando as dúvidas e incertezas que já pairavam sobre a cabeça dos moradores de Embratel, o presidente da respectiva Associação de Moradores convocou, no início de 2008, uma reunião no galpão onde funcionava sua sede. Foi através desta reunião, na qual estavam presentes outras lideranças comunitárias de Manguinhos, que grande parte dos moradores foi informada das obras previstas pelo PAC na localidade. Poucos moradores compareceram, porém, a reuniões relacionadas ao PAC fora dali, exceto tinham necessidade de um esclarecimento maior sobre sua situação específica, como no caso de uma moradora que tinha participado de uma reunião realizada na ENSP para tomar ciência das formas de indenização que poderia optar.

²² Respondendo às reclamações da população sobre a dificuldade de acesso a informações, a coordenadora do Trabalho Social do PAC-Favela no Rio de Janeiro, a urbanista Ruth Jurberg, sugeriu, em entrevista ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), que os moradores se dirigissem ao Canteiro Social e, curiosamente, ao próprio Fórum Social de Manguinhos, cujas reuniões são realizadas semanalmente numa sala cedida pela ENSP.

Durante o processo de intervenção do PAC, foi o próprio presidente da Associação de Moradores que se tornou a principal referência da população para buscar informações e orientações, mas grande parte dos moradores também fazia menção ao seu braço direito, Sr. José do Carmo Oliveira, conhecido por todos como Seu Carlinhos, que estava presente em todas as etapas da obra, mesmo antes de se tornar funcionário do consórcio e andar pela localidade com crachá e capacete exibindo as insígnias da empresa. Exercendo o importante e delicado papel de mediadores, eles eram depositários tanto das esperanças quanto das cobranças dos moradores. Além deles, foi citado por uma moradora entrevistada o arquiteto da EMOP Edwaldo Lameira Novaes, que, em abril de 2009, passou a ser o coordenador de engenharia das obras do PAC em Manguinhos. Diferentemente da maior parte dos funcionários do posto da EMOP existente na área do antigo 1º DSUP, que, segundo muitos moradores, não sabiam dar informações precisas e os tratavam de modo desrespeitoso, este arquiteto mostrava-se atencioso para tirar as dúvidas e avaliar a solução dos problemas encontrados na localidade, o que inclusive despertava a atração de algumas moradoras.

Ainda assim, em julho de 2009, raros eram os moradores que se mostravam bem informados. Uma parte significativa deles sequer sabia o significado da sigla PAC. Em relação às instituições envolvidas nas ações do PAC-Manguinhos, o conhecimento dos entrevistados resumia-se a indicar algumas esferas do poder público, sendo poucos aqueles que citavam a presença dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal). A grande maioria identificava, no entanto, o Governo Federal como o principal responsável pelas ações. Tal percepção teria sido reforçada não tanto pela publicidade dada ao PAC nos meios de comunicação de massa, mas às duas visitas realizadas pelo presidente ao Complexo de Manguinhos desde o início do programa (em 07/03/08, para o seu lançamento oficial, e em 03/02/09, para a inauguração da sua primeira obra²³), o que teria contribuído para lhe dar credibilidade. Embora Lula estivesse acompanhado, nessas ocasiões, de representantes da Prefeitura e do Governo do Estado, é a sua imagem pessoal, mais do que a do Governo Federal, que é associada ao PAC. Como se pôde notar, as visitas do presidente teriam contribuído para “firmar” o projeto e o seu compromisso político com a população, afinal, segundo um morador, “ele foi o primeiro presidente a andar em favela, a olhar o lado do mais fraco...”.

Segundo o relato dos entrevistados, a expectativa inicial em relação ao projeto foi positiva, pois todos acreditavam que as ações tinham a intenção de melhorar a vida da população, possibilitando-lhes “morar num lugar sem ratos” e “ter um endereço”. Morar em uma localidade reconhecida pelo poder público representava, para os moradores, muitas vantagens, como a facilidade de comunicação com parentes e amigos oriundos de suas cidades natais e, principalmente, o acesso a diversos serviços urbanos que necessitavam, passando a ser, portanto,

²³ O Colégio Estadual Luiz Carlos da Vila, construído em área do antigo 1º DSUP, na Avenida Dom Hélder Câmara.

igualmente reconhecidos²⁴. Mas, ao mesmo tempo que houve essa expectativa positiva, muitos moradores demonstravam ter tido, naquela ocasião, uma total descrença de que as obras realmente fossem acontecer. Descrença essa que coadunava com o descrédito geral evidenciado entre os moradores em relação ao próprio Estado. Para muitos, este sentimento só teria se dissipado após a remoção dos primeiros barracos na localidade, ou seja, bem depois das etapas da realização do censo e da medição dos imóveis. Uma moradora, por exemplo, relatou ter caído em prantos ao presenciar a demolição do primeiro galpão. Além de expressar sua vinculação afetiva ao local – “o galpão tava ali desde que eu cheguei aqui...” -, sua reação involuntária a alertou para a veracidade e a irreversibilidade do processo ora em curso.

De modo geral, o PAC representava para os moradores a possibilidade de “deixar de viver numa favela”, entendendo esta como um “lugar sem endereço”, portanto, desprovido de serviços públicos de saúde, educação, lazer, urbanização e saneamento básico.

Ao longo do processo, as expectativas dos moradores mantiveram-se positivas, sem que deixassem de criticar as diversas falhas e deficiências por eles percebidas. Começamos pelos problemas identificados em relação à etapa de realização do censo.

Constatou-se que os apartamentos a serem construídos diminuíram de tamanho e o número de habitantes a serem realocados cresceu. Poderia-se dizer: Como assim? Porém é de conhecimento público que o anúncio de intervenções em áreas urbanas faz crescer o número de pessoas interessadas por ela, fomentando com isso, dentre outras práticas, a especulação imobiliária. Pode ser uma ponte, uma praça, um túnel, um hospital ou qualquer outro equipamento. Imagine uma brutal intervenção de remodelação urbana com distribuição de novas unidades habitacionais? Nada mais comum. Este é um problema, uma questão que surge com intensidade que deve ser levada em consideração para a atuação das políticas públicas em favelas. Como atuar sem prejuízo à população local e como pensar aqueles que chegam com suas necessidades de moradia? Um instrumento utilizado para mapear a população local é o censo. Minimamente se procura saber quantos moradores vivem no lugar.

²⁴ Como escreveu Simões (2008: 180) a respeito do sentimento dos favelados da Praia do Pinto transferidos para o conjunto habitacional construído pela associação católica Cruzada São Sebastião nos anos 1950, no Leblon, ter um endereço reconhecido pela administração municipal é ter a possibilidade de encontrar ou ser encontrado por um número maior de indivíduos, graças a uma representação abstrata do espaço. Por outro lado, o endereço residencial, direito de todo e qualquer cidadão, pode ser, ele mesmo, o lugar sob o qual algumas instituições constroem *razões* que coagem ou criam situações nas quais os habitantes se sintam humilhados. A esse respeito, ver também o artigo de Mello, Simões e Freire (2010).

Entretanto, entre ele e o início das obras há um “meio tempo” no qual a favela cresce. Aqui apresentamos dados a respeito desse problema, não sendo nosso interesse indicar meios para solucioná-lo. O fato é que ainda havia, segundo depoimento de moradores, áreas “vazias” que passaram a ser ocupadas após o anúncio do PAC. Terrenos foram vendidos por cerca de R\$2.000,00, casas foram provisoriamente divididas em duas para que os moradores pudessem se beneficiar com mais indenizações e pequenos comércios surgiram acoplados ao ambiente doméstico, visando, da mesma forma, que os moradores obtivessem uma indenização maior sobre sua propriedade. Estas medidas podem ser compreendidas de diferentes formas, mas destacamos, sobretudo, um fator referido freqüentemente pelos moradores: a baixa valorização do seu imóvel e, por conseguinte, a impossibilidade de adquirir outro “no asfalto” ou mesmo noutra localidade próxima, visto que os preços para compra e aluguel de imóveis aumentou consideravelmente na região no decorrer das obras. Conforme contou uma moradora, se antes uma casa como a dela podia ser comprada em Mandela por R\$5.000,00, depois do PAC esta mesma casa passou a custar o dobro. Da mesma forma, imóveis que antes eram alugados por R\$200,00, passaram rapidamente a custar R\$280,00, situação constatada na prática por outra moradora, após percorrer as favelas do entorno com o cheque de R\$250,00 recebido na EMOP nas mãos: “aqui agora tá difícil de alugar”.



Mediante o resultado do censo²⁵, que, segundo moradores de Embratel, lhes foi apresentado na ocasião apenas como um “levantamento”, a equipe do Trabalho Social iniciou o processo de cadastramento para as futuras indenizações, o que, por sua vez, gerou muitas confusões. Moradores que foram cadastrados em agosto de 2008 só conseguiram negociar e receber a devida indenização depois de alguns moradores que tinham “acabado de chegar”, gerando dúvidas sobre o processo de recenseamento. Esta era uma questão norteadora de todas as etapas vindouras da obra, pois dela dependia a visitação para a medição e as negociações daí vigentes.

As expectativas dos moradores quanto a esse aspecto eram enormes. Perguntavam o motivo que tinha levado a serem removidos primeiro os moradores que ocupavam a área da frente e deixando os mais antigos, da primeira etapa da ocupação por último. Diziam que sabiam da

²⁵ As pesquisadoras tentaram obter, sem sucesso, uma cópia do questionário utilizado, uma vez que estes são numerados como forma de a Caixa Econômica Federal ter maior controle sobre o trabalho dos recenseadores. Viu-se, no entanto, que as questões por ele abordadas são amplas e identificam, além das características do imóvel, o número de habitantes que nele convivem, padrões de comportamento, consumo, etc.

necessidade de começarem as obras pela parte da frente, tanto por terem que entrar com material ou “mostrar” as obras do PAC para quem passasse pela Avenida Leopoldo Bulhões, que não veriam os moradores restantes por detrás dos tapumes. Assim, os últimos a saírem do lugar tiveram que viver num verdadeiro canteiro de obras.



No meio do terreno em grande parte já desapropriado, uma família aguarda pacientemente a resolução de sua situação para deixar o barraco na favela. Ao lado das crianças, a placa azul já indica que o terreno é de “propriedade do Estado do Rio de Janeiro”. Foto: Leticia de Luna, junho de 2009

Ainda que os moradores tivessem respondido ao censo e muitos deles já tivessem a sua residência medida, muitos não sabiam quais seriam as medidas necessárias para conseguir o benefício ou mesmo quais seriam as etapas que viriam a seguir. A falta de informações sobre o processo foi tremendamente criticada pelos moradores: Quem vai ficar? Quem vai sair? Qual é o valor das indenizações? Por que minha casa, que é de alvenaria, foi avaliada por um valor menor do que a de meu vizinho, que é um barraco de madeira? Quanto tempo eu tenho para procurar um novo imóvel depois que receber a indenização? Posso negociar o valor? Enfim, muitas foram as questões que surgiram neste processo e muitas delas ficaram sem resposta. O que se via era a permanente angústia até que a solução de cada caso se apresentasse. O mensageiro dos maus agouros (“não sei”) ou da fatídica notícia (“seu cheque está na EMOP”) era odiado e amado conforme a situação.

Alguns casos são significativos desta intrincada rede de relações que se estabeleceu no lugar. Vejamos o caso de um rapaz cujo barraco via-se sempre fechado. Divorciado, ele morava sozinho e trabalhava todos os dias úteis da semana. Nunca era encontrado em casa pela equipe do censo, uma

vez que este era feito durante o horário em que ele se encontrava trabalhando. Ao não responder ao censo, seu imóvel não foi cadastrado nem medido pelos técnicos responsáveis. Quase todos os barracos ao redor já haviam sido removidos e ele passou a desesperar-se com a indefinição de sua situação. Em outro caso, José Gregório, um catador de papel apelidado pelos vizinhos como “do norte”, vivia em um quartinho cedido por uma outra moradora de aproximadamente três metros quadrados, com uma única porta. Por não ter banheiro nem cozinha, ainda que sejam espaços precariamente construídos, sua moradia não era reconhecida como uma “residência” pelos técnicos. Os vizinhos, por sua vez, insistiam na necessidade de que ele fosse indenizado, justamente por ser um dos moradores mais pobres da localidade.

Por outro lado, os encarregados da obra reclamavam com frequência dessa mobilidade constante do lugar. Pois, se o censo indicava “casa 1A” numa determinada área, quando os técnicos chegavam para medir, semanas ou meses depois, a casa “1A” transformara-se em 1Ab, em 1Ac, etc, dificultando sobremaneira o processo de indenização e desapropriação dos imóveis.

Em relação à etapa de negociação, o trabalho de campo indicou ser esta uma das etapas mais delicadas de todo o processo, justamente por se tratar de *valorar coisas* a partir de perspectivas distintas. Como o antropólogo Louis Dumont (2000) chamou a atenção, se a palavra *valor* significava, em latim, vigor saudável, e designava na Idade Média a bravura do guerreiro, hoje, no mundo moderno, ela simboliza o poder do dinheiro para medir todas as coisas, tornando-se uma preocupação de vulto. Prevalendo entre nós a separação entre o ser (o que é) e a moral (o que deve ser), o autor sublinha que uma questão de valor não é nunca uma questão de fato, pois *valor* é algo que varia muito de acordo com o meio social.

Partindo dessa premissa, pode-se compreender o processo de negociação no PAC como uma situação em que dois indivíduos, com experiências e visões diferentes em relação ao objeto negociado, devem chegar a um acordo comum sobre seu valor, traduzido em moeda corrente. Justamente em função das diferentes vinculações dos negociadores ao objeto avaliado, esta situação era marcada pelo conflito. Enquanto os técnicos, na qualidade de representantes do Estado, visavam garantir a remuneração mínima garantida pelo decreto, os moradores buscavam negociar o valor mais elevado possível diante da avaliação que faziam de todo o esforço e investimento empreendidos para erguer sua moradia na localidade²⁶. Na disputa silenciosa que caracterizava a situação da negociação, quase sempre alguém saía insatisfeito, geralmente os moradores, para quem as consequências do acordo se repercutiriam diretamente na vida de sua família, limitando as possibilidades de escolha do novo local de moradia.

²⁶ Na quase totalidade dos casos, foram os próprios moradores, muitos deles trabalhadores da construção civil, que construíram suas casas, catando pedaços de madeira nas ruas e comprando, pouco a pouco, os materiais necessários para o acabamento da obra. Mesmos em famílias chefiadas por mulheres, foram elas que também construíram seus barracos de madeira, contando com a solidariedade e ajuda de amigos e parentes.

Mais do que isso, a atribuição de valor implicava sempre o estabelecimento de uma hierarquia baseado num esforço comparativo. Essa hierarquia era igualmente objeto de discórdia e conflitos, na medida em que era percebida como geradora de desigualdades. Assim, mais do que o valor monetário oferecido como indenização dos imóveis, a maior causa de insatisfação entre os moradores residia, muitas vezes, no fato de serem oferecidas indenizações de valor igual ou maior do que a de suas residências para outras que consideravam de qualidade inferior, tal como uma moradora que se dizia “revoltada” com o fato de um outro morador ter recebido por seu “barraco” uma indenização maior do que a que fora oferecida por sua “casa de tijolos”. Essa era uma reclamação comum especialmente entre os últimos moradores a serem removidos, que se referiam constantemente à melhor valorização das benfeitorias da parte da frente da favela.

Além do fato de os imóveis da frente terem sido avaliados com valores maiores do que os da parte de trás, sem necessariamente terem uma melhor infra-estrutura, os moradores alegavam que os que residiam na frente levaram menos tempo para receber os cheques. Indignados com o tratamento inferior, estes moradores passaram então a se ver sendo considerados como “resto” ou “lixo da Embratel”.

Já entre os primeiros moradores a serem removidos a principal reclamação foi sobre a exigência, por parte da Caixa Econômica Federal (CEF), do Registro Geral de Imóveis (RGI) para a aquisição de novo imóvel pela compra assistida, o que levou boa parte deles a optar pela modalidade do aluguel social. Esse foi o caso da família de Edvaldo e Margareth, que morava na Rua da Paz, em Embratel, que deixou de comprar a casa que desejavam na favela Mandela II devido à impossibilidade de atender essa exigência. Com isso, acabaram vivendo de aluguel na casa que almejavam comprar. Outra moradora da mesma rua, no entanto, soube driblar essa exigência simulando ter comprado a casa de seu tio em uma área regularizada da cidade. Na prática, porém, Nildete comprou outro imóvel na favela vizinha de Mandela II para residir com sua família. Uma “casa com laje”, enfatizava a moradora, anunciando o capital flexível que este espaço representa na economia das favelas, seja para a ampliação de sua própria residência, seja para a construção de outra residência para alugar²⁷.

²⁷ Como tem mostrado a advogada Cláudia Franco Corrêa em sua tese de doutorado, realizada na Universidade Gama Filho, sobre o “direito de laje” na verticalização de moradias, esta situação típica nas favelas cariocas implica, igualmente, a criação e administração de uma série de conflitos, que o Direito está longe de dar conta.



A casa colorida de Nildete em Embratel e, depois da remoção, sua nova casa em Mandela. Fotos: Leticia de Luna, 2009.

Por se tratar de áreas favelizadas, mais do que provocar possíveis “distorções do sistema” (Valladares, 1978), a exigência de RGI denotava um evidente contrasenso no âmbito de uma política pública como o PAC. Conforme exposto no Dossiê-Manifesto criado pelo Fórum Social de Manguinhos, em avaliação dos primeiros onze meses do PAC,

“Sendo Manguinhos um bairro em situação de irregularidade fundiária e sendo a regularização uma das metas do PAC para a integração à cidade, também é do Estado a responsabilidade pela regularização das unidades em processo de compra assistida, ainda que seja preciso a edição de uma norma específica para a plena realização da Lei do Direito à Habitação Digna, Saudável, no entorno sócio-comunitário, neste caso específico de ‘sub-normalidade’ produzido e reproduzido por ação e omissão do Estado” (Fórum Social de Manguinhos, 2009: 12).

Diante de todas as manifestações, a exigência de RGI acabou sendo depois abandonada, o que ampliou a margem de escolha dos moradores removidos posteriormente.

Uma percepção semelhante de desigualdade ocorria ainda entre os moradores que optaram pelo aluguel social, que, num determinado momento, passaram a receber valores diferenciados. Enquanto os moradores que foram removidos ainda no início das obras receberam R\$ 250,00, os últimos passaram a receber R\$ 300,00, como evidente estratégia política do Governo do Estado para atenuar as constantes reclamações dos moradores quanto à demora no pagamento das indenizações e diversos outros problemas ocasionados pelas obras na localidade. A mudança das regras durante o andamento do jogo foi vivida como uma situação de injustiça pelos moradores que foram removidos anteriormente. Afinal, o que justificava o tratamento diferenciado a esses moradores?

Com a divulgação da notícia do aumento do valor pago aos moradores removidos a partir de junho de 2009, muitos dos que haviam sido removidos meses antes passaram também a reclamar a diferença, que passou a ser considerada inclusive pelos locadores da região.

Ao receberem o cheque na EMOP, cada morador, mesmo aqueles que ainda não haviam abandonado a localidade, deveria assinar mensalmente um documento, com os timbres da Secretaria de Obras do Estado e do PAC, no qual declarava ser o titular ou morador da benfeitoria situada e cadastrada na “Comunidade de Embratel” (endereço e número do cadastro), “já demolida em razão das obras do projeto PAC”, e ter recebido a importância no valor de R\$250,00 (ou R\$300,00 no caso de alguns moradores) referente ao pagamento do aluguel provisório do mês em questão.

Em muitos casos, o valor indenizatório oferecido não possibilitava aos mais pobres adquirirem uma residência em condições melhores que os precários barracos de madeira que construíram, com sacrifício, na localidade. Se por um lado, o baixo valor oferecido aos moradores que optavam pela indenização em espécie ou pela compra assistida parecia ser uma forma de estimular a opção dos moradores pelo aluguel social, tendo em vista a maior rapidez na liberação do cheque e, por conseguinte, na liberação do imóvel a ser demolido, por outro lado, essa situação pervertia o objetivo do PAC de propiciar a melhoria das condições de moradia da população, na medida em que perpetuava a precariedade habitacional. Foi o que aconteceu com Benedita, cuja única renda provinha de sua “barraca”, onde vendia botijões de gás, bebidas, biscoitos, balas, etc. Como o avanço das obras inviabilizou a continuidade de seu pequeno comércio, sua família passou a enfrentar graves dificuldades, até que conseguisse receber os cheques de R\$9.000,00 da compra assistida de sua “barraca” e de R\$250,00 para o aluguel social. Para suprir as dificuldades dos meses anteriores, passou a morar com seus seis filhos na pequena loja que comprou na favela Mandela, economizando os R\$250,00 mensais do aluguel social para pagar as despesas da família, até poder mudar-se para o apartamento construído pelo PAC.

Além disso, como frequentemente ocorre em áreas que recebem grandes investimentos do poder público, as ações do PAC em Manguinhos provocaram uma grande especulação imobiliária na região, reduzindo as possibilidades de os moradores encontrarem uma casa nas proximidades de Embratel para comprar ou alugar. Após o início das obras na localidade, os valores dos imóveis nas favelas Mandela e Madela II, por exemplo, aumentaram estratosféricamente. Casas que antes custavam R\$ 4.000,00 passaram a ser ofertadas por até R\$ 10.000,00, aluguéis que antes custavam R\$ 150,00 passaram a custar até R\$ 300,00, dificultando a mobilidade daqueles que estavam sendo removidos de Embratel. Além disso, o ato da compra muitas vezes deveria ser intermediado pela associação de moradores de Mandela, que exigia 5% do valor do imóvel para agilizar a documentação, segundo as informações de uma moradora.

No caso da opção pelo aluguel social, muitas famílias passaram a ter que complementar o valor do cheque dado pelo Estado para que pudessem ficar com o imóvel desejado, seja pela sua localização - proximidade com a Avenida Leopoldo Bulhões e os centros comerciais, distância das “bocas-de-fumo” - seja por outras variáveis, que dependiam das necessidades de cada família. Optar por mudar-se para uma localidade a qual desconheciam era, segundo os moradores, correr um risco que nem sempre estavam dispostos. Arriscar, por exemplo, ir para uma localidade controlada por uma facção criminosa rival daquela que domina o território de Manguinhos é, muitas vezes, arriscar a própria vida. A esse respeito, fora comentado com as pesquisadoras o caso de uma ex-moradora da microárea conhecida como Floresta, que, ao ser removida, mudou-se para a favela Kelsons, na Penha, e lá teve seu sobrinho assassinado pelos traficantes locais, ainda que o jovem não tivesse nenhum envolvimento com o tráfico ou com a facção que controlava Embratel. Desde então, a ex-moradora lamentava profundamente o efeito da obra do PAC para sua vida.

Em relação à indenização em dinheiro, oferecida sobretudo aqueles que desejassem retornar para sua cidade de origem ou mudar-se para a casa de parentes, o número de moradores que optaram por esta modalidade foi consideravelmente menor. Pelo que o trabalho de campo indicou, isto se deu, em grande medida, pelo fato de que a maioria dos que migraram para o Rio de Janeiro já haviam se estabelecido há vários anos na cidade. Retornar à cidade de origem implicaria, assim, desfazer-se todo o modo de organização da vida social construída ali: a família, o trabalho, a escola dos filhos, os amigos, os vizinhos, etc. A origem nordestina comum era, aliás, um fator de integração social importante entre os moradores da localidade, como um grupo de quatro mulheres da Avenida Leonel Brizola cuja amizade foi cultivada a partir das semelhanças entre suas histórias como migrantes.

Uma das poucas famílias que optou, na ocasião, retornar ao nordeste foi a do pedreiro José Damião e da dona de casa Maria Verônica, que, com sua filha de oito anos, um cheque de R\$12.000,00 pela casa de alvenaria e outro de R\$9.000,00 pelo “armarinho”, resolveram reestruturar sua vida novamente em Cristo (PB). Na decisão, pesou, de um lado, a saudade dos familiares e a maior tranquilidade da cidade paraibana, de outro, a saudade dos amigos que fizeram em Embratel nos dois anos que viveram no Rio de Janeiro. Na foto ao lado, pode-se ver a casa da família desapropriada, mas ainda com sinais dos antigos moradores, como o adesivo religioso na porta e a placa



do armarinho de Maria Verônica. A inscrição feita pelos operários na sua fachada indica que lhe resta pouco tempo de existência (Foto: Leticia de Luna, 2009).

Após a desapropriação dos imóveis, estes eram em seguida destruídos por máquinas retroescavadeiras ou pelas próprias mãos dos operários do Consórcio, dependendo da fragilidade do material com que eles tenham sido construídos. Conforme iam desaparecendo da paisagem, mais vestígios se viam da forma inicial de ocupação do espaço pelos moradores. Através de uma espécie de “arqueologia urbana” (Mello; Vogel, 1984), as pesquisadoras puderam descobrir, por exemplo, os nomes inscritos nos muros da antiga “Floresta” que demarcavam a área destinada a cada morador para erguer seu barraco.



Inscrições nas paredes dos fundos das casas demolidas em Embratel indicando o nome do proprietário do lote à época da invasão. Fotos: Leticia de Luna, 2009.

Sobre a etapa de remoção dos moradores e a demolição dos imóveis diversas outras questões puderam ainda ser identificadas no trabalho de campo. Para os que tinham melhores condições habitacionais, a remoção era menos desejada do que para aqueles que viviam em condições mais precárias, que viam no PAC a possibilidade de adquirirem uma moradia mais digna. Ambos, porém, tinham em comum críticas quanto à maneira como se deram as remoções. Estas críticas baseavam-se principalmente no fato de as demolições dos imóveis terem ocorrido de forma irregular, conforme iam sendo liberados pelos moradores, o que ocasionou diversos problemas aos que ainda permaneciam residindo na localidade.

Exemplo de um mapa de acompanhamento utilizado pelos técnicos do consórcio para identificar os imóveis



já demolidos, os ainda erguidos e os em situação ainda indefinida em um trecho da localidade de Embratel.

Muitos desses problemas colocavam em risco a saúde da população, como a grande quantidade de poeira e entulho resultante das demolições, que, muitas vezes ficavam por semanas no local, atraindo um número cada vez maior de roedores. Como disse, indignada, uma moradora: “o pessoal acha que só porque a gente mora em comunidade que a gente tem que se habituar com sujeira”. Para evitar os riscos à saúde provocados por esses roedores, outro animal, o gato, passou a ser ‘artigo’ de primeira necessidade nas residências ainda habitadas. O bichano era a defesa da população contra ratos. Foi ouvido inúmeras queixas sobre mordidas dos roedores, isso afastou muitas famílias do lugar, que procuravam abrigo na casa de seus familiares, sobretudo, para proteger as crianças. Isso gerava um problema à parte, pois havia a necessidade de estar presente no local para acompanhar o processo do recebimento da indenização e posterior retirada dos pertences pessoais. Houve quem teve seus pertences mandados para um depósito público.

Outros problemas afetavam os moradores do ponto de vista da segurança física e social. Um exemplo era a presença de máquinas e tratores utilizados pelos operários do Consórcio para demolir as construções de alvenaria circulando pelas ruas, sem seguir normas técnicas de segurança, que prevêm o isolamento da área. Criticando este tipo de atuação, um morador chegou a afirmar que isso só acontecia por ser obra pública em favela: “tá errado morador junto com máquinas. Se fosse área particular, a obra estava paralisada”. Outro problema eram as frequentes interrupções do fornecimento de água e energia elétrica, que atrapalhavam a rotina doméstica e chegaram a danificar eletrodomésticos necessários inclusive ao funcionamento de algumas “barracas” que

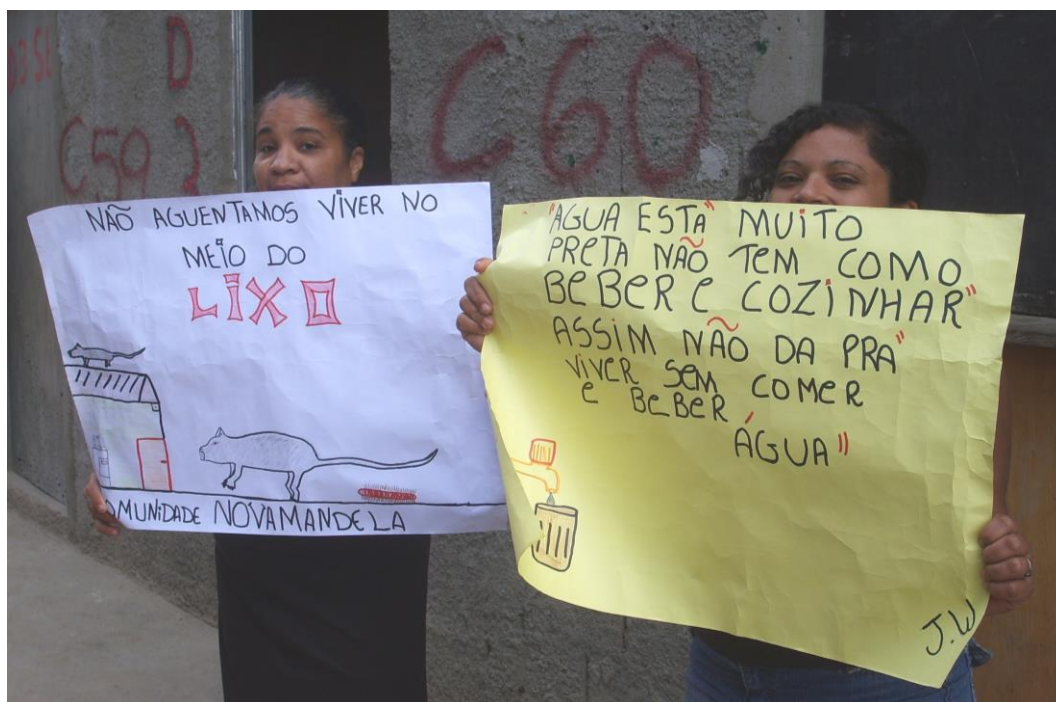
garantiam a sobrevivência de muitos moradores, como seu Antônio, que, com a perda de sua geladeira e freezer, deixou de trabalhar vendendo bebidas na sua “barraca” na Avenida Leonel Brizola e cocos nas ruas da Leopoldina. Aguardando a entrega do cheque e com eletrodomésticos danificados, eles ficavam numa situação de paralisia social, “sem poder trabalhar nem sair”. Se as obras na localidade já haviam expulsado grande parte dos consumidores dos pequenos comércios – os próprios moradores e os usuários de drogas que circulavam pelo local, por exemplo – o longo tempo de espera pelo pagamento da indenização agravava ainda mais a situação financeira de algumas famílias. Além disso, a progressiva desertificação da localidade, com a demolição de um número cada vez maior de residências, e a falta de iluminação pública deixavam os moradores vulneráveis a todo tipo de risco, dando à Embratel à noite um aspecto de “cidade fantasma”, como bem descreveu seu Antônio.



Adultos e crianças obrigados a conviver com máquinas e destroços das moradias já demolidas.
Foto: Leticia de Luna, junho de 2009.

Diante desses problemas, os moradores não deixavam de expressar publicamente seu descontentamento, resultando algumas vezes em formas de mobilizações coletivas. Um exemplo foi a mobilização de um pequeno grupo de mulheres, moradoras da principal rua de Embratel, a Avenida Leonel Brizola, em meados de junho de 2009. Para protestar contra a forma como a obra estava sendo conduzida, produzindo diversos problemas à saúde da população, elas se posicionaram na Avenida Leopoldo Bulhões, em frente à entrada de acesso da localidade, onde os operários do Consórcio trabalhavam, munidas de cartazes produzidos por elas mesmas com dizeres como “Não aguentamos viver no meio do lixo” e “Água está muito preta, não tem como cozinhar, assim não dá pra viver sem comer e beber água”. A manifestação pacífica e silenciosa foi o suficiente para

chamar a atenção do Consórcio naquele momento para os problemas e agilizar a retirada dos entulhos das demolições.



Alguns dos cartazes utilizados no protesto das moradoras. Foto: Leticia de Luna, junho de 2009.

Outro exemplo foi a reunião realizada pelos moradores em frente ao “bar da rampa”, na mesma Avenida Leonel Brizola, no final de junho de 2009. Preocupado com a lentidão das remoções em Embratel, na semana anterior, o presidente da EMOP, Ícaro Moreno, visitou a localidade, acompanhado, como de hábito, por assessores, técnicos do Consórcio e o presidente da Associação de Moradores. Embora houvesse, nessa ocasião, prometido “tirar todo mundo o mais rápido possível”, pagando o aluguel social em no máximo dois dias, muitos moradores ainda aguardavam receber o cheque na semana seguinte e outros já haviam tido inclusive suas casas demolidas sem recebê-lo²⁸. A prática frequente do não cumprimento dos prazos prometidos havia intensificado nos moradores o já existente sentimento de “revolta”. Pressionado por eles, o presidente da Associação de Moradores convocou no sábado pela manhã uma reunião na localidade para que as autoridades responsáveis lhes dessem explicações sobre o ocorrido. Após esperarem, inquietos, durante uma manhã inteira reunidos na principal rua da localidade, nenhuma autoridade apareceu. Indignados com a situação, alguns moradores propuseram ações mais radicais, como incendiar ônibus e bloquear o acesso na Avenida Leopoldo Bulhões. O presidente da Associação buscava, entretanto, controlar os ânimos dos moradores no sentido de evitar ações extemporâneas que pudessem produzir o efeito contrário ao esperado, até mesmo para não complicar ainda mais

²⁸ Era o caso de moradores que, diante de todos os problemas ocasionados pelas obras descritos acima, buscaram se abrigar provisoriamente na casa de parentes e amigos, até resolver legalmente sua situação no âmbito do PAC.

seu delicado papel de mediador entre o poder público e a população local, e, assim, propôs sensibilizar a mídia, particularmente através de programas de televisão interessados em fazer esse tipo de denúncia. Mais do que a mobilização das quatro moradoras, o recurso televisivo produziu um efeito significativo, evidenciado na rápida resposta política dada pelo Estado. Afinal, foi a partir desse momento que o valor do aluguel social aumentou em R\$ 50,00.

Tendo sido removidos, identificou-se que uma parcela significativa dos moradores migrou para outras favelas da região, especialmente aquelas do entorno, tais como Mandela e Mandela II, em Manguinhos, e Arará, em Benfica. Dentre os que optaram pelo aluguel social, encontrava-se geralmente a esperança de ter o primeiro imóvel próprio regularizado e em melhores condições de moradia do que o que residia em Embratel. Uma moradora expressou ainda o desejo de poder oferecer algo “diferente” para seus filhos, visto que a residência em um apartamento marcaria um estilo de vida completamente novo para a família.

Dentre os que optaram pela compra assistida, o desinteresse em adquirir um dos apartamentos baseava-se naquilo que este novo estilo de vida simbolizava: a impessoalidade e a impossibilidade de expandir a residência, uma vez que não haveria, nesse caso, a plasticidade representada pela “laje”. Uma vez que as ações do PAC produziam o rompimento de vínculos sociais construídos entre vizinhos, era citado o temor quanto aos futuros vizinhos dos apartamentos. Enquanto uma moradora relatava que “a pior coisa que o PAC fez foi me separar das minhas amigas”, outra relatava a dificuldade que teria para se adaptar a este tipo de moradia, “com um morando em cima do outro”. Ter um vizinho indesejável no andar de cima seria pior do que tê-lo na casa ao lado, dizia, ao citar sua vizinha que criava dez gatos, gerando um mau cheiro insuportável. Como ela, muitos moradores de Embratel, oriundos de áreas rurais das regiões norte e nordeste do país, alegavam que teria sido mais benéfico a eles se o PAC garantisse a pavimentação e urbanização da localidade, dando-lhes condições materiais para que reconstruírem suas casas no mesmo local, ao invés de substituí-las por blocos de apartamentos. Mesmo com o início das obras na localidade, muitos desses moradores confessaram ter optado pela compra assistida em função de uma desconfiança quanto à conclusão das obras do conjunto habitacional no prazo previsto e quanto à regularidade do pagamento do aluguel social pelo Governo do Estado. De fato, logo nos primeiros meses, vários moradores que haviam optado pelo aluguel social reclamavam de atrasos no pagamento mensal do cheque.

Mesmo com todos os problemas apontados anteriormente, os moradores avaliavam as obras PAC na localidade como importantes para a população, especialmente para os mais pobres. Em geral, consideravam que as ações do PAC produziriam mudanças positivas na saúde, na educação e no lazer da população, sendo tais expectativas calcadas sobretudo na construção de edificações específicas voltadas a estes tipos de funções, como a Escola Estadual Luiz Carlos da Vila, a

Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o Complexo Esportivo. Em relação à saúde, alguns moradores apontaram ainda a importância da ampliação do acesso à água e a construção de redes de esgoto sanitário. Já em relação à cultura, poucos souberam dizer se o PAC geraria mudanças, uma vez que desconheciam projetos ou edificações previstas de serem construídas nessa área.

Apesar da avaliação positiva do PAC, os moradores não descartavam que o processo “podia andar melhor”. Diante dos diversos problemas identificados no andamento das obras em Embratel, os moradores não apresentaram somente críticas, mas também algumas sugestões de como solucioná-los. A primeira sugestão seria uma maior capacitação dos técnicos da EMOP que atuavam no posto na área do antigo DSup, cujo atendimento era, nas palavras de um morador, “humilhante”, referindo-se à falta de informação e sinceridade dos técnicos diante da aflição dos moradores que estavam sendo removidos. Como o trabalho de campo mostrou, a ausência de representantes do Estado ou mesmo da equipe do Trabalho Social que atuassem como referências dos moradores, aos quais podiam ter acesso direto para tirar dúvidas e pedir orientações, acabava por sobrecarregar de responsabilidades os líderes comunitários que exerciam o papel de mediadores.

Sobre a maneira como as remoções estavam sendo feitas na localidade, muitos moradores sugeriram que o processo fosse verdadeiramente realizado por etapas, de modo que apenas quando todos os imóveis de um determinado trecho da localidade fossem desapropriados se desse início às respectivas demolições. Além disso, defendiam que o uso de máquinas e tratores somente deveria ser feito mediante o isolamento da área com redes de proteção que prevenissem acidentes com moradores, sobretudo as crianças que circulavam livremente pelas ruas.



Era uma vez uma favela... Foto: Leticia de Luna, dezembro de 2009,

Em 15 de setembro de 2009, uma matéria no jornal O Globo divulgava o plano da prefeitura de reduzir, até 2013, 5% da área da ocupada por 968 favelas da cidade, o que corresponde a 2,3 milhões de metros quadrados, o equivalente ao bairro da Gávea ou quase três vezes a Rocinha²⁹. A redução implicaria, entre outras ações, o deslocamento de cerca de 20.000 moradores.

Na mesma página, destacava-se uma foto aérea da “antiga Favela da Embratel”, já sem qualquer barraco na área de 33.000m². Com o título *Barracos viram cena do passado*, o quadro em anexo retratava a “intervenção radical” do PAC em Manguinhos, removendo as 1.239 famílias da favela para a construção de 38 prédios, uma creche, duas quadras poliesportivas, ciclovia, pista de skate, estacionamento, áreas de convivência com mesa, equipamentos de ginástica e parque infantil, entre outros itens. De acordo com o presidente da EMOP, 73% das famílias removidas estavam no momento vivendo por meio do sistema de aluguel social, 24% optaram pela compra assistida e apenas 3% quiseram a indenização.



Foto de divulgação da EMOP, 2009.

O quadro ressaltava ainda outra favela de Manguinhos que “praticamente deixou de existir”, a Favela da Avenida Atlântica, onde restavam poucas das 350 casas que havia, e enunciava a próxima favela da região a sofrer esse tipo de intervenção, a CCPL, onde havia mais de 1.300 famílias em situação similar às de Embratel: “vivendo em moradias mínimas, com pouquíssimo espaço entre elas, e o esgoto correndo a céu aberto”. No final, o arquiteto à frente dos projetos do PAC na região, Jorge Jauregui, profetiza: “O Complexo de Manguinhos está a caminho de se transformar em cidade formal”.

²⁹ Quase três Rocinhas a menos. Rio, O Globo, 15/09/2009, p.10.

Dois meses depois, quando já se iniciavam as obras de terraplanagem do terreno, os moradores que recebiam aluguel social foram convocados a participar do sorteio dos apartamentos, realizado pela equipe do Trabalho Social no auditório do Museu da Vida, na Fiocruz. Devido a grande quantidade de famílias beneficiadas, o sorteio foi dividido em dois dias, distribuindo os moradores em quatro sessões conforme a ordem alfabética dos nomes dos titulares dos apartamentos, em sua maioria mulheres. Os que fossem sorteados para o conjunto construído na área do DSup teriam a possibilidade de mudar-se antes, visto que as suas obras estavam consideradas prontas e seriam oficialmente inauguradas no dia 22 dezembro de 2010, com a presença do presidente Lula. Já o conjunto a ser construído na área de Embratel, a previsão da EMOP era de que as obras ficassem prontas até abril de 2010.

Antes do sorteio, os coordenadores gerais e locais do Trabalho Social do PAC, fizeram uma breve exposição sobre as etapas do processo de realocação dos moradores nos conjuntos habitacionais, enfatizando que eles somente obteriam “as chaves” dos apartamentos após a participação de um representante de cada família em pelo menos 75% dos *Encontros de Integração*, que seriam realizados no Canteiro Social do PAC, situado nas dependências do Centro Comunitário de Defesa da Cidadania (CCDC), na Varginha. Estes encontros tinham como objetivos, segundo exposto na ocasião pelo coordenador Rogério Marins, “oferecer oportunidades de crescimento e transformação individual e coletiva para as famílias realocadas, visando melhorar a organização, conservação e limpeza nos ambientes e alcance de níveis satisfatórios de saúde e sustentabilidade, assim como reconhecimento da moradia como uma possibilidade de inserção na vida formal em sociedade”. Divididas em três módulos, as cinco oficinas das quais os moradores deveriam participar, abordariam mais especificamente as seguintes questões: os cuidados com as estruturas físicas do conjunto (rede elétrica, sanitária, pluvial, hídrica, alvenaria), os problemas coletivos, a gestão de conflitos, as regras de convivência, a administração do condomínio e a formulação de uma agenda de compromissos. Uma última etapa, realizada após a mudança dos moradores para o conjunto, consistiria na elaboração do regulamento interno do condomínio, assim como na eleição, posse e capacitação da sua comissão gestora.



A primeira moradora sorteada emociona-se ao conhecer o número de seu apartamento.
Foto: Mônica Dias, novembro de 2009.

Imediatamente após o sorteio do respectivo apartamento, cada titular assinava o Termo de Ocupação do Imóvel (que ficava ainda sob a guarda da equipe do Trabalho Social) e indicava um membro adulto da família a representá-la nos encontros, inscrevendo-o em uma das doze turmas organizadas em diferentes dias e horários (segunda a sábado, nos turnos da manhã, tarde e noite) a fim de facilitar a participação de todos.

Ao acompanhar, entre os dias 24 de novembro e 8 de dezembro, as atividades da turma que fora realizada às terças e quintas-feiras, das 9hs às 12hs, com o número de participantes oscilando entre 25 e 35, as pesquisadoras puderam apreender, de modo mais preciso, as expectativas e desejos dos moradores diante do novo espaço de moradia, assim como suas críticas ao projeto e às prescrições que este novo modo de habitar implicaria. Embora um dos propósitos dos encontros fosse justamente propiciar a integração dos moradores que habitariam o mesmo conjunto habitacional, a dinâmica de seu funcionamento não possibilitou que os grupos tivessem uma acentuada regularidade, contando seja com a presença dos mesmos participantes seja dos mesmos facilitadores durante todas as atividades.



O Canteiro Social do PAC onde foram realizados os Encontros de Integração.
Foto: Leticia de Luna, dezembro de 2009.

A primeira oficina, coordenada por dois facilitadores (ambos moradores de favelas e graduados em Ciências Sociais) baseava-se numa exposição em torno do que consistiriam os tais encontros, seguida de uma dinâmica de grupo que visava integrar os pouco mais de vinte moradores presentes, oriundos não apenas de Embratel, mas de outras localidades de Manguinhos onde também houvera remoções. Ao final, fazia-se uma avaliação da atividade com os participantes, que elogiaram os “professores”, mas reclamaram da ausência de lanche no intervalo (que passou a ser oferecido a partir da oficina seguinte), da obrigatoriedade dos encontros e excesso de horas a cumprir para garantir seu direito ao apartamento. Após cada oficina, entrava na sala a jovem responsável por controlar a lista de presença, que rapidamente ganhou, entre os moradores, a fama de “durona”.

Na segunda oficina, intitulada “Esse espaço é nosso”, a atividade versava sobre as mudanças implicadas na passagem dos moradores de um tipo de habitação para outro, ou seja, da favela para o apartamento. Sobre o desenho de um prédio numa cartolina, a facilitadora redigia alguns dos temas a serem tratados naquele dia: a distinção entre público e privado, os recursos naturais e financeiros, os resíduos materiais e os cuidados com a estrutura física do condomínio (rede elétrica, sanitária, pluvial, alvenaria). Sobre o primeiro ponto, explicava, de forma bastante sintética, que “privado é aquilo que é meu” e “público é aquilo que é de todos”, citando respectivamente como exemplos os espaços da casa e da praça. Sem grandes manifestações dos moradores nesse primeiro momento, explicava-lhes que, diferentemente da favela, no condomínio eles teriam que pagar pelo seu consumo de água, energia elétrica e gás (o qual poderiam optar entre o botijão e o canalizado), dando em seguida dicas de economia. Como prometido aos moradores em outra ocasião, a

facilitadora ratificava que eles poderiam trocar sua geladeira velha por uma nova, mais econômica, que seria oferecida gratuitamente pela Light. Apesar de não saberem quando isto iria de fato ocorrer, muitos se mostravam entusiasmados com a proposta, outros, entretanto, ao saberem do tamanho do aparelho, não viam vantagens na troca, acreditando terem uma geladeira melhor para atender as necessidades da sua família.

A facilitadora prosseguia a atividade enfatizando a importância de que os moradores cuidassem da manutenção dos espaços físicos do condomínio. Citando “aqueles que têm o hábito de jogar o cigarro ou o papel do biscoito pela janela”, ressaltava que os moradores “não poderiam mais ter esses hábitos”. Informava-lhes ainda que qualquer tipo de obra nos apartamentos “teria que passar pelo engenheiro do POUISO [Posto de Orientação Urbanística e Social] para ver se é viável”, de modo a não abalar a estrutura dos prédios. Tomando como exemplo um morador que desejasse instalar um aparelho de ar-condicionado, explicava-lhes o procedimento a ser adotado: “o engenheiro vai dizer se pode ou não e vai marcar onde você pode quebrar a parede para colocar o aparelho. Ele vai marcar na parede, mas a responsabilidade de quebrar a parede é do morador”.

Num segundo momento, a facilitadora pedia aos moradores que escrevessem em uma folha de papel “todas as suas expectativas em relação à casa nova”. Por mais que houvesse alguns moradores vivendo em extrema dificuldade, o trabalho de campo realizado em Embratel e o acompanhamento dessas oficinas mostraram que os moradores de Manguinhos, independente de sexo e idade, possuem as mesmas aspirações dos cidadãos pertencentes à classe média carioca: o desejo de viver com sua família em um ambiente limpo, seguro e cercado por uma boa vizinhança. Vejamos três exemplos do que foi escrito pelos participantes:

“Espero morar perto de um bom vizinho, que não beba e venha a ser brigão, porque o mau vizinho é triste. Morar em um andar e não ter paz é triste” (senhora)

“Uma boa vizinhança, uma área de lazer e um lugar limpo” (rapaz).

“Quero viver bem, ter um espaço maior e um lugar com mais segurança para poder criar minha filha” (senhor).

Uma moradora, por sua vez, falou da mudança para o apartamento como um projeto de “mudança de vida”, manifestando seu compromisso de respeitar o seu espaço e o de seus vizinhos, cuidando do apartamento “como se fosse um filho porque é uma benção de Deus e é para sempre”. Outros moradores manifestaram as expectativas de uma vida melhor, evocando - talvez por efeito já das oficinas - a sua colaboração e a de seus vizinhos na preservação do conjunto e na garantia de uma convivência feliz:

“Espero que meu vizinho respeite a minha privacidade porque eu farei a minha parte. Orientar seus filhos porque eu vou orientar o meu a não danificar, a não escrever nas paredes, não brincar nos corredores e sim na praça pública. Quero viver em paz. No que depender, vou ajudar meus vizinhos no que tiver em meu alcance” (senhor).

“Vamos morar em um apartamento, mas precisamos da colaboração de todos. Devemos respeitar uns aos outros. Devemos ter higiene e nos comportar bem e respeitar as regras dos apartamentos” (homem de meia idade).

“Espero que todos os direitos sejam iguais, porque ninguém é melhor do que ninguém” (moça).

Na terceira oficina, o tema passava a ser, portanto, as “regras de convivência”, o que alguns moradores entendiam como o ato de “você respeitar o próximo e ser respeitado por ele”, “conviver bem, ser boa vizinhança, conviver na paz e na tranquilidade”. Na atividade, a facilitadora incitava os moradores a pensarem sobre o que existia na favela que eles esperavam que fosse diferente no conjunto habitacional, aludindo uma passagem, na vida deles, entre o que seriam coisas do passado, “ontem”, e coisas do futuro, “amanhã”.

Os itens citados pelos participantes como aquilo que gostariam de mudar em relação ao modo de habitar na favela eram o desperdício de energia elétrica e água, a sujeira e o som alto. Em relação ao condomínio, citavam, por outro lado, a necessidade de economizarem a energia elétrica e a água consumidas por cada família, assim como nas áreas de uso comum, de manterem os espaços físicos sempre limpos e de respeitarem a chamada Lei do Silêncio. Este último era, certamente, o que gerava mais polêmica, pois, como ressaltava a facilitadora, seriam os próprios moradores que estabeleceriam os “limites” do uso de som alto no condomínio. Embora alguns discordassem em relação aos dias e horários previstos na legislação municipal, uma moradora enfatizava a importância de se criar este tipo de regra para garantir uma convivência tranquila entre os condôminos. Alegando que, “na favela não existe essa lei”, visto que os traficantes promovem bailes funk nas ruas, inibindo a contestação dos moradores incomodados com o barulho madrugada adentro, a moradora constatava: “Quando tem baile ninguém pede para abaixar o som”. Apesar de toda a polêmica, cabe destacar que a possibilidade de o espaço ser controlado e administrado pelos próprios condôminos, com base em regras explícitas e coletivamente construídas, e não mais no uso da força dos traficantes de drogas, demonstrava-se ser até então uma experiência democrática inédita a ser vivida pelos moradores.

Na quarta oficina, intitulada “Prefeito por um dia”, a atividade consistia em uma simulação da gestão condominial, solicitando que os moradores, reunidos em pequenos grupos, discutissem as primeiras medidas que tomariam no sentido de melhorar a qualidade de vida no conjunto

habitacional, caso fossem os seus administradores, a partir de um orçamento limitado em torno de R\$ 600,00.

Nos seis grupos organizados, a preocupação com a segurança e a limpeza do condomínio norteava as primeiras proposições realizadas. Em relação à segurança, os moradores propunham desde a colocação de grades e portões nos acessos aos prédios e olho mágico nas portas dos apartamentos, passando pela contratação de vigia e porteiro, à instalação de câmeras de vigilância. Os cuidados com a iluminação das áreas comuns dos prédios também eram citados como uma medida que visava garantir a maior segurança do local, ou, pelo menos, a redução do sentimento de insegurança dos moradores. Em relação à limpeza, as proposições iam desde a colocação de lixeiras e caçambas nas áreas comuns dos prédios à dedetização e contratação de faxineiro. Em seguida, as proposições mais citadas eram aquelas relacionadas à educação e lazer de crianças e adultos, como criação de uma escolinha de futebol, atividades de reforço escolar, construção de salão de festas e churrasqueira, instalação de internet e televisão a cabo, assim como aquelas relacionadas à estrutura dos prédios e do seu entorno, incluindo aqui a construção de bicicletários e garagem para carros e motos, a conservação dos brinquedos da praça, a instalação de telefone público e, ainda, a criação de uma área destinada aos fumantes. Embora não fossem da alçada do administrador do condomínio residencial, curiosamente quase todos os grupos propuseram ainda a geração de empregos e a formação de cursos profissionalizantes, a construção de igrejas (católica e evangélica) e a criação de serviços comerciais os mais variados, como supermercado, banco, padaria, farmácia, banca de jornal e moto-táxi. Com a ajuda da facilitadora, os participantes iam definindo as medidas que poderiam ser realizadas sem acarretar custos ao condomínio, como a limpeza dos corredores feita pelos próprios moradores em regime de escala, a fim de otimizar a relação entre as medidas almejadas e as condições orçamentárias para concretizá-las.

Num segundo momento da oficina, a facilitadora propunha aos participantes começarem a “pensar nas regras que iriam criar para o seu condomínio”. Aos pequenos grupos, distribuiu o modelo de regulamento interno que havia sido recentemente adotado no conjunto habitacional construído pelo PAC na Avenida Itaoca, no Complexo do Alemão, a fim de que os moradores discutissem os artigos que manteriam e os que modificariam no documento. Embora a atividade não tenha sido concluída nesse dia, pôde-se perceber, durante as discussões nos grupos, algumas discordâncias dos moradores em relação à proibição de animais domésticos e de atividades comerciais nos apartamentos, situações bastante comuns nas favelas de Manguinhos. Uma senhora, por exemplo, comentava com os colegas que possuía “um gato limpinho” há muitos anos e que de modo algum deixaria de levá-lo consigo para sua nova casa. Outra moradora, por sua vez, comentava que muitas mulheres sobreviviam da venda de pequenos produtos, como roupas e

cosméticos, em seu próprio lugar de moradia, mas se dizia a favor da proibição de transformar os apartamentos em verdadeiros estabelecimentos comerciais, como bares e armazéns.



Moradores reunidos em grupos durante a quarta oficina. Foto: Leticia de Luna, dezembro de 2009.

Na quinta e última oficina antes da inauguração do conjunto habitacional e da entrega das chaves aos moradores, as facilitadoras (desta vez, duas assistentes sociais) buscavam retomar a discussão anterior em torno das regras a serem criadas no regulamento interno do condomínio, a partir das alterações sugeridas no modelo adotado no Complexo do Alemão. A atividade resultaria em estabelecer junto com os participantes uma “agenda de compromissos” a ser cumprida assim que se acomodassem nos apartamentos, constituída pelas seguintes tarefas: marcar uma assembléia por bloco; eleição do síndico; montar uma comissão gestora, que será composta por moradores de cada andar; solicitar muro/grade ao redor do condomínio, telhas nas escadas e portões nos acessos aos blocos [conforme sugerido pelos participantes]; verificar as condições dos apartamentos [o chamado *check list*]; definir como manter a limpeza do condomínio; definir onde colocar o lixo doméstico, etc. Afinal, como dizia uma das facilitadoras, eles teriam que “aprender a viver no coletivo” e se organizar para mostrar algo diferente da idéia corrente de que “para pobre, tudo pode”. Caso contrário, o conjunto habitacional tornar-se-ia nada menos do que “um favelão”. Sua função, dizia uma das facilitadoras, era apenas a de “abrir uma luz na cabeça dos moradores”, a fim de evitar que o conjunto tivesse esse destino.

Uma moradora esboçava sua concordância com tudo que era dito pelas facilitadoras, mas, na sua opinião, muitos dos problemas constatados em relação à obra poderiam ser evitados se os moradores tivessem sido consultados *antes* da construção dos apartamentos. Dentre esses problemas, um dos que suscitava maior indignação dos futuros condôminos era a diminuição da

metragem dos apartamentos, que, para atender a demanda total de 1.774 famílias, quase o dobro do cogitado no início das obras do PAC em Manguinhos, passaram de 45m² para os atuais 37m². Do mesmo modo, uma das facilitadoras confessara, no intervalo da atividade, que era estranho convencê-los de que a vida no conjunto seria melhor do que a vida na favela, sem que ela tivesse conhecido os padrões de moradia dos moradores *antes* da remoção³⁰.

Em uma análise geral, pode-se, contudo, afirmar que os *Encontros de Integração* constituíam um meio eficiente de transmissão de informações e esclarecimento das dúvidas dos moradores sobre diversos aspectos, como a estrutura dos imóveis, o agendamento das visitas ao apartamento modelo mobiliado pela Casas Bahia, a entrega das chaves, a gestão do condomínio, a escritura do imóvel, os seus direitos e deveres. Aos diversos questionamentos colocados pelos moradores, os facilitadores buscavam sempre lhes dar alguma resposta, ainda que imprecisa, convocando muitas vezes a participação dos técnicos responsáveis do Canteiro Social.

A reunião promovida por tais oficinas de um grande número de moradores, ainda que aparentemente pouco integrados entre si, possibilitava ainda a identificação de demandas e desejos comuns na busca de uma vida melhor e uma moradia mais digna. Um dos efeitos disso foi a mobilização política dos moradores, que, sem a presença de um líder comunitário à frente e incentivados pelos facilitadores, organizaram um abaixo-assinado no qual exigiam do consórcio construtor a instalação de telhas através da qual a água da chuva pudesse ser canalizada, impedindo o alagamento dos corredores dos prédios³¹, e a colocação de grades nas janelas dos apartamentos a fim de “zelar pela segurança das crianças”, em concordância com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Na prática, não era apenas a proteção das crianças que estava em jogo na solicitação de grades, mas também a proteção de seus bens diante do grande número de pessoas que circulam todos os dias a região para comprar e consumir drogas na zona vulgarmente conhecida como “crackolândia”. Afinal, como disse uma moradora na oficina, “se não tiver grade, os viciados vão entrar e roubar tudo”.

Além disso, a experiência dessas oficinas realizadas com os moradores que se mudariam para os conjuntos habitacionais construídos pelo PAC reforçava a idéia de que a mudança da favela para o apartamento implicava não apenas uma adaptação a um novo tipo de moradia, mas a um

³⁰ Diferentemente da equipe técnica do Trabalho Social, os facilitadores eram geralmente contratados apenas no momento da realização das oficinas, o que lhes impedia de ter uma visão global do processo ao qual os moradores eram submetidos. Muitos deles tinham, entretanto, a experiência acumulada de ter coordenado as mesmas oficinas no Complexo do Alemão. Segundo uma das facilitadoras, em relação ao Complexo do Alemão, os moradores de Manguinhos mostravam-se mais arredios às atividades propostas e agressivos às possíveis transformações.

³¹ As visitas realizadas pelos moradores já evidenciavam à época este problema, após as fortes chuvas ocorridas no mês de dezembro de 2009. No Complexo do Alemão, os apartamentos construídos pouco antes pelo PAC já exibiam, em janeiro de 2010, infiltrações e alagamentos em diversas áreas, conforme denunciou a reportagem do jornal Extra, “PAC não passa no teste da chuva”, publicada em 21/01/10.

novo estilo de vida. Embora não houvesse uma seleção moral³² das famílias - como aquela ocorrida nos anos 1950, em relação à transferência dos moradores da Praia do Pinto para o conjunto da Cruzada São Sebastião - sendo a moradia nos apartamentos, no caso do PAC, uma opção escolhida pelos moradores durante o processo de remoção, a visão estereotipada do *favelado* como alguém que precisa ser socialmente *educado* permanecia, mesmo que mascarada pelo discurso da autonomia e da cidadania. Como uma das facilitadoras dizia aos participantes das oficinas, seu papel era o de auxiliá-los até que aprendessem a gerir, sozinhos, a vida coletiva no condomínio, “como se fosse uma criança aprendendo a andar (...). Vai ter um momento que o PAC vai sair e vocês vão andar com as próprias pernas”.

Entre os moradores que participavam das oficinas, por sua vez, não se identificou um padrão comum de resposta às atividades realizadas pela equipe do Trabalho Social. Enquanto uma parte dos moradores presentes participava ativamente das oficinas, reconhecendo como relevantes as informações e orientações recebidas, sobretudo para “aqueles que realmente precisam”, outra parte mostrava-se apática diante de quase tudo o que lhe era proposto e uma parte consideravelmente menor mostrava-se bastante contestadora, sobretudo em relação às regras impostas pelo novo tipo de moradia. Uma senhora, em particular, destacava-se no grupo pelo tom irônico com que costumava reagir às questões colocadas pelos facilitadores nas oficinas.

Numa das atividades em que se discutiam algumas das possíveis interdições a serem acordadas pelos moradores na elaboração do regulamento interno, como aquelas referentes à presença de animais domésticos, à instalação de grades e aos limites do som alto, a moradora criticava, em voz alta, a complexidade do que seria viver no condomínio: “Esses apartamentos vão dar muita confusão! Preferia o meu barraquinho, com todo respeito...”

Conforme previsto, as primeiras unidades habitacionais do PAC em Manguinhos foram inauguradas no dia 22 de dezembro de 2009, mediante a presença do presidente Lula, do governador Sérgio Cabral, do prefeito Eduardo Paes, da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, do ministro das Cidades, Márcio Fortes, e do presidente da EMOP, Ícaro Moreno Júnior. No discurso de inauguração, o presidente ressaltou a consolidação de uma nova perspectiva das políticas públicas urbanas:

³² De acordo com a pesquisa de Simões (2008: 169), por exemplo, a seleção das famílias da Praia do Pinto realizada pelas assistentes sociais da Fundação Leão XIII baseava-se nos seguintes critérios: “residir na favela há pelo menos quatro anos; ser realmente pobre, isto é, impossibilitada de alugar ou adquirir morada fora da favela; estar legalmente constituída, ou pelo menos, enquadrada na moral natural e com alguma prole; não possuir membros marginais”.

“O que está acontecendo aqui está acontecendo em várias favelas do Rio de Janeiro, porque acabou aquele tempo em que os governantes ficavam brigando entre si e acabou o tempo em que as obras eram feitas apenas nas regiões ricas de cada cidade. Nossa prioridade é cuidar do povo mais pobre deste país”.

Além dos 416 apartamentos, foram inaugurados na área do antigo DSUP um centro cívico, centros de geração de renda, de apoio jurídico e de referência da juventude e a primeira Biblioteca Parque no Rio de Janeiro, equipamento público multifuncional com o objetivo de oferecer à comunidade acesso imediato à informação, inclusão e transformação social. Com o estabelecimento de parcerias com universidades e empresas privadas, foi propagado em jornais de grande circulação que cada família realocada nos apartamentos ganharia um laptop com internet gratuita, graças ao convênio firmado entre os governos federal e estadual com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). Afinal, conforme dizia uma moradora, “não é porque a gente é pobre que a gente tem que aceitar qualquer coisa”. Como qualquer cidadão, os moradores de Manguinhos não querem somente casa e comida, mas também educação, diversão e arte. Entretanto, como diz o ditado, alegria de pobre dura pouco, a distribuição dos laptops na inauguração foi apenas uma simulação. Tão logo uma moradora posou para a foto com o laptop ao lado dos governantes foi obrigada a devolvê-lo imediatamente sob a orientação de que o receberia de volta após a instalação de todos os moradores nos apartamentos.



Cabral, Dilma e Lula em Manguinhos. Fonte: Site da EMOP, 22/12/09.

Em 28 de janeiro de 2010, as pesquisadoras foram ao conjunto habitacional para saber como estavam sendo os primeiros dias de alguns ex-moradores de Embratel no novo endereço.

Transitando por entre os cinco blocos construídos, era possível perceber que muitos dos apartamentos ainda não estavam ocupados, seja porque os moradores beneficiados não haviam ainda tido tempo de organizar sua mudança, seja porque não participaram dos *Encontros de Integração* e, assim, não receberam as chaves dos imóveis, o que, segundo conversas com os moradores do conjunto, representava a situação da maioria dos imóveis vazios.

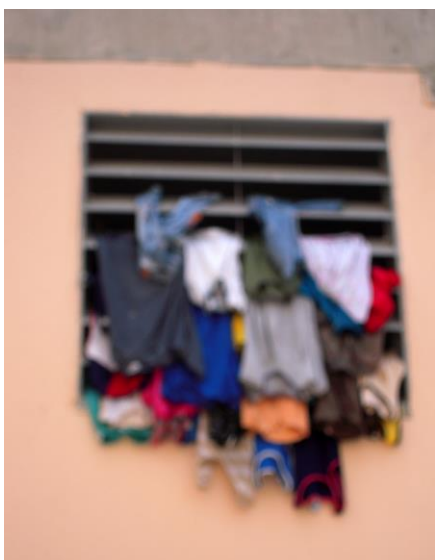


O conjunto construído pelo PAC. Fotos: Cláudia Trindade e Leticia de Luna, janeiro de 2010.

Quanto aos imóveis ocupados, podia-se de imediato perceber algumas formas de se apropriar do conjunto que aludiam ao modo de habitar na antiga favela, como a visibilidade das roupas estendidas para secar sobre as sacadas e janelas dos imóveis e a existência de pequenas “barracas” improvisadas na entrada de alguns apartamentos, sobretudo no térreo dos blocos, onde eram vendidos biscoitos, doces, bebidas e sacólés. A primeira, como se pôde notar, derivava do próprio projeto arquitetônico dos apartamentos, que não previa a construção de áreas de serviço onde os moradores pudessem lavar e pendurar suas roupas para secar. Na opinião das pesquisadoras, esse tipo de moradia, ao reproduzir o modelo francês, não levava em conta a importância desse espaço nas residências das famílias brasileiras. Mesmo que os planejadores tenham tardiamente percebido a falha, improvisando uma pequena sacada num dos quartos, construída exclusivamente para a instalação de um varal de chão, esta medida não evitaria, como previam as pesquisadoras, que o imóvel fosse ocupado de outra maneira. Vale destacar também que os apartamentos do primeiro andar não foram contemplados nem mesmo com a exígua varanda dos

andares superiores, fazendo com que as janelas da cozinha se tornassem verdadeiras molduras de roupas a secar. Embora o termo assinado pelos moradores os proibisse de colocar roupas e objetos nas janelas dos apartamentos, várias dessas cenas foram vistas nos apartamentos já ocupados. Roupas penduradas, umas sobre as outras, nas janelas dos quartos e da cozinha, e, em alguns casos, em cordas esticadas entre as janelas, na área externa do prédio, denunciavam que o espaço planejado para esse fim era insuficiente diante das necessidades das famílias, muitas delas com várias crianças.

Em relação à presença das “barracas”, tão característica nas favelas, embora o termo de ocupação também os proibisse de realizar atividades comerciais nos apartamentos, as razões dos moradores eram as mesmas de quando moravam na favela, ou seja, o pequeno comércio era, muitas vezes, a única fonte de renda das famílias. Além disso, como “todo mundo gosta de ter tudo perto”, montar o negócio na própria residência, atendendo a demanda das crianças e adolescentes do próprio conjunto, representava uma oportunidade que não podia ser desperdiçada.



Vestígios do modo de viver na favela: as roupas nas janelas e as “barracas”. Fotos: Letícia de Luna e Mônica Dias, jan/2010.



Entre os ex-moradores de Embratel localizados no conjunto, predominava o sentimento de satisfação, sobretudo entre os mais pobres, que foram os primeiros a se mudarem para a nova moradia. Para Dulcinéia, por exemplo, que antes morava num barraco de madeira e se mudou para o apartamento do bloco 5 no dia 10 de janeiro: “Para quem não tinha quase nada, isso aqui está muito bom”. Para quem já tinha perdido todos os seus pertences no incêndio ocorrido em Embratel e vivia de pequenos biscates, o apartamento do PAC representava um novo recomeço de vida. Sem muitos bens, mostrava, um tanto envergonhada, o apartamento ainda quase vazio. Como na antiga favela, transformou sua residência em uma pequena “barraca”. No papel colado ao lado da porta do

apartamento, anuncia que vende “sacolés e copinhos da fruta”. Sua principal clientela são as crianças, que, segundo conta, têm ficado tão alvoroçadas com o novo espaço de moradia que ficam até a noite brincando no parquinho e nas áreas externas do conjunto.

Já para Maria da Penha, que se mudou para o conjunto no dia 11 de janeiro, a alegria podia ser percebida na organização quase completa do apartamento e nos investimentos que a família estava fazendo com a aquisição de novos móveis e aparelhos domésticos. Entretanto, já identificava alguns problemas na infraestrutura do imóvel, como a existência de poucas tomadas elétricas e a “luz fraca”, o que lhe impossibilitaria de utilizar o forno microondas recentemente presenteado pelo marido. Apesar disso, o apartamento lhe representava um luxo nunca antes imaginado: “Estou num palácio. Eu me sinto a Rainha da Inglaterra!”.

Como todos os outros moradores que já haviam ocupado os apartamentos, Dulcinéia e Maria da Penha receberam, junto com as chaves, a planta baixa do imóvel, quadros com informações sobre as cargas elétricas e a instalação hidráulica e um *manual do proprietário*, com orientações sobre a preservação das áreas comuns e privativas.

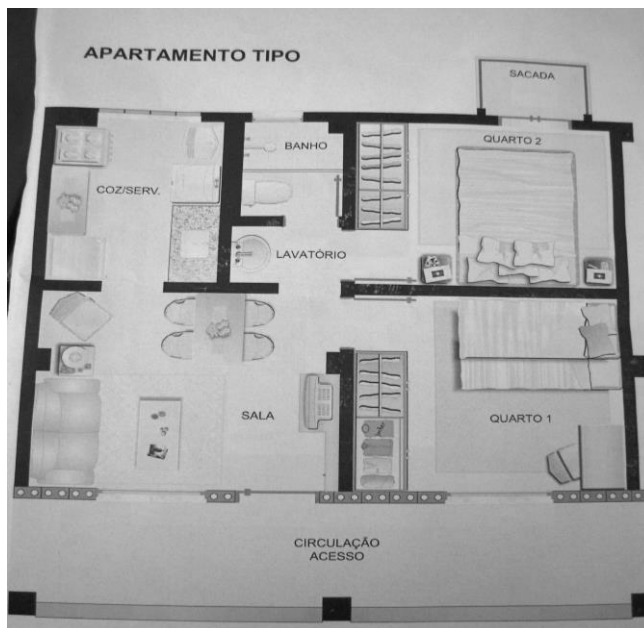


Foto: Leticia de Luna, janeiro de 2010

Ainda que implicitamente houvesse, no projeto do PAC, a crença de que as condições materiais do novo *habitat* poderiam homogeneizar grupos que eram diferentes antes da instalação no conjunto, a vergonha de Dulcinéia em exibir seu apartamento quase vazio, o entusiasmo de Maria ao exibir os pertences comprados especialmente para mobiliar e decorar a nova moradia e, ainda, a mudança protelada dos que acreditavam estar em melhores condições antes da remoção, apontam o quão complexa poderia significar a convivência de diferentes grupos de moradores no mesmo conjunto habitacional³³.

³³ Como bem analisou Simões (2008: 208), a respeito do que designou como “o mito da simetria” no conjunto habitacional da Cruzada São Sebastião, longe de fomentar uma equânime possibilidade de mobilidade social a partir tão somente das condições infraestruturais, a instalação de diferentes grupos nos conjuntos pode atuar como um revelador das possibilidades econômicas diferenciadas daqueles que coabitam, aumentando até mesmo a diferenciação social que anteriormente operava na favela.

4. CHP 2: o provisório que se transformou em definitivo enquanto dure

Até o início do século XX, grande parte do território da cidade do Rio de Janeiro era tomada por mangues com suas vazantes e afluentes que permitiam inclusive a navegação em pequenos barcos³⁴. Desde então, a geografia da cidade sofreu inúmeras alterações com aterros, arruamentos e novas malhas viárias que permitiram o acesso e a ocupação de novos territórios. Manguinhos, como o próprio nome evoca, reflete este perfil de área alagadiça que, ao longo de décadas, passou por diversas intervenções buscando gerar condições de habitabilidade no lugar. Na descrição de Elmo Amador (1997), a região de Manguinhos era composta por manguezais, com áreas arenosas, que constituíam bancos de areia, praias e mangues, num conjunto geofísico “harmonioso”, parte de uma composição integrada à um sistema lagunar. Direta ou indiretamente perpassam atualmente diferentes áreas de Manguinhos os rios Jacaré, Faria-Timbó e o Canal do Cunha. Estes entrecortam o lugar e deságuam na Baía da Guanabara, levando todos os detritos e poluentes *in natura*, sendo este um dos fatores de grande poluição da região, que é, historicamente de difícil solução e, no quadro geral das obras do PAC, não são apresentadas medidas que visam promover uma intervenção nesta área³⁵.

A geografia descrita é de extrema importância para compreendermos tanto sua ocupação na área quanto as atuais intervenções nela ocorridas. CHP 2 é parte de Manguinhos e, apesar de cada área do lugar ter uma história particular, sua constituição territorial como “manguezal” cabe a todo território. Assim, vale ressaltar que há estudos para algumas microáreas, como a CCPL³⁶, por exemplo, que apontam para a impossibilidade de serem realizadas certas obras, principalmente pelo fato do terreno ser considerado “argiloso”.

Nota-se que a ocupação *bricoleur*, feita de partes distintas, de espacialidades, histórias e temporalidades diferenciadas, edificou um *lugar*, uma totalidade. Vê-se que casas foram sendo construídas conjuntamente com as estratégias de sobrevivência individuais e coletivas, que requeria principalmente a promoção de infraestrutura urbana, em especial o saneamento mesmo de forma precária, feito em etapas e diferentes parcerias, que permitia assim a habitabilidade do local.

Historicamente, CHP 2 funcionou, durante as décadas de sessenta e setenta, como uma área de “triagem” (Fernandes & Costa, 2009). Moradores removidos de diversas favelas eram provisoriamente instalados antes de prosseguirem para conjuntos habitacionais construídos pela

³⁴ Maurício Abreu (1997) descreve a ampliação da cidade do Rio de Janeiro a partir das obras de drenagens e aterro fornecendo possibilidade de acesso e formação de zonas urbanas como o bairro do Catumbi e Estácio, entre outros.

³⁵ Sendo esta uma das críticas apresentadas pelo Comitê de Acompanhamento das obras do PAC, que se reunia na ENSP, formado por lideranças do lugar, moradores, representantes de movimentos sociais e representantes de grupos de pesquisa e laboratórios vinculados à Fiocruz.

³⁶ Informação citada em reunião na ENSP por Patrícia Evangelista, liderança comunitária e moradora de CHP2, no “Seminário PAC-Manguinhos”, ocorrido em 04 de março de 2010.

Companhia de Habitação Popular (COHAB)³⁷ na zona oeste da cidade. Sua denominação “CHP” refere-se à sigla utilizada para os “Conjuntos de Habitação Provisória”, que, nos anos 1960, totalizavam oito unidades espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro³⁸, no âmbito de um grande programa de erradicação das favelas na cidade. Tratava-se, como aponta Valladares (1978), de um processo abrangente que visava “solucionar o problema da favela” no Rio de Janeiro, sendo parte integrante de um quadro geral de transformações urbanas pelas quais passava a metrópole e também a sociedade brasileira, que em tal período buscava retomar o crescimento econômico e remodelar seu espaço urbano.

Visando inserir, a partir de 1964, os antigos favelados no Sistema Financeiro de Habitação, a distribuição das famílias removidas era efetuada pelas assistentes sociais da Fundação Leão XIII com base em seu nível socioeconômico. Assim, enquanto as famílias cuja renda permitisse pagar as prestações do apartamento eram diretamente transferidas para os conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), aquelas que não atingiam ao nível exigido (um salário mínimo por mês) eram transferidas para os CHP’s, onde permaneceriam até terem condições de participar do programa de aquisição da casa própria. Junto à Nova Holanda, Manguinhos era um dos CHP’s destinados a acolher o que as assistentes sociais chamavam de “sobra das remoções” (Trindade, 2006). Restava a estas famílias mais pobres optar apenas entre uma das duas localidades como moradia, produzindo uma *marca* delimitadora entre aqueles que podiam ou não pagar as taxas de um financiamento.

Enquanto os primeiros CHP’s foram extintos entre os anos de 1969 e 1975, o CHP de Manguinhos permaneceu³⁹. Algumas de suas casas eram construídas em alvenaria, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda e área de serviço, outras eram construídas em madeira, sendo o único cômodo privativo o banheiro. Em 1951, tinham sido construídos na região conjuntos de prédios de quatro a cinco andares, cujas estruturas foram abaladas por uma forte enchente e teve que ser demolido por volta de 1972. Em seu lugar, foram construídas casas de madeira que ali permaneceram com o nome de CHP 2.

³⁷ No antigo Estado da Guanabara, o órgão tinha a denominação COHAB-GB. Em 1975, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, passou a se chamar CEHAB-RJ.

³⁸ Diferentemente da experiência dos Parques Proletários Provisório nos anos 1940, cujos efeitos foram limitados, a política pública desenvolvida nos anos 1960, que incluía a construção dos CHP’s, consistia em uma operação gigantesca de remoção sumária das favelas para conjuntos habitacionais.

³⁹ O CHP de Manguinhos era o quarto da cidade. Com a extinção do CHP do Caju, em 1969, cujo terreno foi cedido para a construção do canteiro de obras da Ponte Rio-Niterói, o CHP de Manguinhos passou a ser o de nº 2.



CHP2, 1971 – Fonte: www.favelatemmemoria.com.br/

Para Manguinhos, migraram famílias oriundas tanto de favelas da zona sul (Catacumba, Praia do Pinto, etc) quanto da zona norte da cidade (Esqueleto, Cachoeirinha, etc). Para algumas delas, Manguinhos lhes parecia à primeira vista mais atrativo do que Nova Holanda porque gozaria de uma maior infraestrutura, afinal, “tinha até prédios”. Alguns moradores entrevistados disseram que um dos atrativos de Manguinhos em relação a alguns locais de origem era o fato de ser uma área “plana”, ou seja, não era “morro”, melhorando o acesso à água, para fazer compras e tudo o mais.

A principal responsável pelo reassentamento das famílias era a Fundação Leão XIII, instituição criada em 1946 pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, e que, em 1963, se tornou autarquia do Estado⁴⁰. Era através dela que os moradores negociavam a possibilidade de ser transferido para um conjunto habitacional, mediante a devida comprovação de renda exigida ou de reivindicar a possibilidade de realizar alguma melhoria no imóvel. Cabia também à instituição a tarefa de controlar a distribuição de energia elétrica e organizar o espaço, impedindo, por exemplo, alterações nas estruturas dos imóveis. Isso não significa de fato que sua função teve êxito, pois, para além da vigilância havia as apropriações do espaço por parte dos moradores que, de modo geral, (re)criavam as próprias regras.

⁴⁰ Sobre a participação de instituições e militantes católicos nas políticas habitacionais direcionadas às favelas cariocas, ver: Freire, Gonçalves e Simões (2010).



Fundação Leão XIII, CHP2 – Foto: Letícia de Luna, 2009.

Dadas as inúmeras dificuldades em atender as exigências para residir nos conjuntos habitacionais da COHAB, sobretudo o pagamento das prestações, muitas das famílias acabaram fazendo da sua habitação provisória no CHP definitiva. Como ocorreu com diversos outros conjuntos provisórios construídos para erradicar favelas da cidade, como o de Nova Holanda, por exemplo, CHP 2 passou a ser reconhecido, anos depois, também como uma favela, ou parte dela – *Manguinhos* - preservando o seu nome original.

Ao chegarem em Manguinhos, contudo, os novos moradores, removidos de sua localidade de origem, invariavelmente sentiam na pele as conseqüências deste tipo de política habitacional. Perdiam suas referências de vizinhança, de parentesco, de origem e, em alguns casos, restavam-lhes somente com o sentimento de impotência e incapacidade de pertencer ao grupo com maiores condições de fazer escolhas (não quanto à não ser removido, mas para onde poderiam ir). Por outro lado, a exigência do pagamento das prestações impediu de certa forma a locomoção dos moradores que ali chegaram. Uma moradora entrevistada relatou o sentimento de tristeza que tinha por ter ali permanecido. Quando criança o que sempre sonhara era poder mudar daquele lugar, mas, como tantas amigas suas, “foi ficando”. Vivendo há mais de quarenta anos na região, alimenta ainda hoje a idéia de um dia poder sair dali. Evidentemente, ela valoriza as relações que estabeleceu no lugar, mas mantém viva a memória de não ter podido, financeiramente, fazer outras escolhas. Este parece ser também o caso de muitos outros moradores que saíam da localidade, mas acabavam retornando por diferentes motivos, um dos moradores descreveu que era como se ali existisse “um ímã”.

A precária infraestrutura urbana da localidade foi sendo alterada, ao longo dos anos, através de ações promovidas pelos próprios moradores, que foram realizando pequenos aterros e mutirões para obras de saneamento. Os investimentos individuais dos que ali se estabeleceram acrescidas a pequenas intervenções públicas que visavam melhorar a infra-estrutura urbana local, foram garantindo, assim, a permanência da população.

Vêm-se ao lado as mudanças ocorridas através do tempo nas moradias. Alguns moradores reformaram as casas, sobretudo elevando o nível do piso, numa busca de resguardar seus bens durante as enchentes e para o maior conforto familiar.

Foto: Mônica Dias. 2009



Além do Conjunto de Habitação Provisória, Fernandes e Costa (2009: 63) citam alguns programas que foram previstos, mas não totalmente concretizados na região de Manguinhos, como *Cada Família um Lote*, na década de 1980, que previa a regularização da propriedade do solo, o Programa de Favelas da Companhia de Água e Esgotos do Rio de Janeiro (PROFACE/CEDAE) e um programa de iluminação pública desenvolvido pela Prefeitura. Ao final da década, outra medida governamental influenciou na remodelação local: o Projeto de Urbanização Comunitária/Mutirão Remunerado, implementado em 1989 pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS).

Constatou-se que na principal representação do lugar feita pelos moradores, ou seja, em seus aspectos simbólicos, está presente a imagem de “alagado”, quase sempre vinculado à idéia de abandono do poder público. Por este motivo, quando se perguntava a respeito de suas impressões sobre a obra ou algo a ela relacionado eram constantes as versões sobre o espaço alagado, as enchentes e o entendimento de que a obra não resolveria de fato o problema⁴¹.

⁴¹ Segundo moradores, as enchentes não eram decorrentes somente de fortes chuvas que assolavam a cidade, mas também de inesperadas *cabeças d'água*, iniciadas no sopé da nascente e que desabavam neste território de vazantes ramificadas por toda sua extensão e soterradas à base de entulhos e lixos, que formavam a estrutura basilar das casas e das vias públicas de Manguinhos. Mas foi devido às ditas “*cheias*” que este território recebeu a maior atenção do poder público, buscando extirpar um mal imediato: o alagamento. Assim, as intervenções que a população reconhece ter recebido vieram, sobretudo, para dar rumo às águas.

Retornando ao nosso ponto inicial, as cheias, as inundações, o esgotamento precário e a nem sempre eficaz atenção do poder público nesta área são determinantes para a maior compreensão da relação que os moradores estabeleceram com as obras do PAC, que primaram, principalmente na região de CHP 2, em solucionar este antigo problema, perpetuado há décadas pela precariedade no tratamento desta área, que a exemplo de tantas outras cresceu sem o devido planejamento urbano.

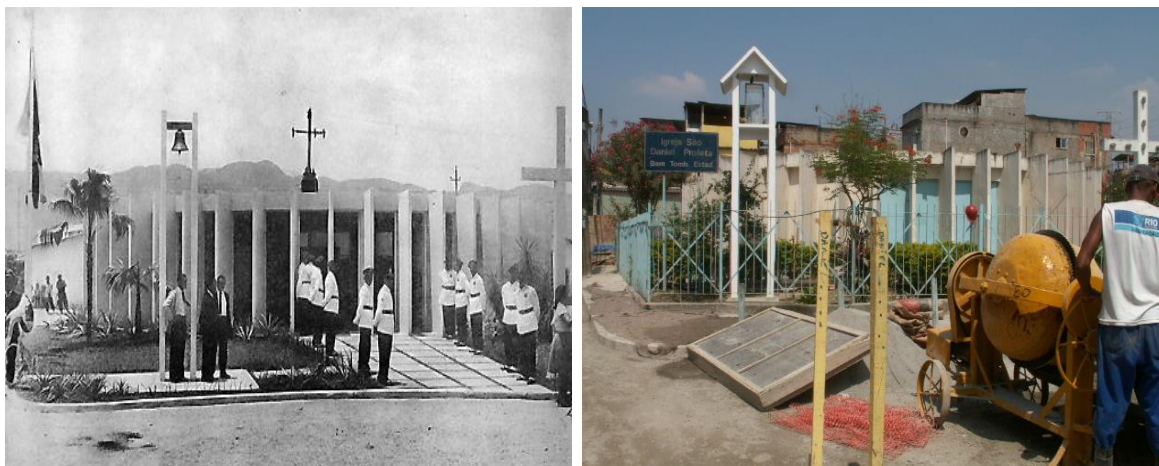
Andando por CHP 2 durante a pesquisa de campo, observou-se, através de suas construções e de sua gente, os problemas vividos ao longo dos anos e as medidas que reiteradamente a população procurou solucionar através de sua mobilização interna, coletiva e individual, que permitiu, em certos casos e em certas casas, tornar o ambiente com uma estrutura que permitisse minimamente viabilizar uma estrutura urbana. Alguns desses moradores reclamam do fato de que as atuais obras do PAC estão desfazendo obras que eles consideram que estavam melhores antes.

4.1. A localidade de CHP 2

As pesquisadoras chegaram pela primeira vez na localidade num sábado ensolarado e por todo o lugar em que andavam observava-se uma grande movimentação de pessoas. Muitas crianças brincavam nas ruas, em alguns bares havia quem tocava algum instrumento, conversava ou jogava carteados. Em algumas áreas o exíguo espaço destinado ao lazer coletivo era improvisado com cavaletes e tábuas velhas que eram transformados em mesa de *ping pong*, no jogo até a própria raquete era improvisada com pedaços de madeira. Os traficantes se concentravam nas chamadas “bocas-de-fumo”, mas também eram vistos circulando pelas ruas em potentes motos.

Esta área denominada CHP 2 está bastante integrada às duas outras localidades vizinhas: Parque João Goulart e Vila Turismo. A relação de proximidade se reflete no uso dos espaços comuns, como o campo de futebol e as igrejas. Vale destacar a esse respeito a presença da Igreja São Daniel O Profeta, obra arquitetônica de Oscar Niemeyer com pinturas da via sacra do pintor fluminense Alberto da Veiga Guinard, mas pouco conhecida dos cidadãos e milhares de turistas que visitam a cidade⁴². O local era considerado antigamente como Parque São José, mas atualmente é referência entre as partes pertencentes a João Goulart e CHP 2.

⁴² A igreja foi tombada por decreto municipal em 1998 e posteriormente pelo IPHAN. Num site de imagens do Rio antigo encontra-se a informação de que é “arriscado” visitar a igreja por ela se encontrar na “Faixa de Gaza” de Manginhos. Conferir em: http://fotolog.terra.com.br/carioca_da_gema:444).



Fonte: http://fotolog.terra.com.br/carioca_da_gema:444). Foto: Mônica Dias, 2009.

No início do trabalho de campo, as pesquisadoras foram apresentadas à CHP2 através da Comissão Renasce a União em Manguinhos (RUM), que havia passado dois meses antes a controlar politicamente a administração das três Associações de Moradores unificadas (CHP 2, Parque João Goulart e Vila Turismo). Essa era, naquele momento, a porta voz reconhecida pela localidade para mediar relações deste tipo e a comissão era dirigida pelo ex-presidente da Associação de Moradores de Parque João Goulart, o senhor Erivaldo Silveira de Lira, mais conhecido como “Lira”. Segundo informações dos membros dessa comissão, a recente unificação das associações teria ocorrido para facilitar a negociação com as diferentes esferas do poder público que estavam atuando na região e também com outras iniciativas privadas⁴³. Assim, os encontros das pesquisadoras no campo ficaram inicialmente orientados por diferentes lideranças, sobretudo, o Lira, a Simone, e o Arlindo, que compunham a referida comissão, e algumas vezes por um ou outro membro das Associações de Moradores, cujas sedes continuavam a existir e prestar alguns serviços às comunidades. E foi a partir da associação localizada em João Goulart que as pesquisadoras geralmente encontravam com as lideranças, sendo esta a forma encontrada para poderem circular sem problemas na localidade.

Na primeira visita guiada pelas lideranças, no contexto das obras do PAC apresentaram alguns problemas que consideravam de maior gravidade: ruas com esgoto aparente e casas ameaçadas de desabamento. Neste momento inicial as obras pareciam não satisfazer a demanda, mostravam problemas que não estavam previstos de serem resolvidos, principalmente os relacionados às moradias em estado precário. Assim, as primeiras constatações foram, ao longo da

⁴³ Como a aproximação com a Rede Record de Televisão, que eventualmente realizava alguns eventos sociais na localidade, observou-se também a negociação com uma empresa de ônibus que garantia uma espécie de cota de empregos para moradores da região e, em troca, pedia que a comissão impedisse os ataques aos coletivos em “manifestações” e também a regulação dos “atentados” promovidos por “craqueiros” na área.

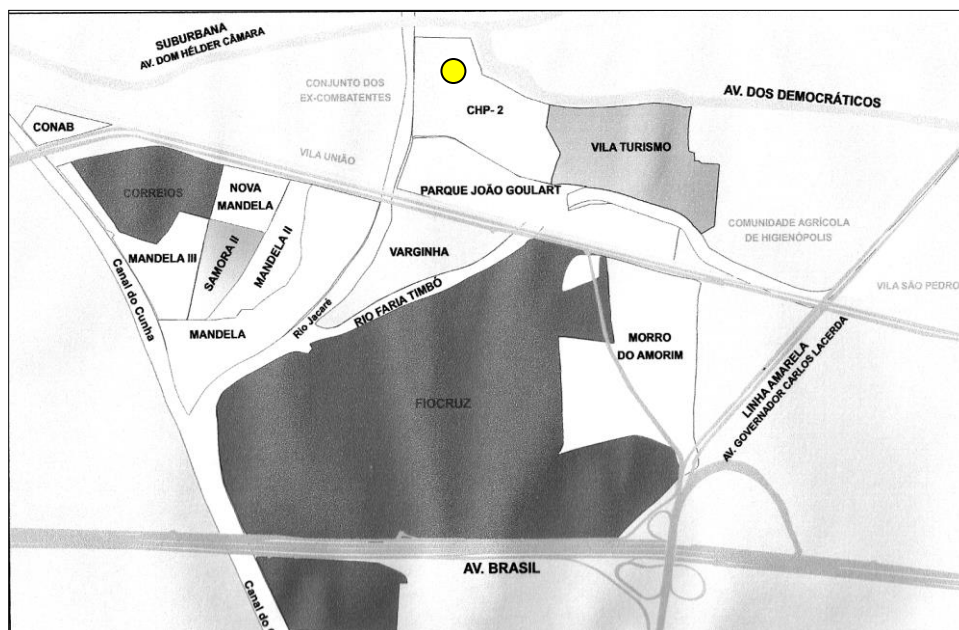
passagem pelo lugar, configurando-se num quadro bastante complexo de necessidades que não seriam resolvidas somente com as obras previstas pelo PAC na região,

Delimitar CHP 2 atualmente é uma tarefa árdua, pois, em função do PAC, a localidade já havia sofrido, no momento de realização da pesquisa, alterações em sua circunscrição territorial pela Prefeitura. No PAC, estava prevista a construção de 192 moradias em Parque João Goulart, entretanto, o limite entre as duas áreas é tênue e algumas dessas unidades estavam localizadas na área que os moradores designavam como sendo CHP 2. Então, esta área passou a ser considerada pela Prefeitura, responsável pela realocação dos moradores, como João Goulart e não CHP 2. Nas casas ali existentes já era possível ver a inscrição “SMH” – sigla de Secretaria Municipal de Habitação - anunciando sua futura demolição. Um dos limites recentemente posto foi a adutora da CEDAE que atravessa a parte até então considerada pertencente a João Goulart.



A adutora que corta o território de Manguinhos. Foto: Leticia de Luna, 2009

A Igreja São Daniel, como vimos, é outra referência, da Rua São José até a linha férrea, ou seja, o lado esquerdo de quem chega pela estação de trem seria Parque João Goulart, enquanto todo o lado direito, até a Avenida dos Democráticos seria CHP 2. Nesta área circunscrita está parte do campo central onde fica uma microárea conhecida como “Coréia”, bastante movimentada por concentrar grande parte da venda e consumo de drogas, e onde algumas casas já haviam sido demolidas. A confusa denominação do lugar, CHP 2 ou João Goulart, foi citada em diversos depoimentos colhidos pelas pesquisadoras ao longo do trabalho de campo. Alguns moradores diziam, “aqui era João Goulart, mas agora estão dizendo que é CHP 2; eu não sei mais...”. Porém, a grande maioria dos moradores continuava utilizando em seu cotidiano a antiga nomenclatura.



O mapa de Manguinhos, destacando-se em amarelo a localidade de CHP 2

Em relação ao acesso, CHP 2 possui diversas entradas. Dependendo do destino do morador ou do visitante pode-se chegar pela Avenida Leopoldo Bulhões ou pela Avenida dos Democráticos. Na chegada pela primeira avenida, há duas entradas principais, uma pela “estação”, outra pela “linha” do trem, sendo esta última a mais utilizada pelas pesquisadoras por ser considerada a mais segura e por permitir ter uma visão geral, panorâmica, do lugar, podendo do alto da estação se observar o trânsito, o fluxo dos moradores, seu ir e vir. No meio da semana, no horário próximo ao do almoço, a criançada de uniforme alaranjado demonstrava o predomínio de estudantes da rede pública municipal. Descendo a escadaria da estação passava-se pelas margens do rio Faria Timbó, sendo necessário atravessá-lo por uma estreita ponte de alvenaria para chegar na Associação de Moradores de Parque João Goulart. Neste ponto logo se avistavam dois campos de futebol, que ocupavam boa parte da extensão sob as torres de transmissão da Light. Noutra área contígua, o espaço servia de depósito de lixo, de estacionamento e também como criadouro de animais, como cavalos e porcos⁴⁴. Havia uma grande movimentação de caminhões e materiais das obras do PAC neste local, por ser este o espaço mais amplo da localidade. Como podemos perceber nesta fotografia, ali estavam dispostas as “caixas de passagem” que seriam utilizadas na obra.

⁴⁴ Foi encontrado uma espécie de *haras* urbano, com dezenas de cavalos pastando em meio ao lixo e comumente se deparava com rapazes percorrendo o lugar a cavalo. Também foi encontrada criação de porcos que, segundo uma jovem, apesar de andarem soltos por toda a parte, todos “tinham dono”.



Foto: Mônica Dias, 2009

Ainda em relação aos acessos, vale à pena destacar um depoimento de uma das moradoras de CHP 2 entrevistadas cujo filho morava em Mandela, mas que não ia muito visitá-lo por lá por considerar a favela “longe” de sua casa. Este “longe” também era representado com um certo temor, pois acreditava que “o outro lado” – ou seja, do outro lado da linha do trem - era “mais perigoso”, também não gostava de atravessar a linha do trem para chegar à Avenida Leopoldo Bulhões, principalmente por ter que passar pela Coréia, que era uma área temida por muitos moradores⁴⁵. Muitas pessoas não queriam morar por ali, principalmente por ser um forte ponto de venda e consumo de drogas, sobretudo de crack. Era neste local que ainda tinha casas num valor mais barato. Com exceção dessa microlocalidade, as áreas mais próximas às avenidas eram consideradas mais valorizadas e, por tal motivo, custava mais caro comprar ou alugar uma casa. Morar próximo ao “asfalto” era o desejo de muitos moradores que viviam mais “no meio” de Manguinhos. Este “meio” significava estar no “meio” do que não se queria ver nem viver. Por outro lado, morar próximo ao “asfalto” era ter acesso facilitado aos meios de transporte, não estar no “meio” dos conflitos existentes na favela e representava também para muitos a ascensão social. Assim, a mesma moradora que não atravessava CHP 2 para ir para Mandela, na própria região de Manguinhos, pegava semanalmente um ônibus para fazer sua hidroginástica no centro da cidade, utilizando como saída a Avenida dos Democráticos.

A observação *in loco* das intervenções públicas contribuiu para pensar as descontínuas ações do poder público no espaço urbano. Evidentemente que com o passar dos anos as demandas

⁴⁵ Curiosamente, esta era a mesma representação que os moradores de Embratel tinham a respeito da área na qual se encontrava CHP 2, chamada por eles como sendo propriamente “Manguinhos”.

se modificaram, porém, o que se constata atualmente é uma situação de precariedade urbana, em que não são garantidos direitos mínimos estabelecidos pela Constituição Federal, como moradia e saneamento básico. A atual intervenção do PAC na localidade é significativa de um tipo de política pública que, ao contrário da que motivou o surgimento de CHP 2, visa fixar as pessoas nos seus respectivos locais de moradia, assegurando-lhes uma melhor qualidade de vida, ao contrário de removê-las para locais distantes de sua organização comunitária, seu espaço de lazer, de vida. Ouve-se falar de um PAC 2 para complementar a obra, mas, como será visto adiante, há quem aposte que em menos de dois anos o saneamento feito não comportará a estrutura que existe, pois, de fato, muitos problemas não foram saneados e, na expressão de um morador, “estão enxugando gelo”.

4.2 As ações do PAC na localidade

As obras do PAC em CHP 2 visam fornecer infraestrutura básica à localidade através de: sistema de água, esgoto e drenagem; pavimentação de ruas; creche para 120 crianças; iluminação pública; coleta de lixo; paisagismo. Estão, no entanto, previstas desapropriações de 51 unidades para a construção da creche, 5 unidades para a abertura de via de acesso (rua Maravilha) e 91 unidades para a construção de uma via *non aedificandi* (urbanização sobre a adutora). Para o sistema de abastecimento de água estão previstos 7.991m e 1.812 ligações domiciliares. Para o sistema de coletores está previsto uma rede de 4.084m, com 1.696 ligações de unidades domiciliares e a pavimentação de 9.186m² de vias e 5.056m² de calçada na Av. Democráticos⁴⁶.

Em CHP 2, as obras de infraestrutura urbana são realizadas pela Prefeitura do Rio e contou com um trabalho social prévio, como determina a lei que regulamenta o trabalho social em intervenção de provisão habitacional e urbanização, em ações e programas geridos pelo Ministério das Cidades⁴⁷. O censo, coordenado por supervisores contratados pela prefeitura e aplicado por entrevistadores selecionados nas comunidades, foi realizado entre os meses de junho de 2008 e março de 2009, aplicados aos “chefes de família” ou “cônjuge”⁴⁸. Houve inúmeras críticas por parte dos moradores da forma como foi feito o censo, pois, segundo disseram, não ficava claro para quem estava sendo feito. Como veremos a seguir, as obras se iniciam sem que os moradores de

⁴⁶ Informações retiradas do portal do IBASE : <http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=2710>, fornecidos pela Secretaria de Habitação.

⁴⁷ A regulamentação (Instrução Normativa nº8 de 8 de março de 2009) fornece orientações para o desenvolvimento do trabalho social, nas fases de implementação, desenvolvimento e avaliação do projeto. O Trabalho social destina-se a promover o desenvolvimento local, sobretudo para a melhoria da qualidade de vida da população local, conforme documentação do ministério das Cidades : <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/pac/IN-008-2009%20%28Trabalho%20Social%29.pdf>

⁴⁸ Dados fornecidos por: www.egprio.rj.gov.br

fato tivessem a real compreensão sobre quais seriam as intervenções que ocorreriam no lugar em que viviam.

Alguns moradores comentaram que foi sugerido pelo “Trabalho social” que fossem eleitos representantes dos moradores por rua em CHP 2, mas que, por diferentes motivos, não houve uma adesão ampla desta proposta, ficando a cargo da Associação de Moradores grande parte das negociações.

4.3. As percepções dos moradores sobre o PAC

Como dissemos anteriormente, a presença dos órgãos públicos na localidade, especialmente da Prefeitura, trouxe aos moradores de CHP2 grandes expectativas sobre as mudanças que ocorreriam na localidade, fator este acrescido com a falta de informação. Esta ausência de informações aumentou não só as incertezas sobre o que de fato aconteceria na área, mas as expectativas com as transformações desejadas para o lugar em que viviam. As conturbadas incertezas e desencontros de informações que foram relatadas também estavam presentes em Embratel e serve como ilustração e evidência de um mesmo procedimento de planejamento e gestão, ocorrido neste complexo de favelas que é denominado por “Manguinhos” pelas obras do PAC. Aqui estão relatadas as percepções dos moradores desta área que, de modo geral, não seriam removidos como em Embratel, porém, muitos deles não sabiam de fato o que aconteceria às suas residências ou à sua rua. Outros, no decorrer do processo, foram tomados por grande decepção por não verem levadas a cabo suas iniciais expectativas e, houve ainda quem se sentisse mais prejudicado vendo sua casa sob ameaça de desabamento. Como os limites internos das áreas são tênues, como foi exposto acima, as obras geraram alguns conflitos internos e agravaram alguns problemas antigos, pois como explicar a escolha de uma área em detrimento de outra? Quais seriam os critérios utilizados pelo poder público haja vista que a região possui necessidades semelhantes, principalmente no que se refere ao saneamento básico e à infraestrutura urbana.

As dúvidas e o sentimento de angústia em relação às obras apareceram, por exemplo, na fala de dona Maria Goreth, que pensava em fazer uma reforma no terceiro pavimento de sua residência, mas a incerteza do tipo de obra que aconteceria, a apreensão vivida sobre a possibilidade de ser removida do local fez com que adiasse ao máximo o investimento em sua casa. Assim, após as obras começarem e buscar informações junto à Associação de Moradores e a reuniões inicialmente realizadas pela “Equipe do Social”⁴⁹, deu continuação ao seu projeto. Segundo ela, tal situação demorou meses para se resolver. O marido ali, “segurando o dinheiro”, e suportando o medo de perder todo o investimento feito até então. Tinha medo de ter que ser removida, pois sabia

⁴⁹ Esta era a denominação utilizada para se referir ao “Trabalho Social”, além de “pessoal do social”.

que o valor pago como indenização do poder público não era compatível com o gasto feito até então na moradia da família. Como boa parte das políticas de intervenção urbana nas favelas, mesmo aquelas que visam promover a sua integração à cidade, como o Programa Favela-Bairro (Freire, 2005). Assim, o PAC suscitava nos moradores de Manguinhos o antigo “fantasma da remoção”, experiência vivida anteriormente pelos primeiros moradores de CHP 2.

Seu Demerval, por sua vez, não sabia se iria ser removido e que tipo de intervenção a área em que morava iria receber; não sabia se passaria por ali um viaduto, uma ponte, passarela ou se seriam em seu lugar construídos apartamentos. Segundo informou, a cada hora recebia uma notícia diferente e não sabia mais em quem acreditar. Em decorrência de sua doença (tuberculose), que exigia um tratamento severo, ele se sentia ainda mais desrespeitado com a falta de informações, afinal, a intervenção do PAC na localidade dizia respeito à sua vida e, de certa forma, dependia do lugar para ter acesso mais imediato ao tratamento na Fiocruz. De fato, a localização de sua residência era na fronteira entre as localidades de Parque João Goulart e CHP 2, bem próxima da linha de trem que, no projeto apresentado do arquiteto Jorge Jauregui inspirado no modelo colombiano, estava prevista de ser elevada, no sentido de promover a “integração” entre as favelas situadas de ambos os seus lados, extinguindo, segundo a sua concepção, a zona de conflito apelidada pelos moradores de “Faixa de Gaza”. A insegurança e insatisfação do morador, porém, também residia no fato de que ele não via necessidade de ser feita este tipo de obra. Conforme manifestado por muitos moradores, Demerval acreditava que a verba que seria gasta com a elevação da linha férrea (cerca de 30% dos recursos do PAC em Manguinhos) poderia trazer benefícios a um número maior de moradores. Afinal, como disse uma líder comunitária que integrava a Comissão de Acompanhamento do PAC em Manguinhos, “a gente não quer a bela peça de ouro, a gente quer o necessário. A gente não quer copiar a Colômbia, a gente quer ter o que realmente precisa: habitação e saneamento para todos”.

Através da pesquisa, constatou-se que grande parte dos moradores ficou sabendo das obras do PAC através dos meios de comunicação de massa, como rádio e televisão. A informação, porém, chegava de forma generalizada - “viriam obras” -, sem especificar de que tipo seria e em que localidade propriamente de Manguinhos ocorreriam. Alguns moradores disseram também que souberam das obras através de *outdoors* e de “boatos” entre os moradores na localidade. Neste momento inicial, a alegria, a descrença e as expectativas de mudança se misturavam. Enquanto alguns depositavam no PAC a esperança de resolver os problemas mais críticos da localidade, como as inundações, a falta de saneamento básico e até o tráfico de drogas, outros mostravam-se apreensivos, tendo em vista o fato de que muitas obras públicas costumam não ser concluídas, outros, ainda, contentavam-se com o pouco que o PAC pudesse fazer para melhorar a vida no lugar. Como disse dona Fidelina: “só de ter a rua calçadinha, já é alguma coisa”. Para essa senhora que há quase quarenta anos vive na localidade, após ser removida da favela da Cachoeirinha, no Lins:

“Manguinhos era muito ruim, (...) hoje tem muita casa boa”. Para Maria Goreth, as ações do PAC dariam “um novo visual” à favela.

Assim como para os moradores de Embratel, para os moradores de CHP 2 o PAC significava, de maneira geral, “coisa boa”, “melhoria”. Para uma moradora, estavam previstas “obras apropriadas para a localidade”, referindo-se às obras de esgoto e às remoções de moradias precariamente construídas na beira do rio e da adutora. Do total de entrevistados, quatro não souberam responder a pergunta, evidenciando a sua apreensão perante o programa. Das ações realizadas na localidade, foram identificadas pelos moradores sobretudo as obras de saneamento básico e pavimentação, cujos efeitos já eram visíveis no momento da pesquisa de campo: “tá tudo cimentadinho”, “antigamente aqui a rua enchia quando chovia, por enquanto agora não enche mais”. Um morador citou ainda algumas obras realizadas em outras áreas de Manguinhos, como o conjunto habitacional e o ginásio construídos no antigo DSup.

Entre os responsáveis pela implantação das ações do PAC na localidade, apenas um morador identificou as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Outro citou apenas os Governos Federal e Estadual, dois citaram apenas o Governo Federal e dois citaram apenas a Prefeitura do Rio. Um morador que, na pergunta, citou apenas o governo federal, em outro momento da entrevista comentou que “o PAC não fez nada aqui dentro, só a Prefeitura”. Essa confusão evidencia a acusação feita por líderes comunitários de que a Prefeitura estava inicialmente divulgando suas intervenções como sendo a implantação do Programa Favela-Bairro. Dois moradores não souberam citar nenhuma das instituições envolvidas.

.Mesmo com o início das obras, os moradores ainda não sabiam ao certo quais seriam as intervenções em cada localidade, haviam muitas informações desconhecidas, gerando incertezas. A princípio os próprios operários, que estavam trabalhando nas obras, foram sendo solicitados a fornecer as informações desejadas, mas tais trabalhadores geralmente também não sabiam informar sobre as intervenções como um todo. A desinformação generalizada foi motivo de sátira por parte de alguns moradores. Um deles comentou que os operários só sabiam fazer buracos: “É o pessoal que nem tatu, que faz um monte de buracos?”. A desinformação por parte dos operários era também questionada, pois, para alguns, eles não sabiam o que estava fazendo ali e sendo mal preparados para tal função, o resultado final não seria tão bom. O governo foi inclusive acusado de contratar ajudante para cumprir a função de pedreiro.

Neste momento inicial, a alegria, a descrença e as expectativas de mudança se misturavam. Muitos acreditavam que haveria uma transformação completa no lugar e disseram que esperavam, sobretudo, que acontecesse o fim do tráfico de drogas e da violência no local. Porém, inúmeros moradores se mostraram desapontados com o andamento da obra, avaliada como

“vagarosa”, que “não resolve o problema”, mas “causa outros”, atribuindo a ela inclusive o aumento da violência.

Na área prevista para haver remoções das residências, constatou-se uma grande insatisfação por parte dos moradores. Era constante a reclamação sobre a falta de informações, fato este que gerava um verdadeiro terror entre os moradores, pois de fato não sabiam o que aconteceriam com eles. Alguns tinham sua vida profissional estruturada junto à moradia. Neste registro fotográfico vemos a mãe junto aos filhos, na placa em frente à casa o anúncio: “Conserto de rádio e televisão”

A moradora estava bastante preocupada, principalmente pelo fato de que a igreja ao lado de sua casa, construída de alvenaria e com acabamento, tinha recebido a indenização de R\$ 12 mil. Isso a assustava, pois sua casa era feita de restos de madeira. O comércio que pertencia ao marido e era a fonte do sustento da família era motivo de preocupação, pois não sabia para onde iriam e como fariam para recomeçar a vida novamente, necessitando fazer a freguesia num local desconhecido.



Foto: Mônica Dias. 2009.

Na ocasião tomava quase por perdida a possibilidade de permanecer dentro de Manguinhos porque os valores para a compra de imóveis na redondeza havia aumentado consideravelmente⁵⁰.

Algumas reuniões foram realizadas na localidade, algumas inclusive sob a orientação da equipe do trabalho social, mediada ou não pela Associação de Moradores. Os locais em que ocorreram tais reuniões geralmente eram a sede da igreja São Daniel O Profeta e a quadra de futebol. De modo geral, ainda que a população recorra à associação para receber informações sobre as obras, grande parte dos entrevistados disseram não ter participado das reuniões promovidas por eles. Vale ressaltar também que de maneira significativa procuravam o próprio “pessoal da obra” para solucionarem seus problemas e, caso esta instância não resolvesse, procuravam a seguir a Associação de Moradores.

Dona Maria Goreth, por exemplo, participou de poucas reuniões, mas foi escolhida como representante de sua rua. Esta foi uma solução encontrada pelo social para que houvesse uma maior

⁵⁰ Houve um aumento no número de moradores no local, sobretudo dos que vinham das outras áreas que tivera remoção. Comentou-se que moradores de Mandela alugaram seu imóvel e foram para « Manguinhos » (denominação desta área) que era mais barata.

participação da população no processo. No caso de dona Maria Goreth, ainda que não tenha participado de reuniões, procurou em sua rua conversar com moradores e criar conjuntamente estratégias de preservação do lugar, como a tela de proteção que colocaram nos bueiros para evitar que lixo caísse diretamente sobre ele causando entupimentos. Zelava também junto a outros moradores para conscientizar os vizinhos sobre o despejo do lixo e a limpeza da rua, alertando para que não jogassem os detritos varridos das casas diretamente nas vias públicas. Outra moradora, dona Penha, disse ter participado também de poucas reuniões e pelo mesmo motivo de dona Geni, ambas alegaram que nelas “não entendiam nada” e que havia “muito falatório, mas sem nenhuma conclusão”. Dona Penha chegou a ir numa reunião ocorrida na Fiocruz, mas disse que foi procurar soluções e alegou que “não conseguiu nada”. De todos os entrevistados, três alegaram não ter participado de nenhuma reunião relacionada ao PAC, tendo dona Geni confessado seu total desinteresse por atividades comunitárias deste tipo: “não vou a reunião de nada”.

Da mesma forma que dispunham de poucas informações sobre as obras, reinava também o desconforto em não saber como seria depois das obras. Havia uma preocupação constante dos moradores sobre como ficariam os serviços depois das obras. Será que haveria, por exemplo, alguém para limpar as ruas? Agora que tem agentes da prefeitura aos quais posso recorrer para resolver um problema de entupimento ou coisas do gênero, será que teremos isso também depois? Estas eram algumas das preocupações dos moradores.

A jovem Stephany, moradora da Rua Maranhão não considerava as intervenções sanitárias como parte das obras do PAC: “Vai ter alguma? Não é só na rua para tirar as coisas?”. Bom, em relação a “tirar as coisas”, Stephany se referia à urbanização da área, da retirada de detritos e o calçamento das vias públicas. Aqui a noção de que a obra deveria se estender ao espaço privado, remodelando e intervindo diretamente, não somente as vias públicas, mas, sobretudo nas moradias. A expectativa com a possibilidade de mudança na casa, fosse através da indenização, uma nova moradia ou melhorias parece ter povoado o pensamento da população local. A decepção foi, então, um dos sentimentos que as pesquisadoras mais testemunharam. Muitos moradores disseram que, de fato, havia quem estava sendo beneficiado que merecia porque estavam em estado lastimável, vivendo, por exemplo em barracos, como os moradores da Beira Rio ou de Embratel, mas identificavam muitos problemas no seu local que não estavam sendo resolvidos. O problema com a moradia, além da mencionada violência, eram considerados prioridades para muitos moradores. Muitas moradias não recebiam nenhuma reforma há anos. Encontrou-se, por exemplo, no local uma casa que estava tombando, não como “patrimônio”, mas desabando ao chão. A construção declinava e entrar nela, chegando ao segundo andar levava qualquer um a ter vertigens. A casa foi interditada pela Defesa Civil e seus moradores, após insistentes reclamações junto à Associação, foram alocados noutra moradia. Argumentou-se que a estrutura foi danificada com as

obras de esgotamento na rua. Entretanto, tanto a casa, que ameaça tombar, e outras ao seu entorno ainda se encontram no mesmo lugar.

A respeito das solicitações de reparos por parte dos moradores foram observadas duas experiências interessantes para se compreender o andamento das obras nos seus trâmites internos no cotidiano, quando, por exemplo, um cano estourava ou uma rachadura aparecia. O caso acompanhado foi dentro da sede da Associação de Moradores de CHP 2. Simone, representante da comissão local, recebeu a queixa e a formalizou num documento. Este foi encaminhado por ela ao canteiro de obras do PAC, que fica localizado ao lado da entrada da favela do Jacarezinho. A representante da associação entregou o documento a um dos encarregados da obra. Na papelada, o caso era registrado como “solicitação” e referia-se a um reparo numa canalização de esgoto na localidade.

Observaram-se ainda nos registros da Associação de Moradores, outras queixas em relação a energia elétrica e água. Devido às obras do PAC, havia moradores que passavam dias sem tais serviços. Outros problemas da mesma ordem listados em solicitações arquivadas na associação de moradores eram:

- ♦ “Residência sem iluminação”;
- ♦ “Vala de esgoto debaixo da residência”;
- ♦ “Um local na rua Maravilha nº 21, ao qual existem várias residências, sendo que não foi feito o esgoto de todas as residências e isto está acarretando muitos transtornos para os moradores da mesma. Gostaríamos de uma solução o mais breve possível”

Os documentos eram sempre assinados pela “diretoria”, sem identificação pessoal. Logo, seguia abaixo o endereço da Associação de Moradores: “Av. Dom Hélder Câmara, 1724 – Mangueiros – Rio de Janeiro – CNPJ 31. 154. 719/0001-00”. Os documentos que se teve acesso foram encaminhados pelo engenheiro João Henrique Rato ao engenheiro João Alberto, pedindo vistoria. Num deles a data era de 28/09/2009. No verso, a notificação de que o problema fora solucionado em 29/09/2009 pela firma responsável pelas obras de infraestrutura na comunidade, a Geomecânica. A notificação era assinada pelo engenheiro João Alberto em 30/09/2009 e revista pelo engenheiro João Henrique e encaminhada de volta à Associação de Moradores em 05/10/2009, o que evidenciava a agilidade na resolução das solicitações encaminhadas pela instituição local.

Há notificações sobre “rachaduras” e consideráveis apelos para solucionar problemas relativos ao “refluxo de esgoto”. Este problema foi solucionado da seguinte forma: “Construir PV⁵¹ na rede coletora de esgoto no trecho em que há o cruzamento com a Travessa de Fátima”. Algumas

⁵¹ « Poço de visita » (PV): Câmara visitável destinada a permitir a inspeção e trabalhos de manutenção preventiva ou corretiva nas canalizações

residências não são encontradas para a vistoria, evidenciando a dificuldade dos técnicos em transitar bem pela localidade. Mas, mesmo sem um levantamento quantitativo dos incidentes relacionados às obras, os problemas com as rachaduras visivelmente causavam grandes transtornos.

As pesquisadoras acompanharam ainda a inspeção da Defesa Civil noutra casa, localizada na Travessa da Paz. A moradia apresentava estufamento do piso e rachaduras na parede, sendo também interditada. A moradora, dona Wanda, estava indignada com a atitude da prefeitura em relação ao seu caso e outros semelhantes. A estreita rua que morava fora alargada para serem feitas as obras de esgoto. Porém, segundo seu depoimento, em decorrência à demora da obra, o buraco permaneceu aberto um longo tempo, levando-a a conviver com ratos e o inconveniente de ter que pular uma certa distância para alcançar a sua porta, fato este que a levou a se acidentar no local, quebrando uma perna. Além disso, a situação de sua casa apavorava esta moradora que ao ter sua casa interditada não sabia o que fazer. Afinal, não bastava a Prefeitura interditar sua casa, era preciso oferecer uma solução de nova moradia para sua família. Segundo a técnica da Defesa Civil, com o documento de interdição do imóvel a moradora poderia “negociar”, junto ao Consórcio, algum tipo de indenização, pois era “muito difícil” provar que a condenação da casa foi provocada pelas obras do PAC já que as construções locais não seguiam as normas técnicas exigidas por lei e, assim, obter algum tipo de auxílio da Prefeitura. Ou seja, a responsabilidade em resolver o problema, preservando a integridade física de sua família, recaía sobre a própria moradora, que, nesse momento, contava unicamente com o apoio de Lira, o líder comunitário que intermediou todo o processo, desde a convocação da Defesa Civil para avaliar o estado da casa da moradora.

Noutra situação semelhante observada na localidade foi um episódio emblemático nesta relação de informações-reclamações-responsabilidades. Confundida com um agente do governo, uma das pesquisadoras foi interpelada por um morador para pedir soluções sobre sua situação: operários numa operação mal sucedida, passaram com máquinas sobre o encanamento de diversas casas, deixando a população da localidade sem água. Ao reclamar com eles o morador ouviu que não tinham nada com aquilo, afinal cumpriam uma função, retirar as casas e não se responsabilizavam pelas que ali ainda estavam. Nervoso o morador insistiu para que fosse solucionado o problema e o operário respondeu que fosse resolver “na boca”, referindo-se ao ponto onde os traficantes comercializam as drogas. O morador, nervoso, repetia a história ocorrida para a pesquisadora, dizendo que morava na localidade há anos e nunca tinha resolvido os seus problemas “na boca”, nunca tinha procurado os traficantes e sentia-se indignado por alguém que ali representava um órgão público sugerir esta situação. Este episódio leva a pensar as dimensões deste processo de implantação de uma política pública urbana num local com suas complexidades internas. Além disso, muitos desses operários também eram moradores de Manguinhos ou oriundos de outras favelas com características semelhantes a ela e, desse modo, compartilhavam dos mesmos

códigos e referências, inclusive aquelas que os representantes do poder público evitam falar, como a presença de traficantes de drogas fortemente armados na administração de conflitos nessas localidades. Ao que parece, a perplexidade do morador residia justamente no fato de que o papel que o operário desempenhava naquele momento sugeria uma atitude diferente daquela que legitimava o poder dos traficantes. Esta passagem, que pode permitir diferentes focos de análise, apontava, assim, que, mais do que uma mudança no traçado da rua, limpeza, ou mesmo, o final das enchentes, as expectativas de alguns moradores em relação ao PAC residiam propriamente na possibilidade de alterar valores considerados negativos da cultura local.

O depoimento de dona Wanda expressa este desejo de mudança. Disse que sua expectativa com as obras foi a de que “a favela viraria um bairro”. Acreditava que estava tendo já uma mudança com a saída de muitas pessoas que, ao seu ver, não tinham educação, o que aumentaria a responsabilidade de quem ficava, pois: “Porque muita gente que gostava de arrumar confusão foi embora. Quem ficou tem que ter responsabilidade, procurar melhorar e não andar para trás feito caranguejo”. A intervenção do PAC, significava, portanto, também progresso ou simplesmente a possibilidade de enterrar no passado histórias das quais os moradores não tinham boas lembranças.

O mesmo disse dona Geni Santiago, de 72 anos. Para esta moradora já houve mudanças, principalmente no fato de “ver a rua limpinha, sem lama”. Disse que acreditava que a mudança na cultura das pessoas levava tempo. Dona Geni apresentou assim um conhecimento peculiar sobre cultura, ao ser indagada se considerava que o PAC suscitaria mudanças em relação à cultura da população. Ela foi a única entrevistada a fazer esta referência a comportamentos e não a equipamentos culturais. Tinha esperança de que a população mudaria sua forma de viver na localidade e, sobretudo, que o governo contribuísse com o fim do tráfico de drogas na região.

Assim, parece que quase sempre as melhorias desejadas pela comunidade giravam em torno do sonho de ter uma moradia digna que envolvesse o seu entorno, ou seja, o seu *habitat* e não somente a habitação, pois como foi dito por uma das entrevistadas, não adianta ter uma casa boa e, ao sair, ver crianças usando crack ou, acrescenta-se, continuar resolvendo os conflitos mais banais e corriqueiros “na boca”, como sugeriu o operário das obras do PAC a um morador provocando grande indignação.

5. Como os moradores de Manguinhos vêm a Fiocruz

Este tema passou a ser incluído nas investigações da pesquisa de campo a partir de junho de 2009, por solicitação do coordenador do projeto, ou seja, *a posteriori* da pesquisa cujo foco era a relação morador/obras do PAC. Em função do longo tempo já transcorrido de trabalho das pesquisadoras na localidade de Embratel, a análise das percepções dos moradores sobre a Fiocruz concentrou-se nas respostas obtidas durante as entrevistas individuais realizadas no último mês, sendo, dessa forma, menos aprofundada do que a do tema tratado anteriormente, que era, de fato, o foco do trabalho de campo.

Embora fisicamente próxima, a Fiocruz, em geral, aparecia como socialmente distante dos moradores de Embratel. Ao ser informada pelas pesquisadoras que a atividade do Grupo Focal seria realizada no CIEP Juscelino Kubitschek, próximo à instituição, uma moradora comentou que ali era “longe demais”. Uma vez que tanto a escola quanto a Fiocruz localizavam-se a poucos metros de distância da favela onde ela residia, expressões deste tipo indicavam aquilo que fora analisado por Chamboredom e Lemaire (1970) sobre os grandes conjuntos habitacionais na França e, mais recentemente, por Simões (2008) a respeito da convivência entre os moradores da Cruzada São Sebastião e os demais moradores do Leblon: de que a proximidade espacial não implica necessariamente proximidade social. Entre os moradores de Embratel, esta percepção residia, sobretudo, no fato de que a localidade, como ocupação recente, era considerada “fora da área” de cobertura dos serviços de saúde, o que dificultava imensamente o acesso dos moradores aos atendimentos prestados pelos profissionais da Fiocruz em Manguinhos. Os moradores de Embratel não tinham acesso ao Programa de Saúde da Família e, segundo os depoimentos, eram os últimos no atendimento no posto. Como dizia uma moradora, estar “fora de área” significava estar numa situação “humilhante” de não ter sua existência e dignidade reconhecidas.

Já entre os moradores de CHP 2, a Fiocruz aparecia de forma mais presente no seu cotidiano, em função tanto da maior visibilidade da instituição, cuja entrada se situava exatamente do outro lado da estação de trem, na Avenida Leopoldo Bulhões, quanto da presença real dos agentes comunitários de saúde e técnicos do Programa de Saúde da Família na região que os moradores entendem propriamente como sendo “Manguinhos”, da qual CHP 2 faz parte.

De todo modo, todos os moradores sabiam da existência da Fiocruz no bairro e tinham como maior referência da instituição o Posto de Saúde ali existente. Esta referência apareceu tanto nas entrevistas quanto nas observações realizadas durante o trabalho de campo em Embratel e em CHP 2, e, em muitos casos, a própria percepção que tinham da instituição se resumia totalmente a este serviço, utilizado ao menos uma vez pela maioria dos moradores. Apenas alguns identificaram a

instituição para além dos atendimentos médicos prestados no posto, por exemplo, como um “centro de pesquisa”, que “estuda a dengue”, faz vacinas e remédios contra doenças”.

Sobre o funcionamento do posto de saúde, a maioria dos moradores o avaliou positivamente, embora identificassem algumas deficiências. Dentre as principais críticas feitas ao serviço prestado, foram citados o longo tempo de espera, fazendo com que os moradores tenham que madrugar na fila, sem terem garantia de serem atendidos - “demora muito e não tem senha para todo mundo”; o atendimento por parte de alguns funcionários “mau educados”; a ausência de médicos e de certas especialidades, como dentista e oftalmologia; a não priorização de atendimento à idosos, que “não agüentam ficar o dia todo esperando para serem atendidos”. Destaca-se a reclamação recorrente de alterações do quadro profissional, “muda muito de médicos”, disse uma entrevistada, que junto a outros moradores apresentou insatisfação com os médicos “novinhos”. Teve quem disse que “antigamente era melhor, os médicos eram melhores” e que hoje “só tem estagiários” e que eles não teriam “experiência”, fazendo com que se sentissem “cobaias”. Para aqueles que utilizam o posto de saúde há anos, a qualidade do serviço tem caído: “antigamente o atendimento era melhor, mais calmo, menos tumultuado do que hoje”. Dentre os elogios, os moradores afirmaram ter bons médicos; ter serviços especializados para tratamento de alcoolismo e portadores de HIV; ser “uma assistência melhor, mais rápida do que as outras”.

Destacamos que no decorrer do processo de pesquisa foi inaugurado, dentro do conjunto de obras do PAC para Manguinhos uma Unidade de Pronto-Atendimento 24 horas, o UPA, em 09 de junho de 2009, em uma área anexa ao antigo Dsup⁵², que junto ao Hospital Geral de Bonsucesso fornecem o atendimento de saúde desta região. Porém, constatou-se que a Fiocruz segue como referência no cuidado imediato da saúde do morador de Manguinhos, sendo os casos de urgência encaminhados para as referidas unidades especializadas e, como disse uma moradora, a Fiocruz seria melhor que a UPA “que só atende se for muito grave”.

No que tange a atuação dos agentes comunitários de saúde e do Programa de Saúde da Família, em Embratel este serviço geralmente era conhecido apenas por aqueles moradores que já haviam residido em outras localidades de Manguinhos ou que circulavam com frequência pela região para visitar parentes e amigos e que, assim, teriam tido a oportunidade de ter em algum momento contato com os agentes. A impossibilidade de se avaliar estes serviços evidenciada entre a maioria dos moradores entrevistados devia-se, em grande medida, ao fato de que, como dito acima, a localidade não era contemplada por estes serviços, apesar das precárias condições sanitárias em que viviam, sendo este um dos maiores fatores de risco à saúde de seus habitantes.

⁵² Com 2400m² de área construída o UPA-Manguinhos, foi inaugurado com 26 leitos, um ambulatório com 10 consultórios e capacidade para atender a 450 pacientes por dia. Fonte :<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2009/05/29/lula+comenta+sucessao+presidencial+durante+inauguracao+de+obras+no+rio++6417940.html>.

Alguns dos entrevistados chegavam a estranhar a pergunta em que se avaliava o trabalho dos agentes comunitários de saúde, respondendo com frases como: “mas aqui nunca teve isso não...”. Em CHP 2, ainda que alguns entrevistados também alegassem não receber visitas rotineiras destes profissionais em suas residências, conheciam a existência do serviço ou de pessoas que recebiam o acompanhamento em suas casas, o que lhes permitia avaliá-lo positivamente. Sua importância residia, segundo os moradores, por exemplo em “orientar as mães sobre doenças e a saúde dos filhos”, “atender as pessoas debilitadas”, “acompanhar os hipertensos” e “atender pessoas que não voltam ao posto para pegar o medicamento”. Destacaram como ponto positivo também a possibilidade de terem consultas marcadas pelos agentes de saúde evitando o deslocamento até o posto, principalmente dos idosos e pacientes adoecidos. Apenas dois entrevistados de CHP2 não souberam avaliar o trabalho dos agentes comunitários de saúde e do PSF, alegando desconhecerem a existência dos serviços na localidade.

Em relação ao Museu da Vida, tanto entre os moradores de Embratel quanto os de CHP 2 o desconhecimento era quase total. Apenas um dos moradores entrevistados em Embratel afirmou ter “ouvido falar” do museu por um parente que trabalhava numa das escolas da região, mas ainda assim não tinha idéia do que se tratava. Entre os moradores de CHP 2, seis não conheciam o museu, um somente o conhecia de “ouvir falar” e apenas dois conheciam suas atividades, sendo uma moradora através da visita escolar da filha e outra durante a ocasião do sorteio dos apartamentos do PAC, que foi realizado no auditório do Museu. Segundo essa moradora, que, na Fiocruz, somente conhecia o posto de saúde, “foi um problema” localizá-lo pela primeira vez. Após o sorteio dos apartamentos, aproveitou para conhecer as exposições e ficou encantada com o Museu, que disse ter achado “bonitão”.

Por fim, apesar dos moradores terem, em geral, uma visão muito restrita sobre a Fiocruz, resumida aos serviços de atendimento à saúde prestados à população, a instituição é identificada positivamente pelos moradores de Embratel e CHP 2 como uma vizinha desejável. A maioria dos moradores dizia achar bom morar perto da Fiocruz “por causa do posto de saúde”, ainda que identificassem outras vantagens, como “as campanhas e cursos”, “os empregos que oferece para os moradores de Manguinhos” ou, ainda, por ter “pessoas boas e educadas, que tratam bem os moradores”. Além disso, percebeu-se entre os moradores a existência de um certo *status* em ter a instituição como vizinha devido à sua importância histórica enquanto centro de desenvolvimento de pesquisas e geração de conhecimentos na área da saúde pública. Uma moradora de Embratel disse que viu uma reportagem na televisão sobre a Fiocruz em que a instituição seria reconhecida no exterior por suas pesquisas, fato que a levou a sentir-se orgulhosa.

Como instituição científica, a Fiocruz ainda aparece, porém, ainda muito distante da vida da maioria dos moradores. A recente blindagem das janelas da ENSP de frente para a Avenida

Leopoldo Bulhões, a fim de evitar riscos às suas instalações e aos seus funcionários decorrentes dos freqüentes tiroteios ocorridos no Complexo de Manguinhos serviu para embrutecer ainda mais a barreira simbólica existente entre a instituição e o conjunto de favelas que a circunda, reforçando para os moradores a idéia de que a “Fiocruz pensa” que eles são perigosos. Fator este reforçado para muitos moradores que, para utilizar outros serviços existentes na ENSP, como fotocopiadora ou banco eletrônico, costumam dizer que vão ao posto. O acesso liberado na portaria para o posto, reforça este vínculo, sendo, talvez para ambos, o único local da Fiocruz em que é permitida e aceita a circulação dos moradores de Manguinhos. Certamente, pode-se dizer que se inicia na portaria o “tratamento” no sentido amplo que a palavra pode traduzir em termos de saúde e que a instituição busca gerar.

Uma exceção são obviamente os muitos moradores que trabalham nos diferentes setores da Fiocruz, e que, ocupando cargos que vão desde serviço de limpeza à condução do ônibus que circula internamente nos seus *campi*, fazem ela, de fato, funcionar. Quanto mais convivem na instituição, mais estes moradores a conhecem e possuem uma visão crítica sobre a sua relação com as favelas do entorno, como enfatizou a diretora de uma das escolas públicas da região, num seminário promovido pelo Museu da Vida em agosto de 2008: “nós não queremos mais ser fonte de pesquisa pra ninguém! Queremos que a Fiocruz ajude a mudar a realidade de Manguinhos”.

Embora seja frequentemente criticada por manter uma relação instrumental com as favelas de Manguinhos e por não ter uma atuação mais incisiva sobre os diversos problemas enfrentados pela população local⁵³, a Fiocruz é, de modo geral, reconhecida pelos moradores como uma instituição de prestígio e relevância social. Ou, nas palavras de uma moradora, como “um órgão que beneficia em muitas coisas a população de Manguinhos”. Assim como a Fiocruz precisa da população de Manguinhos para funcionar como instituição, a população de Manguinhos precisa da Fiocruz como geradora de empregos e prestadora de serviços. Mais do que excludentes, vivem uma relação de complementaridade.

⁵³ Inclusive aqueles considerados além de sua função e alcance, como a violência gerada pelos conflitos armados entre quadrilhas de traficantes de drogas por disputas de territórios na região.

6. Considerações finais: “Trocando o pneu com o carro andando”

O projeto no qual se inseria a presente pesquisa objetivava produzir conhecimentos para a promoção de metodologias, processos e tecnologias sociais que subsidiassem políticas públicas. As obras do PAC, implementadas no território de Manguinhos, forneceria assim um material substancial, quantitativo e qualitativo, que permitiria a compreensão das singularidades socioculturais da região e, por conseguinte, das políticas públicas que estavam sendo nela implantadas. As informações colhidas em campo podem servir de componente para as reflexões que particularmente interessam aos pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz envolvidos no projeto, que junto à história do território desejavam pensar as possíveis intervenções que possam vir a gerar uma ambientação saudável - em acordo com os debates recentes sobre “Habitação Saudável”, como propõe o edital que forneceu subsídios para a realização da pesquisa. Nessa concepção, compreende-se a promoção da saúde como a criação de condições favoráveis e desejáveis ao seu desenvolvimento geridas através, por exemplo, da educação continuada, que serve de vetor político do empoderamento da coletividade sobre si e seu ambiente, ampliando consideravelmente o conceito de “saúde”:

Nesta relação entre saúde e ambiente, foram consideradas as dimensões físicas (água, esgoto, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, controle de vetores, proteções da atmosfera, solo, rios, lagoas e oceanos) e os fatores sociais, políticos; econômicos; econômicos e culturais, enfatizando a necessidade de ambientes saudáveis (Cynamon *et ali*, 2007).

As entrevistas realizadas pelas antropólogas com moradores de Manguinhos, juntamente às observações de campo, levaram à constatação que, invariavelmente, qualquer intervenção nesta localidade que visasse diminuir a precariedade no nível da assistência pública – seja no campo da educação, das obras de infraestrutura sanitária, das moradias e afins - seria bem-vinda pelos moradores. Isso não significa que não tivessem críticas de sua parte e que realmente elas fossem relevantes, pois, afinal, dominam o território e suas demandas decorrem da experiência de já terem vivenciado diferentes processos de transformações na região.

Cada casa apresentou dados específicos de histórias familiares, de trajetórias de seus moradores e suas expectativas de melhorias de vida. Nestas unidades familiares encontravam-se suas perspectivas em relação às obras, que inicialmente procurou-se registrar para que fosse possível compreender de que modo afetariam suas vidas.

Notou-se que, para os moradores, a saúde é considerada um bem precioso, sendo o acesso a um bom atendimento, para muitos, quase um “luxo”. Neste sentido, esta necessidade básica ainda não é bem amparada pelo sistema público de saúde, fato que pode ser alterado com a recente

inauguração do UPA e da ampliação da rede de assistência do Programa Médico de Família no território de Manguinhos. Assim, evidenciou-se que a moradia ainda não é entendida como parte promotora da saúde. Novamente destacamos que os moradores vêm na Fiocruz um espaço de atendimento aos pacientes-moradores, especialmente por ser concebida como “assistência médica e hospitalar”, função que, no contexto acima explicitado, é bastante valioso para a população local.

Vê-se que as oportunidades surgidas a partir das obras de remodelação urbana, com obras de infraestrutura sanitária e a construção de equipamentos urbanos, bem como a construção de moradias encontravam-se em consonância com a promoção de um espaço saudável, refletindo a indissociabilidade entre saúde e habitação. As diferentes áreas observadas, Embratel e CHP 2, apresentaram, guardadas as devidas peculiaridades locais, possibilidades de refletir sobre aspectos imprescindíveis na concepção de saúde e suas habitações. Especialmente em Embratel - que com a incidência de doenças de pele e casos de leptospirose, além de ataques de roedores que geravam sérios ferimentos, via-se a influência direta deste meio ambiente sobre a saúde dos seus moradores - destaca-se que tais situações se agravaram ainda mais durante o processo de remoção das moradias, realizado sem a realocação completa dos moradores em outras áreas e sem seguir normas técnicas imprescindíveis para garantir a segurança e a saúde dos que ainda permaneciam vivendo na localidade em meio aos escombros.

Apresentou-se ao longo deste relatório diversos elementos para a melhor compreensão da relação dos moradores com sua habitação e seu *habitat*. Em relação à CHP 2, muitos moradores viviam na localidade há décadas e passaram por diferentes etapas de transformação urbana local, tendo eles próprios sido alvos de antigas políticas urbanas de remoção de favelas e tendo construído em parte o espaço vivido através de ações coletivas, como os mutirões. Ainda assim, tal como os moradores de Embratel, muitos dos quais participaram da ocupação do terreno já com a expectativa de ser beneficiado por uma intervenção pública na área, viu-se entre os moradores de CHP 2 claramente a ânsia em receber as grandes obras do PAC, acreditando que nela iriam encontrar alternativas para os diversos problemas que enfrentavam em seu cotidiano e que ainda não tinham sido satisfatoriamente solucionados por nenhuma intervenção pública: das enchentes à violência urbana.

Por outro lado, o trabalho de campo mostrou que, embora esta dimensão da violência associada ao intenso tráfico de drogas existente na região seja um dos aspectos da realidade local que mais perturbam e preocupam as famílias, está ainda longe de ser encarada pelo Estado como um grave problema social e de saúde pública. Tomando de empréstimo os termos que os moradores utilizam para distinguir e qualificar moralmente as diferentes áreas do Complexo de Manguinhos, divididas simbolicamente pela linha de trem, a pesquisa indicou que há assim uma grande e complexa distância social ainda a ser superada na região: a contradição de se ter de “um lado” a

Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), famosa internacionalmente como um importante centro de pesquisa e formação especializada, e do “outro lado”, as ironicamente conhecidas “cracolândias”, agregando crianças, homens e mulheres ávidos pelo livre consumo de drogas, sobretudo do *crack*, nas ruas das favelas de Manguinhos a qualquer hora do dia. Nesta área circulavam tranqüilamente os operários e encarregados das obras, cuja preocupação era a infraestrutura. Do mesmo modo agentes de saúde também operam na localidade e arredores, sem que aquele público consumidor seja alvo de uma política pública de saúde.

Ainda assim, os moradores de ambas as localidades apresentaram, como se registrou, uma perspectiva otimista em relação às intervenções do PAC, compreendendo-o como um avanço. Ao mesmo tempo, mostraram-se cheios de reservas com o que consideravam “problemas” ocasionados durante a realização das obras, que iam desde o tamanho do cano que estava sendo colocado, considerado menor e menos eficiente, à insegurança em relação às transformações que gerariam em suas vidas ao serem transferidos para os apartamentos construídos na região, gerando possíveis conflitos nas relações de vizinhança. Tais reservas não eram, entretanto, fruto da imaginação dos moradores, mas se presentificavam durante todo o processo de implantação das obras na região, na forma como as diversas dificuldades iam sendo geridas no dia-a-dia, no âmbito local. Como desabafou certa vez o subsecretário estadual de urbanismo, Vicente Loureiro, diante das críticas de líderes comunitários à forma como o processo estava sendo conduzido, em uma reunião no Fórum Social de Manguinhos: “Estamos trocando o pneu com o carro andando!”. Como mostrou a pesquisa, o PAC é, nesse sentido, um processo ainda em construção.

A despeito das singularidades de cada localidade pesquisada, o trabalho de campo revelou, entretanto, a existência de muito mais semelhanças do que diferenças nas expectativas e avaliações dos moradores de Embratel e CHP 2 em relação às ações do PAC em Manguinhos. Mais do que isso, revelou que os moradores dessas localidades, longe de serem alienados e passivos diante das ações do poder público, como defendiam alguns dos antigos *mitos da marginalidade* (Perlman, 1977), possuem, a despeito da falta muitas vezes de informações, uma visão crítica e consciente sobre seus direitos e deveres. Assim como os demais cidadãos da cidade, os moradores de Manguinhos reconhecem a importância das ações do PAC, sem considerá-las como um favor, mas como direitos que devem ser garantidos pelo Estado, assim como demandam, por parte de seus agentes, um tratamento pautado pelo respeito e pela consideração (Vidal, 2004; Mota, 2004).

Ainda sem finalizar por completo as obras na região o governo já anuncia o PAC II, que prevê a construção de 2 milhões de moradias populares até 2014 e que junto ao Programa Minha Casa Minha Vida, somariam 3 milhões de unidades, segundo os dados do Governo Federal⁵⁴. A

⁵⁴ <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1549217-5601,00.html>. Consultado em 15 de abril de 2010.

moradia popular parece ser um ícone governamental nos últimos anos, reacendendo debates clássicos sobre “habitação popular” e “favelas”. Especialmente em decorrência das enchentes que assolaram o Rio de Janeiro na primeira quinzena de abril de 2010, que provocou desabamento e mortes em diferentes pontos da cidade, o foco moradia/favela parece ter retornado à pauta política, junto dele antigas resoluções como as remoções. Neste sentido, acredita-se que esta pesquisa possa refletir um momento inicial do retorno de grandes obras públicas neste setor, destacando sua importância na ação conjunta dos governos federal, estadual e municipal. Acredita-se que o referido estudo possa servir de pontapé inicial na produção de reflexões sobre localidades onde serão realizadas futuras intervenções, que, se deseja, possam partir principalmente das necessidades apresentadas por quem nelas habitam e sejam significativa de seus históricos anseios. Servirmo-nos do pensamento do filósofo Castoriadis (1982) para pontuar a reflexão de que se o homem não é tomado como cerne das intenções e ações a ele destinadas, certamente não o será em nenhum outro momento.

7. Referências bibliográficas:

- ABREU, Maurício. (1997). *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.
- AMADOR, Elmo da Silva. (1997). *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza*. Rio de Janeiro.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. (2002). *Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política.
- CASTORIADIS, Cornelius. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- CHAMBOREDOM, Jean-Claude; LEMAIRE, Madeleine. (1970). Proximité spatiale et distance sociale. Les grandes ensemble et leur peuplement. *Revue française de sociologie*, nºXI-I, pp.3-33.
- CUNHA, Neiva Vieira da (2005). *Viagem, experiência e memória: narrativas de profissionais de Saúde Pública dos anos 30*. Bauru, SP: Edusc.
- CYNAMON, Simone; BODSTEIN, Regina, KLIGERMAN, Débora Cynamon, MARCONDES, Willer Baugartem (2007). “Habitação Saudável e Ambientes Favoráveis à Saúde como estratégia de Promoção à Saúde”. In: *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. Jan/mar., vol 12, nº 1, pp 191-198.
- DUMONT, Louis. (2000). *O individualismo : uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro : Rocco.
- FERNANDES, Tânia; COSTA, Renato da Gama-Rosa. (2009). *Histórias de Pessoas e Lugares: memórias das comunidades de Manguinhos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- FORUM SOCIAL DE MANGUINHOS. (2009). *Dossiê-Manifesto de Avaliação Propositiva. 11 meses do PAC-Manguinhos*. Pelo Respeito ao Princípio da Gestão Democrática do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro, 3 de fevereiro (mimeo).
- FREIRE, Leticia de Luna. (2010). “Em nome da comunidade: o papel das Associações de Moradores no processo de implantação de uma política urbana em uma favela do Rio de Janeiro”. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fabio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (orgs). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: EDUFF (no prelo).
- _____. (2009). Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. Em: *Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social*, vol.1, n.2 (out-nov-dez). Rio de Janeiro: NECVU/Garamond.
- _____. (2005). *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- FREIRE, Leticia de Luna; GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, Soraya Silveira. (2010). Uma cruzada do século XX: iniciativas católicas no campo das políticas habitacionais na França e no Brasil. In: *Antropolítica*. Niterói, RJ. (no prelo).
- GONÇALVES, Rafael Soares. (2010). *Les favelas de Rio de Janeiro : histoire et droit XIX-XX siècles*. Paris: L’Harmattan.
- JACOBS, Jane. (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.
- LAPLANTINE, François (2004). *A descrição etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem.

- LATOUR, Bruno. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo : UNESP.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1978). Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (1967). A política na favela. Em: *Cadernos Brasileiros*, n.41, maio-junho.
- MEDINA, Carlos Alberto (1964). *A favela e o demagogo*. São Paulo, Martins.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; SIMÕES, Soraya Silveira; FREIRE, Leticia de Luna (2010). Um endereço na cidade: a experiência urbana carioca na conformação de sentimentos sociais e de sensibilidades jurídicas. In: KANT de LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucia; PIRES, Lenin (org). *Conflitos, Direitos e Moralidades numa Perspectiva Comparada*. Rio de Janeiro: Garamond, vol. 2, pp. 51-86.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; Vogel, Arno; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1981). *Quando a rua vira casa*. São Paulo: FINEP-IBAM, Editora Projeto.
- MELLO, Marco Antonio da Silva, VOGEL, Arno (1984). Sistemas construídos e memória social: uma arqueologia urbana? In: *Revista Arqueologia*, 2(2). Belém, jul/dez, pp.46-50.
- MOTA, Fabio Reis (2004). Dilemas de uma cidadania à brasileira: dimensão da consideração na promoção de humanos direitos. In: *Direitos negados: questões para uma política de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Direitos Humanos: Booklink.
- PARISSE, Lucien (1969). *Favelas do Rio de Janeiro: evolução-sentido*. Rio de Janeiro, Caderno do CENPHA, n. 5.
- PERLMAN, Janice (1977). *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SAGMACS (1960). *Aspectos Humanos da Favela Carioca*. Suplementos especiais do jornal O Estado de S. Paulo, 13 e 15 de abril de 1960.
- SIMÕES, Soraya Silveira (2008). *Cruzada São Sebastião do Leblon: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Antropologia. Niterói, Universidade Federal Fluminense.
- SOUZA, Mônica Dias de (2007). A pesquisa tem mironga. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (orgs). *Entre saias justas e jogos de cintura*. Santa Catarina: EDUNISC.
- THIBAUD, Jean-Paul (2008). La méthode des parcours commentés. In: GROSJEAN, Michèle; THIBAUD, Jean-Paul (orgs). *L'espace urbain en méthodes*. Marseille: Éditions Parenthèses, pp.79-99.
- TRINDADE, Cláudia Peçanha da (2006). *Entre a Favela e o Conjunto Habitacional: Programa de Remoção e Habitação e Provisória (1960-1970)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense.
- VALLA, Victor Vincent (1986). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis, Editora Vozes: ABRASCO.
- VALLADARES, Lícia do Prado (1978). *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Zahar.
- _____ (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- _____; MEDEIROS, Lídia (2003). *Pensando as favelas do Rio de Janeiro: 1906-2000*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: FAPERJ: URBANDATA.

VIDAL, Dominique (2004). Demandas por respeito: direitos humanos nas camadas populares urbanas. In: *Direitos negados: questões para uma política de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Direitos Humanos: Booklink, 2004.

Sites consultados na internet:

AGÊNCIA 21:

<http://www.dialog.org.br>

EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

<http://www.emop.rj.gov.br>

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA/FIOCRUZ:

<http://www.ensp.fiocruz.br>

GOVERNO FEDERAL:

<http://www.brasil.gov.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS:

<http://www.ibase.br>

LABORATÓRIO TERRITORIAL DE MANGUINHOS/FIOCRUZ:

<http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br>

MINISTÉRIO DAS CIDADES

<http://www.cidades.gov.br>

SECRETARIA DA CASA CIVIL – PREFEITURA RJ

<http://www.egprio.rj.gov.br>

8. Anexos

8.1. Roteiro das entrevistas individuais com moradores de Embratel e CHP 2

Perfil do entrevistado:

Nome, Idade ; Endereço ; Telefone(s) ; Moradores da residência ; Renda familiar ; Naturalidade ; Ocupação profissional; História habitacional (quando e como chegou em Manguinhos e na atual localidade, locais onde já morou) ; Situação no PAC (aluguel social, compra assistida, indenização).

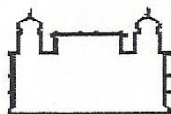
Percepções sobre o PAC:

1. Como você soube das ações do PAC na localidade?
2. Qual foi a sua expectativa naquele momento ?
3. O que significa o PAC para você ?
4. Quais são as instituições envolvidas nas ações do PAC na sua localidade ?
5. Quem você procura quando precisa de alguma informação/orientação sobre o PAC ?
6. Você já participou ou costuma participar de reuniões ou eventos sobre o PAC em Manguinhos ? Qual(is)?
7. Que avaliação você faz do PAC em Manguinhos ? E na localidade onde mora ?
8. Sua expectativa mudou, desde quando soube do PAC Manguinhos até agora ? Em que sentido ?
9. Você acha que as ações do PAC vão gerar mudanças na saúde da população de Manguinhos ? Em que sentido ?
10. Você acha que as ações do PAC vão gerar mudanças na educação da população de Manguinhos? Em que sentido ?
11. Você acha que as ações do PAC vão gerar mudanças no lazer da população de Manguinhos? Em que sentido ?
12. Você acha que as ações do PAC vão gerar mudanças na cultura da população de Manguinhos? Em que sentido ?
13. Que críticas você faz ao PAC? E que alternativas apresentaria para os responsáveis pelo programa para resolver os problemas?

Relação Fiocruz-Manguinhos :

1. O que é a Fiocruz pra você ? O que você sabe sobre a instituição ?
2. Você já utilizou ou costuma utilizar o Posto de Saúde existente lá ? Como avalia o seu funcionamento ?
3. Você conhece ou já foi atendido pelo Programa de Saúde da Família ? Como avalia o seu funcionamento ?
4. Como você avalia o trabalho dos agentes comunitários de saúde em Manguinhos ?
5. Você conhece o Museu da Vida, da Fiocruz ? Como o avalia ?
6. Finalmente, acha bom ter a Fiocruz como vizinha ou não? Isso traz mais vantagens ou desvantagens para os moradores de Manguinhos ?

8.2. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Casa de Oswaldo Cruz

Eu, _____, aceito, livre e voluntariamente, participar da pesquisa « Manguinhos: diagnóstico histórico-urbano-sanitário. Subsídios para políticas públicas sustentáveis em saúde », coordenado por Renato da Gama-Rosa Costa na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, que visa analisar as percepções e expectativas dos moradores em relação às ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Manguinhos. Com este objetivo, expressarei espontaneamente meus pontos de vista sobre as ações do PAC na localidade, de acordo com as questões demandadas pelos pesquisadores do projeto, sem o risco de ser persuadido a adotar qualquer opinião ou atitude. Estou ciente de que a entrevista concedida às pesquisadoras será gravada e tais gravações ficarão armazenadas, em meio digital, sob a sua responsabilidade para uso exclusivo do projeto. Permito que o conteúdo de minhas declarações seja utilizado na confecção de relatórios e apresentações do projeto em atividades internas e externas à Fiocruz e na produção e publicação de artigos científicos relacionados a ele em qualquer meio, desde que seja preservada minha identidade e integridade.

Sendo minha participação totalmente voluntária, estou ciente de que não receberei remuneração alguma por ela, que tenho a total liberdade de pedir, durante a atividade, a não divulgação de eventuais dados que eu tenha fornecido, segundo o princípio da confidencialidade, e que, a qualquer momento, posso desistir de participar da pesquisa, sem que isto acarrete danos ou punições de qualquer natureza contra mim.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 2009

Assinatura: _____

8/ Renato da Gama-Rosa Costa (coordenador do projeto)

Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ